Órgão vinculado a
Associação dos Funcionários
Fiscais do Estado do Paraná

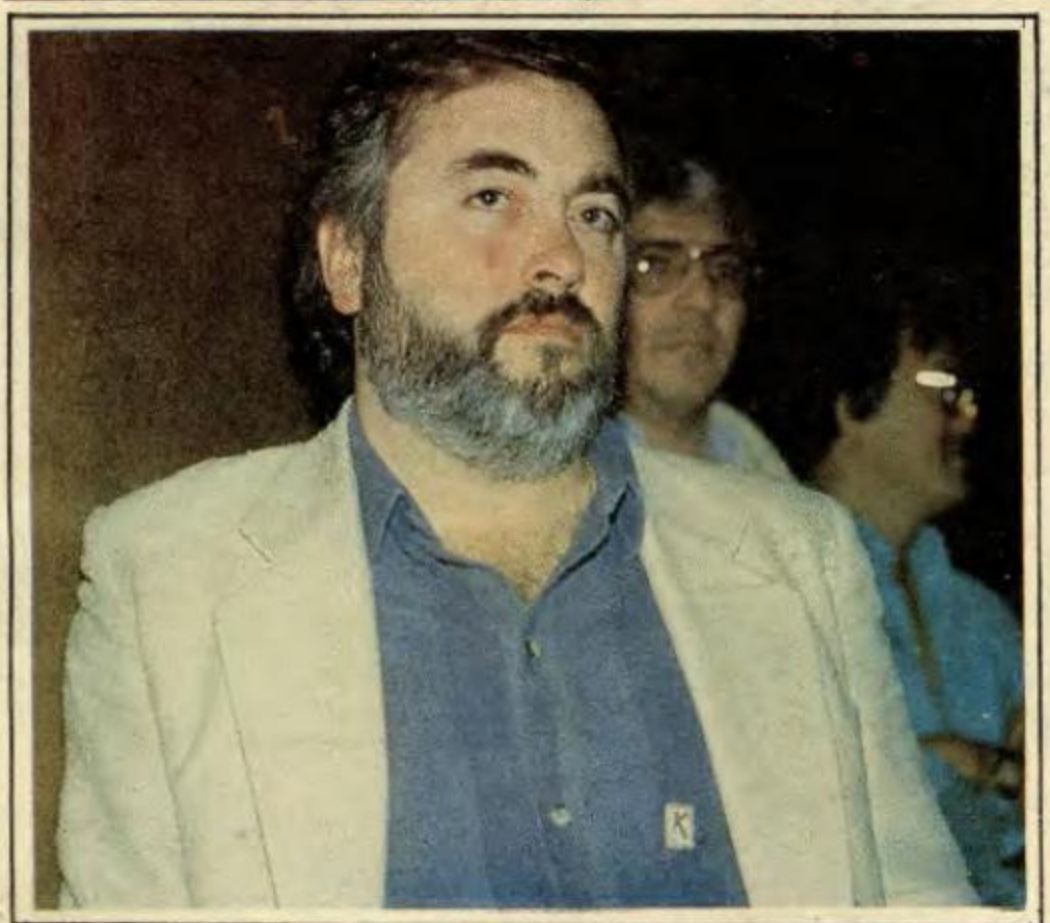
ANO VII – Nº 55 – AGOSTO/89

NOTIFISCO

(DISTRIBUIÇÃO GRATUITA INTERNA)

Agentes Fiscais dão voto de confiança ao secretário Hauly

Página 4



João Pedro

Uma análise realista

Página 39

Quando analiso meu contracheque,
transformado em salário mínimo,
comparando com o que recebia na
empresa privada como contador,
fico realmente preocupado,
pois vejo que estou regredindo em termos salariais.
Mas, como sou otimista, acredito
que em breve deveremos ter uma solução para esta
defasagem salarial em nossa classe fiscal, digo,
solução porque acredito na sensibilidade
de nossos governantes

O SAFITE e a participação nas multas

Página 07

O trem da alegria descarrilhou

Página 31

Se alguém tem vontade de ser Agente Fiscal,
prepare-se e faça um concurso e prove neste,
que é inteligente e tem capacidade para integrar a classe
dos Agentes Fiscais do Estado do Paraná.
Entre pela porta certa e não o por locais escuros,
pois é assim que pessoas corretas agem.
Orgulhe-se de suas conquistas e não de ter enganado os outros.

Lucena

Cargos em comissão na luta por melhores salários

Página 24 e 25.

AFFEP

EXPEDIENTE

NOTIFISCO

Órgão de divulgação da AFFEP
Informativo técnico, cultural e recreativo

Rua Ângelo Sampaio, 1.793
CEP 80.420 - Fone 223-7414
CURITIBA - PR

DIRETOR RESPONSÁVEL
Mário Grott
SUPERVISÃO GERAL
Joeci Ehlke Santi Matos

DIRETORIA DA AFFEP

CONSELHO DELIBERATIVO
PRESIDENTE
José Carlos de Carvalho
VICE-PRESIDENTE
José Roberto dos Santos
1.º SECRETÁRIO
Maximiamo T. Ishida

CONSELHO DIRETOR
PRESIDENTE
José Laudelino Azzolin
1º VICE-PRESIDENTE
Pedro Luiz de Paula Neto
2º VICE-PRESIDENTE
Cleto Tamanini
1.º SECRETÁRIO
Geraldo Damasceno
2.º SECRETÁRIO
José Luiz Maia
1º TESOUREIRO
José Marçal Kaminski
2.º TESOUREIRO
Cleonice Stefani Salvador

DIRETORES DE DEPARTAMENTO

DIRETOR ADMINISTRATIVO COMERCIAL
Pedro Carlos Antun
DIRETOR DE PATRIMÔNIO
Ileomar Antonio Uba
DIRETORA SOCIAL
Joeci Ehlke Santi Matos
DIRETOR DE ESPORTES
Giancarlo S. de Almeida Torres
DIRETOR CULTURAL
Júlio Cezar Michelato
DIRETOR DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Mário Grott
CHEFE DO DEPTO. DE RELAÇÕES INTER-CLASSES
Roberto Aparecido Piekarczyk
CHEFE DEPTO. MÉDICO
Douglas Júlio S. de Macedo
CHEFE DEPTO. REGIÃO SUL
João Manoel Delgado Lucena
CHEFE DEPTO. REGIÃO SUDESTE
Valdir Antonio Kurquievicz
CHEFE DEPTO. REGIÃO NORTE
Nelson Mitsuo Suzuki
CHEFE DEPTO. REGIÃO NOROESTE
Élio Aparecido Sanzovo
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Júlio Zaruch
Reg. Prof. n.º 532 ZRT - PR 742

DIAGRAMAÇÃO, COMPOSIÇÃO ARTE E FOTOLITO
Standart Originais Gráficos
Rua Jaime Reis, 278 - Cj. 02
Tel.: (041) 232-5307 - Curitiba - PR
IMPRESSÃO
Jornal "O Estado do Paraná

Os artigos aqui publicados não estão vinculados, sendo, portanto, de INTEIRA responsabilidade dos signatários.

Os textos não assinados e sem identificação de origem são de responsabilidade de Mário Grott e Joeci E.S. Matos.

O "NOTIFISCO" está registrado no 1.º Ofício de Registro Civil, de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos — Apontamento n.º 493.130, Prot. "A" n.º 14 sob n.º de Ordem 106 do Livro "B" — "P" de 03/01/84.

Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná

Demonstrativo das Receitas e Despesas

DISCRIMINAÇÃO	RECEITAS		DESPESAS	
	JUN/89	JAN/JUN/89	JUN/89	JAN/JUN/89
Rec. c/Reservas Colônia	3.912,00	26.328,70		
Rec. c/Arrendamento Restaurante		260,00		
Rec. c/Mensalidades	24.862,49	104.231,21		
Rec. c/Seguros	20.013,96	64.780,11		
Rec. c/Taxas de Manutenção	51.096,50	264.200,70		
Rec. Diversas	26,00	993,30		
Rec. c/Transf. de Títulos	1.170,00	3.366,00		
Rec. c/Conf. de Carteiras		45,00		
Rec. c/Exames Médicos		1.446,90		
Rec. c/Tax. Títulos Definitivos		30,00		
Rec. c/Habitação	15,00	64,76		
Rec. c/Taxas de Expediente	15.849,90	39.024,51		
Rec. c/Reat. de Títulos	180,00	562,00		
Subvenções de Órgãos Públicos	12.913,73	40.243,74		
Rec. c/Pecúlios	1.000,00	2.500,00		
Rec. c/Hotel Rota do Sol	479,00	90.250,49		
Rec. c/Rest. Colônia	861,02	8.786,25		
Rec. c/Publicidade	2.100,00	8.150,00		
Rec. c/Alimentação	22,00	88,00		
Juros Recebidos	68,16	117,41		
Dividendos s/Ações		643,32		
Rendas c/Aplic Open BEP XV	438,27	9.568,27		
Rendas c/Aplic. Open Bamerindus om		4.876,30		
Rendas c/Aplic. Open Bco Real		2.365,68		
Rendas c/Aplic. Contas Remuneradas	1.243,47	2.553,25		
Resultado de Conversão ássiva		43,93		
Ordenados e Salários (sede)			3.725,35	14.091,71
Cont. Previdenciárias (sede)			2.341,70	7.636,36
Rescisões Contratuais			1.126,33	6.001,43
Cont. Previdenciárias (Guaratuba)			1.589,67	7.581,21
Férias (sede)				454,82
Hon. Médicos				1.090,54
Hon. Odontológicos			316,39	3.052,32
Hon. Advocatícios			265,75	1.746,40
Hon. Contábeis			876,19	2.281,94
Serv. Prestados P. Fís. e Jurid			1.206,48	7.214,09
Férias (Guaratuba)				529,05
Ordenados e Salários (Guaratuba)			4.839,76	21.787,09
Água, Luz, telefone (Sede)			834,49	5.322,78
Material de Limpeza			164,74	891,19
Material de Expediente			1.020,25	4.161,27
Despesas c/Veículos			757,00	3.447,57
Condução, Fretes, Carretos			170,26	283,75
Portes e Telegramas			182,03	325,61
Desp. c/Viagens e Repres.			3.188,05	13.745,48
Aluguéis			330,00	830,00
Desp. c/Refeições p/Func.			3.900,00	10.166,20
Publicações, Anúncios, Revistas etc.			3.926,31	13.593,88
Despesas c/Comis. s/Cobranças			10.375,53	66.858,54
Aux. Hospitalar			1.014,00	1.636,63
Aux. Funeral			500,00	2.500,00
Impostos e Taxas			197,35	708,38
Consertos, Reparos, Conserv. Geral			293,58	2.994,36
Desp. c/Materiais Odontológicos				219,41
Seguros Diversos			19.729,93	69.399,93
Gas e Combustível			469,10	2.327,63
Desp. c/Cartórios			133,92	273,22
Despesas Diversas			15,90	1.629,41
Água, Luz, Telefone (Guaratuba)			1.202,18	14.963,15
Material de Consumo			69,04	425,57
Desp. c/Confraternizações			742,00	2.772,81
Desp. c/Mat. Esportivos				1.967,25
Utensílios			460,60	3.185,62
Repasses Regionais			2.300,00	4.487,60
Perdas c/Sócios				100,00
Desp. c/Hotel Rota do Sol			6.551,42	53.470,54
Contrapartida Subv. Órg. Públicos			12.913,73	40.243,74
Desp. c/Administ. Cart. de Crédito				150,90
Desp. c/Rest. Colônia			3.430,09	11.899,98
Benfeitorias em Andamento			23.676,33	56.667,83
Juros e Multas Pagas			532,16	1.228,81
Despesas Bancárias			497,62	991,80
Desp. c/Custos Operacionais			40,73	162,81
IPTU - Imp. Predial e Ter. Urbano				154,45
PIS - Folha de Pagamento			67,69	373,60
Resultado da Conversão Ativa				110,33
SOMA	136.251,80	675.519,83	115.973,65	468.138,99
Resultado (positivo) de junho/89 incorporável em contas patrimoniais				20.278,15
Resultado (positivo) de jan/jun/89 incorporável em contas patrimoniais				207.380,84

Curitiba, 30 de junho de 1989

JOSÉ LAUDELINO AZZOLIN
Presidente

Vamos resgatar a função pública VII

José Laudelino Azzolin

"Tendes um só desses ofícios, ou tendes muitos? Há sujeitos na nossa corte que têm lugar em três, e quatro tribunais; que têm quatro, que têm seis, que têm oito, que têm dez ofícios. Nenhum homem pode fazer bem dois ofícios. Deus quando fez o mundo, pôs no céu o sol e a lua e a cada um deles deu uma presidência: ao sol, a presidência do dia; à lua, a presidência da noite. Porque ninguém pode fazer dois ofícios, ainda que seja mesmo o sol". (Sermão do Pe. Vieira no 3º Domingo da quaresma, combatendo as acumulações de empregos públicos).

O inciso XIII, do artigo 37, da Constituição Federal diz que:

"é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvando o disposto no inciso anterior e no artigo 39, § 1º."

A Constituição proíbe o tratamento jurídico paralelo de cargos com funções desiguais e a subordinação de um cargo a outro, dentro ou fora do mesmo poder, ou a qualquer fator que funcione como índice de reajustamento automático, como o Piso Nacional de Salários.

Ressalva constitucional determina a paridade entre os vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo (inciso XII, Art. 37, CF) e a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder.

Essa regra já estava consubstanciada no artigo 98 e parágrafo único da Constituição anterior.

A regra do inciso XIV, do artigo 37, é nova:

"Os acréscimos percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento."

Doravante, não existe a possibilidade do chamado efeito cascata no cálculo de vencimentos dos servidores públicos.

A Constituição do Estado do Paraná, § 1º, artigo 70, diz que:

"a incorporação dos acréscimos (qüinqüênio e anuênio) será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, e será computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos."

Esse dispositivo propicia incidência de um adicional sobre o outro, em efeito denominado cascata, como também, a incidência de quotas de produtividade sobre os adicionais.

É oportuno transcrever artigo do Professor Romeu Felipe Bacelar Filho, analisando a matéria.

"Desprezando o fato de que a própria Lei que atribui o direito menciona que os acréscimos são incorporados, ou seja, misturam-se aos vencimentos e proventos, perdendo a sua individualidade, é crucial lembrar que a Nova Constituição em preceito geral assegura a irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos, civis e militares (artigo 37, inciso XV).

Desnecessário enfatizar a interpretação que nossos Tribunais, inclusive a Corte Suprema tem levado a efeito, em relação à expressão VENCIMENTOS, que no plural, como se acha grafada, corresponde no montante geral percebido pelo servidor. Assim sendo, é permitido concluir que a remuneração é irredutível. Evidentemente, os acréscimos porventura conquistados após a promulgação de Nova Constituição haverão de, a ela, se conformar."

Para entender a extensão do dispositivo constitucional correspondente à acumulação de cargos, é necessário, primeiramente, partir das conceituações.

"CARGO PÚBLICO é o lugar instituído na organização do funcionalismo, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente, para ser movido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei." (Hely Lopes de Meirelles).

"FUNÇÃO é a atribuição ou o conjunto de atribuições que a Administração confere a cada categoria profissional, ou comete individualmente a determinados servidores para a execução de serviços eventuais." (Hely Lopes de Meirelles).

"EMPREGO deriva do trabalho ou do serviço que é prestado por alguém a um ente da administração pública sem que esse labor implique no provimento de cargos, normalmente da administração indireta.

A partir dessas conceituações, vejamos o que dizem os incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal:

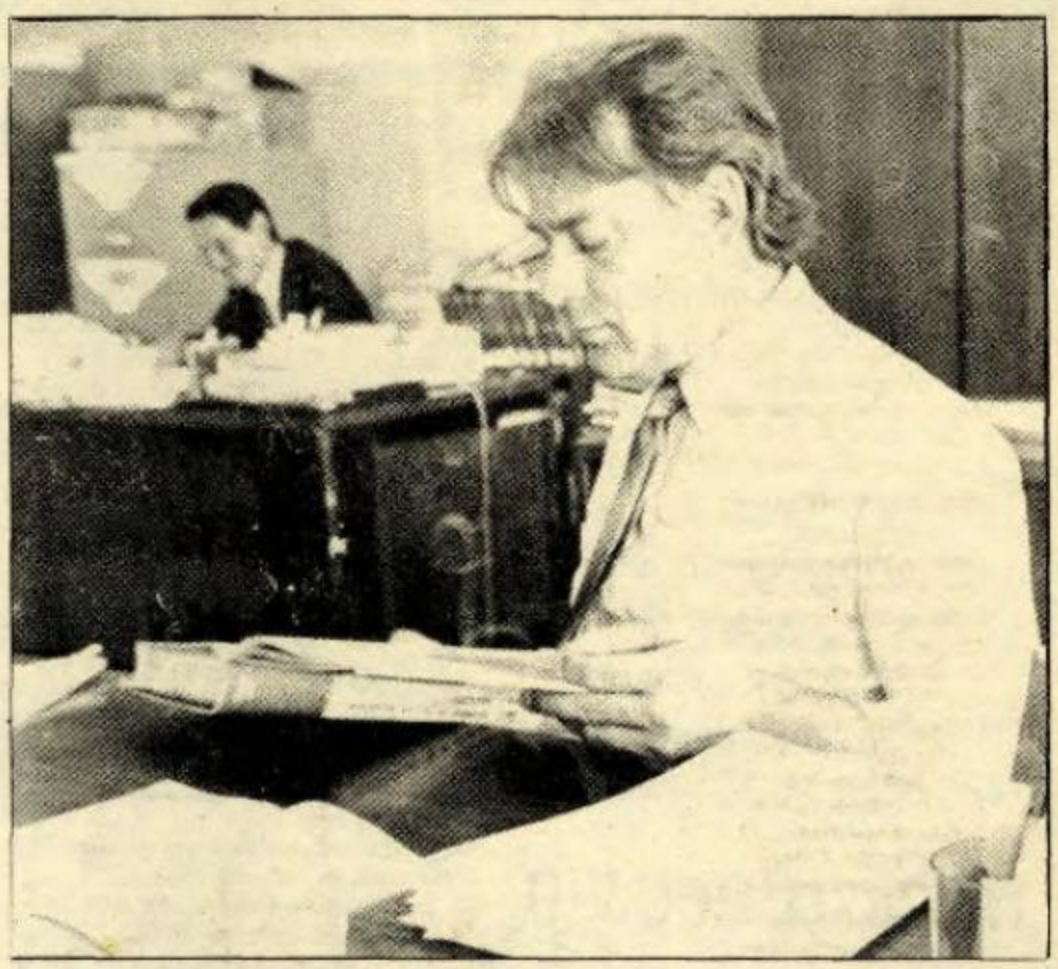
"XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. . .

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidos pelo Poder Público."

O dispositivo constitucional visa impedir que um mesmo cidadão ocupe vários lugares e exerça várias funções, sem que as possa desempenhar eficaz e eficientemente.

Essa proibição não é de agora.

Helly Lopes de Meirelles, cita o Decreto da Regência, de 18 de junho de 1822, da lavra de José Bonifácio, cuja justificativa tem ainda plena atualidade quando esclarece que por ele "se proíbe seja reunido em uma só pessoa mais de um ofício ou emprego, e vença mais de um ordenado, resultando manifesto dano e prejuízo à Administração Pública e às partes interessadas, por não poder de modo ordinário um tal empregado público ou funcionário cumprir as funções e as incumbências de que duplicadamente encarregado, muito principalmente sendo incompatíveis esses ofícios e empregos; e, acontecendo, ao mesmo tempo, que alguns desses empregados e funcionários públicos, ocupando os ditos empregos e ofícios, recebem ordenados por aqueles mesmo que não exercitam, ou por serem incompatíveis, ou por concorrer o seu expediente nas mesmas horas em que se acham ocupados em outras repartições."



José Bonifácio deve estar se contornando no túmulo, ao verificar as acumulações ilícitas que hoje ccorrem nos órgãos públicos em todas as esferas de governo.

As únicas exceções permitidas são as que, expressamente, a constituição reconheceu.

Considerando a conveniência de melhor aproveitamento da capacidade técnica e científica de determinados profissionais, a CF abriu algumas exceções à regra de não acumulação, para permití-la:

"a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico."

Essas acumulações só são permitidas, porém, QUANDO HOUVER COMPATIBILIDADE DE HORARIOS.

A vedação é genérica, prevalece entre quaisquer cargos de nomeação ou eletivos ocupados a qualquer título, de quaisquer entidades estatais, das três esferas administrativas.

Inexistem óbices constitucionais à acumulação de cargos, funções em empregos do serviço público, desde que o servidor seja remunerado apenas pelo exercício de um dos cargos, mas vale a opinião de Castro Aguiar: "as Administrações devem ser cautelosas pois em geral, as acumulações são nocivas, inclusive porque cargos acumulados são cargos mal desempenhados."

Os governantes que, por lhes ser politicamente favorável, exercitam um discurso de falso moralismo, poderiam concretizar o enxugamento da máquina administrativa a partir da obediência dos postulados constitucionais.

Governadores que se aposentam no cargo de governador, quando já estão aposentados nos cargos de deputados ou senador, quando não em um terceiro, como servidor público.

Mude-se o moralismo míope de se atribuir ao servidor público toda a responsabilidade pela grave situação econômica financeira do país, pelo imperativo da transparência, a busca da verdade, a exigência de punição e a vontade política de enfrentar as acumulações ilícitas de cargos.

Isso é moralização. Isso é obrigação dos ocupantes dos cargos da Administração pública, para o resgate da Administração Pública.

A assembléia Geral dos Agentes Fiscais

Em Assembléia Geral realizada no dia 19 de agosto, em Curitiba os agentes fiscais, demonstrando elevada sensibilidade profissional, acataram, por unanimidade de votos,

o prazo solicitado pelo secretário Luiz Carlos Hauly (15 de setembro) para solucionar nossa defasagem salarial. Na foto, José Laudelino Azzolin, presidente da AFFEP e SAFITE, dirigindo a Assembléia.

Ofício n: 266/89

Curitiba, 22 de agosto de 1989.

Senhor Secretário:

A categoria profissional de Agentes Fiscais de Tributos Estaduais do Estado do Paraná reunida em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 19 do corrente mês, na capital do Estado, e que contou com a participação de duzentos e oitenta e três Agentes Fiscais, analisou os seguintes itens:

1 – análise da resposta à proposição apresentada ao Secretário da Fazenda, em 19/07/89, (NOTIFISCO nº 54), e discutida com o Secretário e Diretoria do Sindicato em 24/07/89;

2 – análise das emendas constitucionais estaduais que transformam os cargos de CLT da SEFA/CRE em Agentes Fiscais;

3 – concurso público para Agente Fiscal 3.

Com referência ao item 1, a Assembléia, considerando as conversação amistosas havidas entre o sindicato e a Administração Fazendária, considerando as conversações igualmente amistosas mantidas entre a SEFA/CRE e os cargos comissionados e considerando o prazo solicitado até 15 de setembro, pela Administração, decidiu, à unanimidade:

1º – que aguardará a deflagração de qualquer movimento até a Assembléia a ser realizada em Curitiba, no dia 16 de setembro de 1989;

2º – declarar "Estado de alerta", que consiste:

2.1. na mobilização da categoria para uma presença maciça à Assembléia do dia 16/09/89;

2.2. na preparação do espírito da categoria para um possível confronto, caso não haja o atendimento ao reivindicado;

2.3. no estudo de estratégias e das conseqüências das diversas possibilidades de confronto.

É oportuno observar que todos os oradores inscritos, falando por si ou pelas Delegacias, externam a preferência pelo diálogo, consignando, mais uma vez, voto de confiança no Senhor Secretário, para a condução do processo de negociação.

Com referência ao item 2, a Assembléia decidiu, também à unanimidade:

1º – manifestar-se contrariamente às propostas dos senhores deputados no sentido de transformação de cargos de CLT em Agente Fiscal e o conseqüente enquadramento de servidores sem concurso público;

2º – elaborar nota de repúdio aos senhores deputados autores das emendas;

3º – divulgar, nos meios de comunicação, o posicionamento contrário da categoria profissional ao pleiteado pelos senhores deputados subscritores da proção;

4º – ratificar a posição da classe, decidida em Assembléias anteriores, no sentido de criar um quadro auxiliar que reúna os servidores Celetistas em grupo ocupacional exclusivo para a Secretaria de Fazenda.

Na discussão, ficou evidente o entendimento da classe no sentido de que as propostas são inconstitucionais.

O inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal determina que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração".

O dispositivo da Constituição anterior que permitia exceção para "os casos indicados em lei", foi sepultado, como também a expressão "primeira investidura", foi afastada do texto constitucional. Dessa maneira, para ser promovido em cargo de Agente Fiscal, o cidadão há que se submeter a concurso público destinado ao preenchimento de vagas daquele cargo.

Mesmo o artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias que considera estáveis no serviço público aqueles servidores que, há cinco anos da data da promulgação da Constituição, tenham sido admitidos sem concurso público, dispõe, em seu parágrafo 1º, que "o tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei".

A nível nacional, a Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais posiciona-se contrariamente à medida, conforme o seguinte extrato da carta de Goiânia: "o clientelismo praticado por alguns administradores públicos, em flagrante desrespeito à constituição, é das condutas mais reprováveis de que se tem notícia, devendo ser enterrado sob os escombros do arbítrio que reinou neste país. A instauração uma nova ordem social, à altura da grandeza de nosso povo, não comporta atitudes tão irresponsáveis. Deploramos as tentativas verificadas em alguns Estados de se utilizar servidores sem competência legal para fiscalizar, advertindo aos protagonistas destas iniciativas que em hipótese alguma compactuamos com estes abusos".

Por outro lado, já se fazem sentir as pressões de servidores de outras Secretarias no sentido de serem transferidos à Secretaria da Fazenda para serem beneficiados pela proposta.

Adite-se que, pelo princípio da irredutibilidade de salários, caso as emendas sejam aprovadas, os servidores beneficiados perceberão mais que os atuais Agentes Fiscais, pois os vencimentos daqueles são maiores que os destes, e, em decorrência das vantagens próprias do quadro da CRE, que incidem sobre o vencimento básico, a remuneração dos atuais celetistas, ultrapassará, em muito, à do Agente Fiscal.

Com referência ao item 3, a Assembléia, também em decisão unânime, posicionou-se contrariamente à realização de concurso público para Agente Fiscal que, segundo informações, estaria para ser brevemente realizado.

Pelo posicionamento dos colegas, ficou claro que nós somos responsáveis pela reivindicação da melhoria da máquina administrativa, o enxugamento dela e a negociação que implique um processo de transformação do serviço fiscal.

A classe, segundo a opinião dos oradores, não luta somente por salários que exprimem apenas exigências corporativistas, mas também para que a máquina adquira proficiência, probidade e se reduza a um tamanho minimamente necessário.

Elogiando a decisão do senhor Secretário no fechamento de cento e cinqüenta Agências de Rendas, a Assembléia sugere que, antes da realização de novo concurso:

1º – haja redimensionamento das funções, principalmente as de caráter de arrecadação;

2º – extingam-se Delegacias Regionais;

3º – extingam-se cargos de Assessores de algumas Delegacias;

4º – extingam-se algumas Inspetorias Regionais;

5º – reloquem-se os Agentes Fiscais para as unidades carentes;

6º – crie-se o quadro auxiliar da SEFA/CRE, com o aproveitamento dos atuais celetistas, com pagamento de salários compatíveis e com descrição de funções inerentes às atividades de natureza arrecadadora.

Posicionamentos diversos, assentaram-se na necessidade de, havendo concurso, o mesmo se destinar ao preenchimento de vagas existentes no interior do Estado e somente após a remoção dos atuais Agentes Fiscais para as regiões que melhor lhes aprouver e que o eventual concurso destine-se a prover cargos cujos ocupantes exerçam, exclusivamente, as atividades referentes à fiscalização das mercadorias em trânsito, ou em postos fiscais.

São essas, senhor Secretário, as decisões da classe fiscal que, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, passo às mãos de vossa Excelência.

Reafirmo, nesta oportunidade, a convicção minha e da classe fiscal, de que o diálogo é o meio mais recomendável para a solução dos problemas, ao tempo em que, reitero meus protestos de estima e consideração.

JOSÉ LAUDELINO AZZOLIN
Presidente do SAFITE

Participantes da Assembléia Geral

O posicionamento de alguns de nossos colegas

"Devemos nos posicionar contra o concurso enquanto não houver uma solução para a nossa situação salarial." – José Carlos, 1ª DRR

"Quero me posicionar radicalmente contra o concurso". – Cândido, 2ª DRR

"O meio de ingresso na função pública é mediante concurso, sem qualquer exceção". – Teza, 1ª DRR

"Precisamos evitar uma guerra fratricida com os CLT's". – Mário Grott, 1ª DRR

"O apoio do celetista ao Chefe da Agência é fundamental". – Aroldo Gaspar Teixeira, 5ª DRR

"Os CLT's que não passarem no concurso continuarão sendo CLT's. – Lucena, 1ª DRR

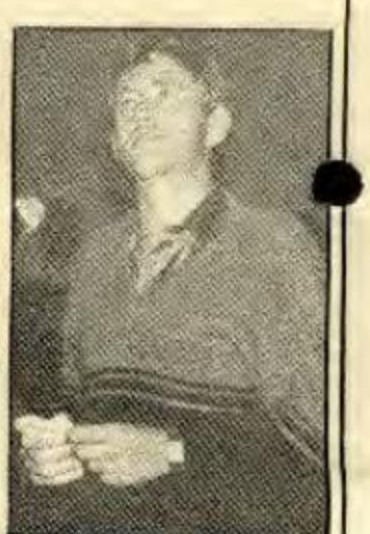
"Sou contra a criação de um gueto no fisco, dando 20% das vagas para os CLT's no concurso". – Agenor, 2ª DRR

"É uma injustiça a reserva de 20% das vagas do concurso para os celetistas". – César, 4ª DRR

"A proposta do Deputado Raul Lopes deveria ser feita junto à Polícia Militar, fazendo soldados virarem coronéis". – Aguimar Arantes, IGT

"Os CLT's foram derrotados na Assembléia pela ação do nosso Sindicato". – Reni, IGF

"Dia 16, caso não se decida nada, vamos partir para o confronto". – Fernades, 10ª DRR



"O nosso problema não é o nosso diretor, nem o secretário. É o nosso governador". – Gilmar Mazziero, 2ª DRR

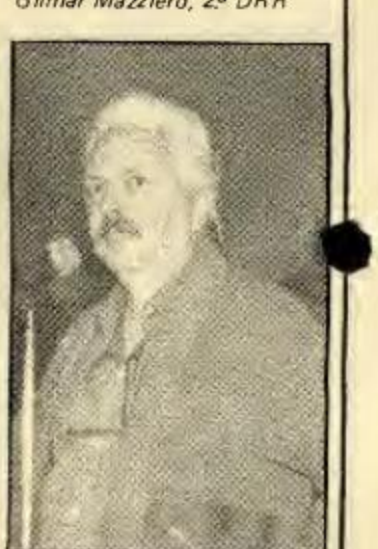
"Devemos declarar o 'estado de alerta' ". – Cleto, 5ª DRR

"Discutirmos o 'estado de alerta' em nada adianta. Vamos aguardar o prazo dado ao secretário". – Luiz Carlos, 13ª DRR

"A 1ª DRR acredita no secretário Hauly e concorda com o prazo de 30 dias". – Jesomir Uba, 1ª DRR

"A 3ª DRR concorda com o prazo de 30 dias". – Leocádio, 3ª DRR

"A 13ª DRR concorda com o prazo de 30 dias dado ao governo". – Nilton, 13ª DRR



"A 4ª DRR hipoteca seu apoio ao secretário Hauly". – Wladimir Silvestre, 4ª DRR

"É incompreensível não termos um quadro de apoio administrativo". – Olávio Pires, 1ª DRR

"Chega de paternalismo. Temos que lutar pela nossa causa a nossas custas". – Kaminski, Tesoureiro da AFFEP.

"Quando pegamos o nosso contracheque e vamos ao supermercado, nos motivamos a participar de Assembléias". – Moacir Ferraz, Aposentado

"Quem fornece munição para a fiscalização é o pessoal das Agências". – Paulo, 2ª DRR

"Na visão do pessoal de Londrina, nesta gestão não tivemos vantagem nenhuma". – Miguel Ramos, 8ª DRR

"As futuras Assembléias devem ser realizadas no interior". – Daniel, 10ª DRR

O SAFITE na luta pela participação nas multas

Deputado Homero Oguido e José Laudelino Azzolin

Curitiba, 18 de agosto de 1989.

Colega:

Num esforço conjunto da UNAFISCO e FAFITE, conseguimos retirar da Constituição Federal o dispositivo que vedava a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas.

O artigo 38 do anteprojeto da Constituição Estadual continuava vedando aquela participação.

Através da emenda nº 064, de 18/05/89, de autoria dos Deputados Homero Oguido e Nilton Barbosa, tentamos modificar o texto do anteprojeto, porém, não fomos felizes, pois o relator da Constituinte Estadual, Deputado Caito Quintana, votou contrariamente à emenda, tendo sido acompanhado no voto, pela maioria dos Deputados integrantes da Comissão Constitucional.

O novo projeto da Constituição Estadual, denominado Projeto 1, inclui no artigo 41 a vedação participativa.

Novamente, através do deputado Homero Oguido, estamos apresentando a emenda modificativa nº 269, desta data.

Sua participação, a partir de agora, torna-se importantíssima.

Temos que contactar com todos os deputados no sentido de aprovar a emenda apresentada.

Assim solicito sua colaboração no sentido de conversar com o deputado de seu relacionamento para, num trabalho de corpo a corpo, vermos atingido o objetivo.

GRATO.

José Laudelino Azzolin
Presidente do SAFITE

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE
DO ESTADO DO PARANÁ
EMENDA Nº 000269
AUTOR: HOMERO OGUIDO
DISPOSITIVO: Art. 41
EMENDA: Modificativa

O artigo 41 do anteprojeto da Constituição Estadual passa a viger com a seguinte redação:

"A lei regulamentará a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa."

JUSTIFICATIVA

Historicamente no Brasil, a única constituição que vedou a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, foi a de 1967 e ainda assim só após a emenda constitucional nº 1, de 17/10/69, outorgada pelo triunvirato militar, a qual inaugurou o período de exceção e arbítrio, que perdurou até 1985, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que veio promulgar a atual constituição em 05/10/88.

Portanto, no país, dentro de sua história constitucional iniciada em 1824, com a constituição imperial, só no período da ditadura militar, tão combatido e criticado pelos políticos nacionais, e por apenas 19 anos (1969/1988) houve tal vedação a nível constitucional.

A atual Constituição Federal não a veda, portanto, permite na forma que vier a ser regulamentada por lei, o que não quer dizer que venha a ser instituída.

À Assembléia Legislativa caberá, portanto, a regulamentação da participação no produto de arrecadação.

Com certeza, quando da discussão da matéria, não se retornará às antigas formas e superadas de participação individual e discriminada.

Ao contrário, possibilitar-se-á a utilização dessa sistemática em formas modernas e coletivas, de modo a aperfeiçoar a cobrança do critério tributário decorrente de fraudes, contrabando, descaminho, e atos que atentem contra a ecologia e meio ambiente.

HOMERO OGUIDO

Inovado cadastro a servidor

Dentro de Alguns meses, o funcionalismo público estadual terá seus adicionais, qüinqüênio e outros, pagos automaticamente, sem necessidade de requerimento.

Isto porque a Secretaria de Estado da Administração está promovendo uma mudança radical na concessão dos mesmos através da utilização da Informática.

Para facilitar o acesso às informações funcionais do servidor público, os dados históricos dos funcionários estatutários e celetistas do estado estão armazenados em computador.

Gazeta do Povo – 10/08/89

Revivendo o passado

Carlos Marcondes
Chefe da Divisão Técnica — 11.ª D.R.R.,
Benedito Ursi
Delegado da 11.ª R D.R.R.,
Adailton Barros Bittencourt
Coordenador da 11.ª D.R.R.,
hoje Secretário da Fazenda em Rondônia

Secretaria de Estado dos Negocios de Fazenda, Industria e Comercio

Nome Eurides Domingues de Paula
Cargo Fiscal de Rendas
Naturalidade Rio Grande do Sul
Cutis morena clara
Olhos Castanhos
Bigode Raspado
Cabellos Pretos, lisos

Este funcionario acha-se a serviço da Fiscalização de impostos do Estado, podendo entrar livremente onde sua presença se fizer necessaria, para desempenho de suas funções fiscalizadoras.

Curitiba, 12 de Outubro de 1947

Eurides Domingues de Paula

LICENÇA PARA PORTE DE ARMA

De conformidade com a legislação vigente, o portador desta carteira está autorizado a usar arma de fogo, conforme licença que lhe foi concedida.

Exp. 23/9/1946

Arma n.º 71475 calibre 8 mm

regtº. n.º 111731

D.G.S. exp. 23/9/46

Eurides Domingues de Paula.
Pai do nosso colega
Pedro Luiz de Paula Neto,
Delegado da 2.ª D.R.R.

Ponto de vista

Kimiyo Kato
AF 1 A IV – IGF

Todas as conquistas dos trabalhadores, do ponto de vista reivindicatório, são decorrentes das lutas sindicais, através de uma unidade organizada e de consciência política.

Embora, ainda, a balança de direitos e obrigações pendam mais para as obrigações a que os trabalhadores são constritos a sujeitar-se, através de lutas sindicais os trabalhadores vieram a obter vários benefícios no decorrer dos anos. Isto se deve no momento em que os trabalhadores se organizaram dentro de cada categoria profissional, assim como no âmbito das decisões política brasileira.

Para os funcionários públicos a Carta Magna veio a oferecer a legalização dos Sindicatos, que antes formados em Associações, excetuadas algumas categorias, tinham como função tão somente a de cunho recreativo.

Entretanto, à medida em que cada governante veio a praticar arrocho salarial, teve início a deflagração de movimentos reivindicatórios atingindo em vários segmentos a última conseqüência, qual seja a greve.

Dessa forma, necessário se torna que funcionários públicos mantenham uma unidade sindical, coesa, organizada, bem como a manutenção do profissionalismo, dentro de cada função, para possibilitar a cobrança dos nossos "direitos" em troca das nossas "obrigações", para que tenhamos uma vida condizente com a nossa profissão e de orgulhar-nos em pertencer à Organização.

Seja previdente

O infortúnio não marca hora nem lugar.
Previna-se fazendo seguro.
José Carlos e Odilon, estão percorrendo as delegacias da Receita levando ótimas propostas de seguro.
Não dê chance para o azar.

8ª D.R.R. em foco

Desenvolvendo o quadro de pessoal

Reportagem elaborada por:
Laércio Rodrigues de Oliveira

FOTOGRAFIAS
Nair Honda e Laércio Rodrigues de Oliveira

Desenvolvendo o quadro de pessoal

DANDO CONTINUIDADE AO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, VISANDO DOTAR OS INTEGRANTES DA 8ª DRR, DE INSTRUMENTOS QUE POSSIBILITEM A MELHORIA NO RELACIONAMENTO COM O CONTRIBUINTE, FEZ REALIZAR OS SEGUINTES CURSOS:

COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA
Professora: VERA LÚCIA BEZERRA - Instrutora do SENAC

Aspecto do flagrante dos participantes do curso de COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA - Auxiliares Administrativos da 8ª DRR - Londrina.

8ª D.R.R. em foco

Relações humanas no trabalho

Profª DINORAH MARIA RIBEIRO -
Psicóloga e Instrutora do SENAC
Participantes:
Auxiliares Administrativos da 8ª DRR
(sede e as Agências de Rendas)

No flagrante: Em pé NAIR HONDA Assessora da 8ª DRR, ao lado direito a Instrutora DINORAH MARIA RIBEIRO e outros participantes do curso.

Aspectos do flagrante dos participantes do curso de Relações Humanas no Trabalho, visto por outro ângulo.

Aspecto do flagrante dos participantes do curso de Relações Humanas no Trabalho.

8ª. D.R.R. em foco

Cursos para agentes fiscais

A 8ª DRR - LONDRINA, MANTÉM UM PROGRAMA PERMANENTE DE TREINAMENTO DE AGENTES FISCAIS. ESTE PROJETO IDEALIZADO POR CLAUDINÉ DE OLIVEIRA, VISA MANTER ATUALIZADA A CLASSE FISCAL, QUE APESAR DE SER COMPOSTA DE PESSOAS DE ALTO NIVEL, PRECISA SE RECICLAR.

Curso de AUDITORIA FISCAL DE PASSIVO FICTÍCIO DE CAIXA.

Instrutores: JOSÉ NIVALDO SACONATO e SÉRGIO AKIYOSHI -
Agentes Fiscais da 8ª DRR - Londrina

Aspecto do flagrante do curso de Auditoria Fiscal de Passivo Fictício e Caixa. Em pé NAIR HONDA, Assessora da 8ª DRR, Nelson Suzuki - Inspetor de Fiscalização da 8ª DRR e José Nivaldo Saconato e Sérgio Akiyoshi Agentes Fiscais e Instrutores do Curso.

Outro flagrante do curso de Auditoria Fiscal de Passivo Fictício e Caixa, visto por outro ângulo.

ALÉM DE DESENVOLVEREM O QUADRO DE PESSOAL DA 8ª DRR, A EQUIPE TRIBUTÁRIA DE LONDRINA, ESTÁ COLABORANDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS AGENTES FISCAIS DE OUTRAS DELEGACIAS. FORAM REALIZADOS RECENTEMENTE, CURSOS DE ATUALIZAÇÃO EM ICMS, NAS DELEGACIAS DE APUCARANA, PARANAVAÍ E PARANAGUÁ, E OUTROS TREINAMENTOS ESTÃO SENDO PREVISTOS.

A 8ª DRR, TEM ESTENDIDO ESTES BENEFÍCIOS A OUTRAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS, RECENTEMENTE REALIZOU-SE PALESTRAS PARA ADVOGADOS TRIBUTARISTA E CONTABILISTAS, BUSCANDO MANTER MAIOR INTERELACIONAMENTO ENTRE AQUELES PROFISSIONAIS E A SECRETARIA DA FAZENDA ESTAS AÇÕES, ALÉM DE MOTIVAR O QUADRO FUNCIONAL DA DRR, CONTRIBUI PARA MELHORIA DO RELACIONAMENTO FISCO–CONTRIBUINTE TORNANDO MAIS AGRADÁVEL A AÇÃO ARRECADADORA DE RENDAS.

Aspecto parcial dos participantes do curso de Auditoria Fiscal de Passivo Fictício e Caixa.

Matéria elaborada por
Laércio Rodrigues de
Oliveira - 8ª D.R.R.

8ª D.R.R. em foco

Curso de atualização em português

Profª Maria Genoveva Belluci - Instrutora do SENAC e Professora do Colégio Estadual Vicente Rijo

ESTE CURSO QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE 25 AUXILIARES ADMINISTRATIVOS, TEVE COMO CONTEÚDO: REDAÇÃO, NOÇÕES DE ORTOGRAFIA E CONCORDÂNCIA PRONOMINAL. ESTE TREINAMENTO VISA, PRINCIPALMENTE, DOTAR AOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS DA 8ª DRR (SEDE E AGÊNCIAS) DE CONDIÇÕES DE REDIGIR CORRESPONDÊNCIAS E COMUNICAÇÃO ESCRITA EM GERAL.

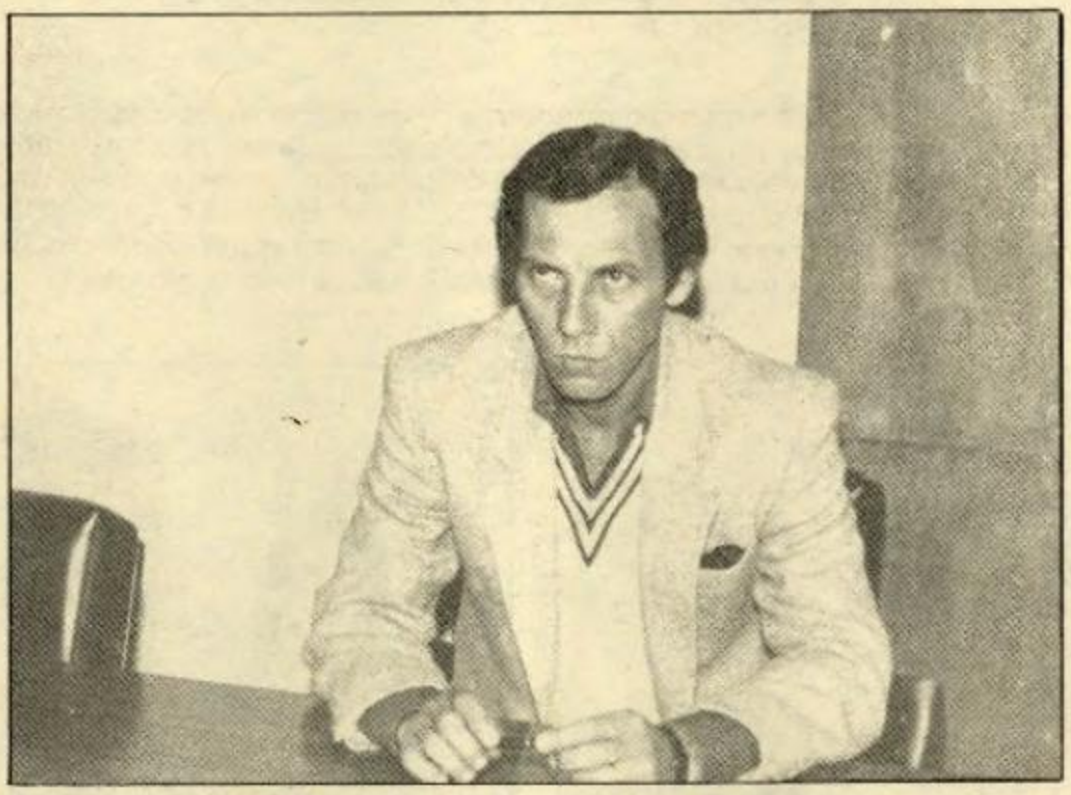
BIÔNICOS

Luiz Adalberto Cherpinski
Agente Fiscal CONCURSADO
Inspetor Regional de Fiscalização
1ª DRR

Embora alguns segmentos da nossa Organização sejam contrários, quem como nós tem o dever de distribuir tarefas, cobrar resultados e prestar contas, sente a falta de recursos humanos. Mesmo pensando dessa forma, não podemos admitir que para suprir tal necessidade ocorram nomeações casuísticas.

Quando os nobres Deputados, Sr. Raul Lopes e Sr. Tadeu Lúcio Machado pretenderam enquadrar como Agentes Fiscais nossos colegas Celetistas, não atentaram para inúmeros detalhes, que não só dizem respeito àqueles beneficiados, como a nós CONCURSADOS, assim como também aos próprios Srs. Deputados.

Concordamos que o nível salarial dos funcionários regidos pela C.L.T. seja baixo. Entendemos também que na sua grande maioria são merecedores de remuneração condizente às tarefas que desempenham. Se o objetivo pretendido era resolver esse problema, acreditamos que



outros meios que não uma pura e simples equiparação poderiam ser procurados. Cabe, dentro da legalidade e moralidade a eles, Srs. Deputados e a sua Assessoria procurar esses meios.

Nós, Agentes Fiscais, sentimo-nos violentamente atingidos. Fomos nomeados após árduo concurso público e na disputa com milhares de concorrentes. Concurso esse elaborado dentro do mais alto nível de dificuidade, visando o aspecto seletivo e principalmente revestido de honestidade dando aos participantes condições idênticas. Foi realmente uma guerra, com alto custo individual, mas sem apadrinhamento e portanto leal e igual para com os que dele participaram.

É inadmissível que aceitemos essa tentativa de nomeação "biônica".

Notório é o custo de uma campanha política na disputa do voto. Estão de parabéns os Srs. Deputados, pois assim como nós, venceram um sem número de concorrentes. Temos plena certeza que os seus sentimentos seriam idênticos aos nossos se tivessem que dividir seu local de trabalho com legisladores que, por motivos fortuitos não travaram as mesmas batalhas que os Srs., sendo nomeados pela forma "biônica".

Quanto a justificativa alegada na apresentação da proposta, esclarecemos que nossos colegas Celetistas desempenham condignamente funções de apoio administrativo. O fato de nomeá-los Agentes não implicaria em maior número de combates à sonegação, pois o serviço administrativo tem de continuar a ser executado, por eles ou outros Agentes Fiscais.

Finalizando, rogamos aos Autores da emenda que repensem seus propósitos, pois além de tudo já esplanado, poderiam estar tirando a oportunidade dos seus próprios eleitores de participar do nosso meio.

SEM BIÔNICOS!

PARRÉSIA! (?)

José Ribeiro de Vasconcelos
6ª DRR

"O homem é um embrulho postal que a parteira despacha para o coveiro".

E.Petrolini

Até, aliás, razões contrárias às regras de conduta às quais fazem-se por contaminação credor de ideologia, talvez o primeiro passo a uma particularidade, a uma externação insértil.

Acho até que, sob novas e surpreendentes formas, o diálogo poderia reviver.

Tributos ao Dr. José Laudelino Azzolin, capaz de grandes gestos, como por exemplo, ao de empunhar a bandeira a meus pares "vamos resgatar a função pública."

Na epígrafe com seus sérios propósitos; de orgulhar-se de seu autor – questionando altaneiro e pressuroso, funcionalmente indiscutível.

Nós "o funcionário". Nós, com o nosso empenho, na fiscalização diuturna dos passos governamentais, sem medo, com sobranceria e altivez, como faz agora nosso representante, devemos apoiá-lo. "O leão é forte porque você o teme, enfrente-o e ele fugirá."

Arrosto contra os dirigentes. Não contra ao ser humano; o homem é transitório, até demais.

Não resta-nos, apenas aguardar alheio aos problemas comuns, o apelo não é para o partícipe; sim aos omissos, aos indiferentes. Por exemplo, eu mesmo deixei de participar algumas vezes com medo de perder minha função, fui egoísta não pensava nos colegas...

Ainda é tempo, devemos não somente pensar em trabalhar por um justo salário como lutar por ele, inobstante dissidentes. Terá sido em vão as lutas de classes pela dignidade salarial?

A Bíblia, sobre o salário: "Ai daquele que faz seu próximo trabalhar sem paga, e lhe recusa o salário." Jr. 22,13.

E, com o aparecimento do Direito do Trabalho, os próprios dirigentes começaram preocupar-se com o material humano.

A Revolução francesa, pleiteava abertamente até a criação de um Ministério para cuidar: Associação, direito de greve, jornada de trabalho, salário...

Tantas outras lições por justo salário.

Por que não lutar? Seria regressão, ausência de progresso, mesmice (?!).

Já a RERUM NOVARUM, 15/05/891, de Leão XIII, defendeu que o trabalho deve ser considerado na TEORIA E NA PRÁTICA não mercadoria mas um modo expresso direto da pessoa humana, que é a única fonte, para a grande maioria dos homens, dos meios de vida.

Por isso, a sua REMUNERAÇÃO não pode deixar-se à mercê do jogo automático das leis do mercado, deve haver eqüidade e justiça.

Tantas mensagens consideradas cristãs: Valorizacão do Trabalho, salário justo

No Tratado de Versalhes, quarenta e um artigos, do 387 a 427 dividido em duas seções, defendem universalmente o direito social, de que a cada país cabe pagamento equitativo (isonomia)..., salário que lhes assegure um nível de vida conveniente.

Ainda para não citar, Congresso de Leeds (Inglaterra, 1916), Congresso de Estocolmo (1917), Congresso das Uniões Profissionais Cristãs (Havre, 1918), Conferência Sindical Internacional de Berne (fevereiro de 1919), Congresso Internacional dos Sindicatos Cristãos (Paris, março de 1919).

Não lutar por salário? A prova de carinho, de amor, espírito humanitário – OIT de 1919 em pleno vigor. O contrário – não seria a proposta para revogar a "Rerum Novarum"?

DATA VÊNIA aos infensos, fugir às regras?

Encerro por aqui, que já fui longe. Notará o leitor que não procurei sequer ordenar, nem tão pouco coloquei em ordem de importância, a seqüência das conquistas trabalhistas.

Devemos atender ao chamado, à convocação do Presidente para novas reivindicações, no momento certo, propício... é fruto evolutivo, razão da existência.

Tomar cuidado ao constituir comissões que começam com tudo no auge do entusiasmo – tal qual um tombar de balde d'água na terra, começa jorrando com ímpeto, e já depois de alguns metros...

... Não sei se é certo, que salta aos olhos coisas defeitosas da Lei nº 7051 de 04 de dezembro de 1978.

Como concluir se é ineficaz a parte relativa quanto a acessos e promoções na forma "ex lege", ou se leis extravagantes adotarão critérios em detrimento ao que está claramente escrito, "neque omne quod scriptum est jus est, neque quod scriptum nom est".

Motivo não teria para saber a razão de que a REMUNERAÇÃO serve de base de cálculo para o IPE, IR e, quando se fala em adicional por tempo de serviço é sobre o VENCIMENTO.

Convencer-me-iam porque o aposentado por problemas cardíacos e outras moléstias que a lei indicar, com base na medicina especializada, os direitos não se repetem iguais as demais modalidades de inatividade, falando-se em prêmio de produtividade.

Justificar-me-iam porque ora funciona a lei (ilustração: cópia da declaração de bens – SERVIR-SE). E, ora não funciona: Creche, Cooperativas de Consumo e de Crédito etc., conforme Artigo 106 da Lei nº 7051/78, ao funcionário e a sua família, SERVIR.

Saberia porque as sagradas férias, resultado de alta conquista social, não pode ser embasada na maior quota atribuida, sim sobre a média dos valores dos últimos três meses.

Explicar-me-iam porque após 10 anos... (dez anos – pausa para pensar...) minhas quotas durante os seis meses de licença prêmio, não poderia ser a maior, sim a média dos valores antecedentes...

Não reclamo da pré existência de uma geo-política salarial, independente.

Afinal estou contente, ganho bem... e o salário família... os NCz$ 2,47 (próximo de uma BTN) para doce e agradável surpresa alcança com os propsitos da Seção VI da Lei 6.174 de 16/11/70. Reclamar! Por que?

De nota em nota o Estado investe na conscientização tributária

No momento em que se envolve toda a população paranaense numa campanha de conscientização tributária, é imprescindível que todos os funcionários envolvidos em sua operacionalização estejam integrados e dispostos a assumir responsabilidades, visando a consecução dos objetivos previamente delineados para o seu desenvolvimento.
Para que obtenhamos os resultados esperados com a Campanha "DE NOTA EM NOTA – UM NOVO PARANÁ", fez-se necessária uma reunião do diretor da CRE e Coordenação Geral com todos os coordenadores das Delegacias Regionais da Receita, onde foram discutidos todos os aspectos operacionais da nova Campanha.

Joeci Ehlke Santi Matos, coordenadora geral da Campanha; Clóvis Rogge, diretor da CRE e Milson Martinelli, da Pool Brasil - Propaganda e Marketing, empresa responsável pelo projeto da Campanha "DE NOTA EM NOTA".

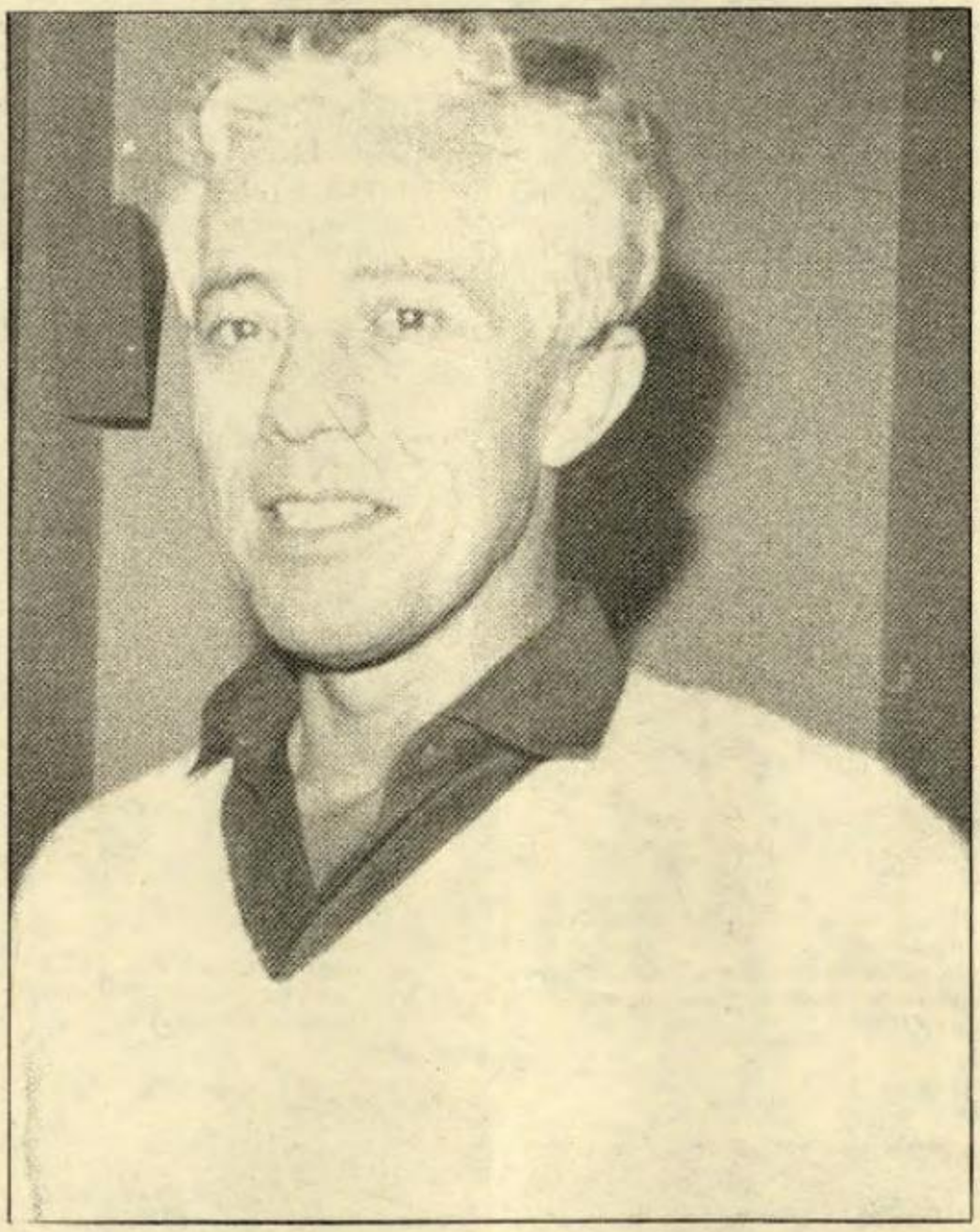
Clóvis Rogge, diretor da CRE, discorrendo sobre a importância da campanha em relação aos planos e metas do Governo do Estado.

A coordenadora geral, Joeci Ehlke Santi Matos, apresentou toda a programação elaborada, bem como a metodologia a ser aplicada e normas para a operacionalização da Campanha.

Coordenadores Regionais presentes à reunião.

"Um país de técnicos"

Antonio Renê Castanheira
13ª DRR



Na década de 70, quando o país viveu a euforia de possuir o melhor futebol do mundo, havia nada mais, nada menos que noventa milhões de técnicos de futebol.

O entusiasmo levava a massa a pensar, a traçar planos estratégicos para surpreender o adversário; cada um com um esquema tático mais eficiente que o de outro.

Vivemos, atualmente, uma síndrome, que, se não pode ser comparada a dos anos 70, em razão de sua gravidade, ela tem o condão de mostrar que o brasileiro tem a mente fértil; hoje todos somos economistas ou técnicos em finanças e cada um de nós tem a solução econômica para o Brasil e, até mesmo, a solução política.

Quem, hoje, titubeia em esposar sua opinião a respeito da dívida externa e ao mesmo tempo apresentar, sem mais delongas, os caminhos infalíveis para libertar nossa nação de situação tão incômoda?

Até eu próprio me intitulo sabereta no assunto e arrisco alguns palpites, também não poderia destoar dos 140 milhões de brasileiros, não é verdade? Mas a situação, na realidade, está mais para urubu que para colibri, está bastante grave e isto reflete diretamente no dia-a-dia do brasileiro e, assim, cada um passa a se preocupar em encontrar uma solução para a crise; o desespero que toma conta do povo e o leva a imaginar meios, para aliviar o laço que tem em volta do pescoço, que, a cada dia que passa, aperta um pouquinho mais.

De uma coisa ninguém mais tem dúvidas, o descalabro administrativo não permite que se tomem decisões sérias e determinadas, para, ao menos, minorar a situação; os próprios governantes são a pedra no caminho.

De que adianta falarmos em moratória, quando sabemos que isto não será possível, a não ser por força maior, em razão de uma inadimplência total o que significaria a bancarrota; uma moratória teria o efeito bumerangue, nós sairíamos muito mais machucados que os próprios credores, não detemos a autosuficiência para nos colocarmos contra o mundo; por esta experiência já passou a Rússia e teve a oportunidade de ver o quanto è amarga.

Não se pode, nesta história toda, fazer o agricultor de bode expiatório, ele não pode ser sacrificado, como no recente episódio da soja, quando o governo, ao segurar o câmbio, extorquia do agricultor valor igual ao que ele recebia por uma saca de soja vendida; também não se paga dívida externa, no valor astronômico de US$ ..... 120.000.000.000,00 (cento e vinte bilhões de dólares), sacrificando o trabalhador, que está à mingua, vivendo na miséria e no desespero de ver seu salário, cada vez mais, comprando menos.

Em relação ao problema da soja, surge uma pergunta, o que é mais antipatriótico? Vender a soja ao Paraguai, por um preço equivalente ao dobro do mercado brasileiro, ou, através de manobras cambiais, penalizar o sojicultor para aumentar as reservas e para pagar o serviço da dívida?

Quem nos colocou nesta situação? Há culpados? Seriam eles responsabilizados? Ou as coisas aconteceram independentemente da vontade de nossos governantes, como um fenômeno natural que foi, cada vez mais, arrastando o país para o fundo?

Que país é este que se revela um verdadeiro monstro econômico; mais forte que a inflação, mais poderoso que os poderosos; vem sendo esbulhado há 489 anos e até agora resiste firme como uma verdadeira rocha, que aos efeitos das marretadas, perde uma lasca ou outra, mas não perde a grandiosidade.

Tivemos espanhóis, franceses, holandeses, portugueses e mais um monte de "eses" a nos espoliar e após a independência e após a República, a coisa continua como dantes, no quartel de abrantes; só que um dia a casa cai, quando os pais, ao chegarem em casa, de mãos vazias encontrarem os filhos chorando de fome a coisa pode piorar e, aí então, será difícil segurar o povão.

Algumas obras faraônicas, se não justificam, pelo menos explicam a situação de dependência que nos encontramos; não se coloca em discussão a necessidade ou não da obra, discute-se sim, é a oportunidade da execução.

A ponte Rio–Niterói, por exemplo, foi uma obra necessária, entretanto perquire-se: foi oportuna? A travessia vinha sendo feita há muito tempo, através de barcas, não poderia tal obra esperar por um momento mais adequado? Teria que ser realizada justamente no momento em que estávamos afundando; tínhamos dinheiro para realizá-la?

A Usina Nuclear de Angra dos Reis, quantos quilovates a mesma está gerando (ou zerando)? Será que justifica o emprego de U$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de dólares) num negócio que não funciona? E, o que é pior, está sendo construída com sucatas estrangeiras

A Transamazônica, que ligava nada a coisa nenhuma, hoje nem isso faz, levou um monte de dinheiro do povo brasileiro e nem mais existe.

O nosso problema não está resolvido de imediato, ele já criou raiz; a nossa cultura deve ser repensada, a mentalidade distorcida do brasileiro em nada ajuda a situação, acredito que levaremos além de 20 anos, para atingirmos uma situação ideal.

É na criança que está ingressando na escola que devemos concentrar nossos esforços de recuperação, não podemos deixar que elas cresçam e tenham seu caráter maculado. Temos que ensinar-lhe o que é Pátria? O que é Nação? E principalmente o respeito às instituições. Despertar-lhe o sentimento de patriotismo, de amor pela terra em que nasceu, de orgulho por ter nascido numa terra abençoada, como o nosso Brasil.

Temos que jogar a longo prazo, temos que plantar e cuidar da planta, para que tenhamos bons frutos.

Nem tudo está perdido.

Cascavel, 04.08.89

Só os desafios nos ensinam a crescer.

Desafios: quem nunca os teve, não sabe como transpô-los

Clóvis Rogge – Diretor do CRE

Cursos de atualização na 14.ª D.R.R.

A DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA DE PATO BRANCO TEM PROCEDIDO COM HABITUALIDADE CURSOS DE ATUALIZAÇÃO NAS MAIS DIVERSAS ÁREAS FAZENDÁRIAS, OBJETIVANDO APRIMORAR CADA VEZ MAIS SEUS AGENTES FISCAIS.

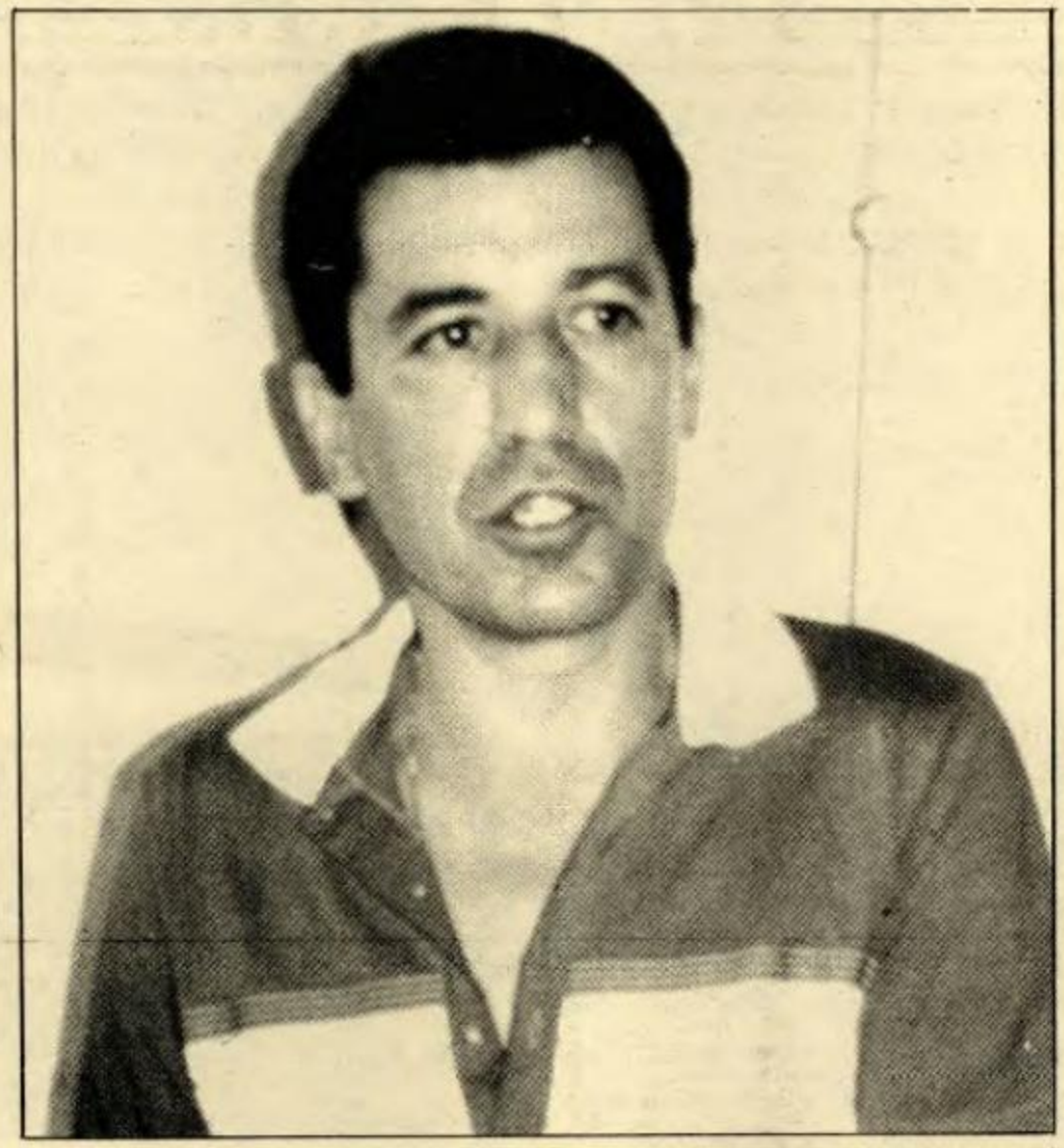
O DELEGADO DA RECEITA EM PATO BRANCO, SAUDINO BARBIERO E A CHEFE DO CENPRE, ESTER A. V. PERFEITO, SÃO OS GRANDES RESPONSÁVEIS PELO DINAMISMO DADO À ÁREA DE TREINAMENTO DE PESSOAL NA JURISDIÇÃO DA 14ª DRR.

Ester V. Perfeito, chefe do CENPRE, Saudino Barbiero, delegado da Receita em Pato Branco e Francisco Xavier de Oliveira, inspetor regional de Tributacão.

Agentes fiscais jurisdicionados à 14ª DRR, participando do curso de "Atualização do ICMS", ministrado pelo inspetor regional de tributação, Francisco Xavier de Oliveira.

Trilhos da indignidade

Reni A. Pires
IGF - CRE



Querem novamente colocar nos trilhos da indignidade e do desrespeito o "trenzinho da Alegria" dos Celetistas da Secretaria da Fazenda. Tentam convencer os legisladores da "legitimidade" da proposta. NÃO É VERDADEIRA. Primeiro, porque é um desrespeito à classe fiscal, que tem a maioria dos seus integrantes ingressados por concursos públicos que selecionaram os de melhor potencial.

Há uma grande parcela desse contingente do "trenzinho da alegria" que se submeteu aos mesmos concursos e não logrou êxito. Nenhum desses servidores provou seu potencial. Para constatar esse fato, basta "cruzar" a listagem dos Celetistas com os Editais de Inscrição dos Concursos de Agentes Fiscais de 1980 e 1984. Não podem então merecer integrar à classe fiscal.

Votar uma emenda dessa natureza seria de igual forma aprovar o ingresso, sem concurso, de servidores da Procuradoria Geral da Justiça, formados em Direito, no quadro dos Promotores e Procuradores da Justiça ou de servidores do Tribunal de Justiça no quadro da Magistratura. Juízes, Promotores, Procuradores e Desembargadores iriam protestar contra uma emenda semelhante. São disparates. Pois os **regimes estatutários** exigem Concurso Público. É o princípio da oportunidade a qualquer cidadão, sem excessões.

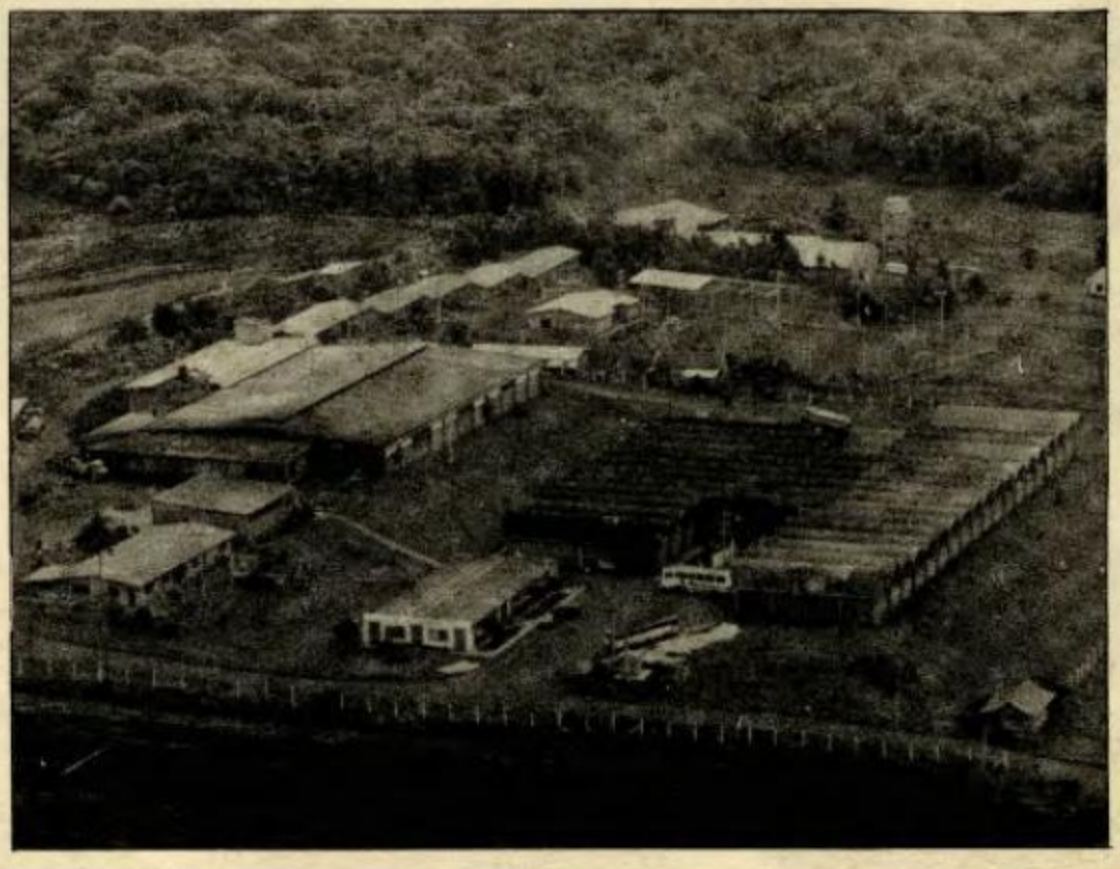
Senhores Deputados, já que estão votando na Constituinte emenda contra o nepotismo, com o objetivo de moralizar a Instituição Pública, não poderiam de forma alguma aprovar o "Trenzinho da Alegria" dos servidores Celetistas da Secretaria da Fazenda, sem cair no descrédito da opinião pública.

Cabe ressaltar também o desrespeito e desprestígio aos demais Celetistas do Estado.

Muitos servidores da **área não fiscal** estão habilitados para desempenhar funções nas quais estão hoje integrados, já que foram treinados. Mas para aquelas funções. Veja, se o cidadão está habilitado para operar "tratores" e apenas para isso, não pode dirigir outro veículo. Permitir que ele dirija caminhão sem que tenha passado pelos exames do Órgão de Trânsito, é o mesmo que lhe dar "carta de motorista" por "telefone".

Outro ponto a considerar é que os celetistas que realmente desempenham atividades fiscais são aqueles lotados nas Agências de Rendas e Postos Fiscais. A grande maioria, como já foi mencionado, trabalha em atividades burocráticas ou técnicas da área de Despesa Pública. O que fazem: na Coordenação da Administração Financeira do Estado, trabalham com, por exemplo, programação financeira de desembolso; com obtenção de recursos de operação de crédito, com tratamento da Dívida Pública etc; no Grupo Setoriais, tratam do planejamento e orçamentação, dos recursos humanos (vida funcional), dos recursos materiais necessários ao funcionamento da Secretaria, na Coordenação de Auditoria, tratam da auditagem dos órgãos da Administração Pública, na Coordenação de Assuntos Econômicos dos órgãos da Administração Pública, na Coordenação de Assuntos Econômicos tratam dos problemas econômicos da Fazenda Pública e da economia paranaense. Não há nesses setores qualquer atividade fiscal. E é aí que está o grande contingente de celetistas.

Fogões Petrycoski



Com área construída de 11.631 metros quadrados em terreno de mais de 143.000 metros quadrados, localizada na Cidade Industrial de Pato Branco, está a Indústria de **Fogões Petrycoski**, *hoje a maior indústria de fogões à lenha do Paraná e uma das maiores do Brasil.*

Fundada em 1949, pelo sr. Theophilo Petrycoski, a empresa chega aos 40 anos de existência, hoje sob o comando de seu filho Cláudio Petrycoski, à frente de mais de 400 funcionários.

Detentora absoluta do know-how da fabricação de fogões à lenha dentro do seu plano de expansão de seu parque industrial, comprou e incorporou a seu patrimônio, em junho de 1988, o ferramental, maquinários e direito de fabricação da tradicional marca Walter.

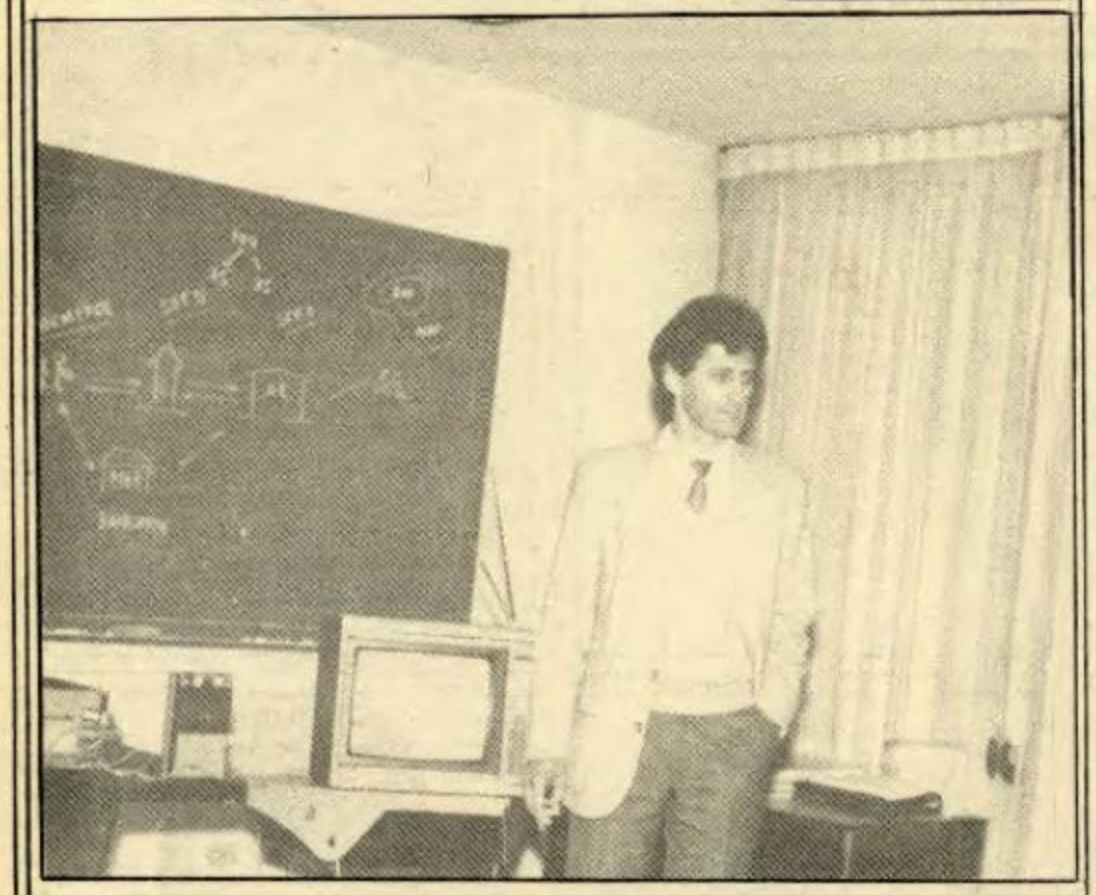
Também foi adquirido do grupo industrial Mueller Irmãos S.A., o ferramental e marca Marumby. Estas aquisições trouxeram o início da tecnologia de fabricação de fogões a gás, que viria a ser desenvolvida eficientemente nos meses seguintes, resultando no lançamento em outubro do mesmo ano dos modelos, já aprimorados, Realce, Piá e Piazito, no mercado nacional. Não satisfeita com o simples domínio da tecnologia necessária, a empresa decidiu, mesmo em tempos difíceis, investir em equipamentos modernos e pessoal especializado, com o objetivo de desenvolver o projeto de um fogão de design avançado, que acompanhasse as tendências atuais de mercado.

Este projeto culminou com o lançamento do modely CRYSTAL, ***que em breve estará nas principais lojas do País.***

Curitiba, em 02 de agosto de 1989

Clóvis Rogge
Diretor da CRE

Prezado Colega:



Com a aprovação da Lei 8993 de 02/06/89 pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a partir de proposição emanada da Secretaria da Fazenda e acordada pelo Sr. Governador, a classe fiscal do Paraná foi beneficiada com significativos avanços em suas reivindicações.

Senão, vejamos:

1) fim da condição temporal para as aposentadorias;
2) fim da média das quotas para as aposentadorias;
3) aposentadoria considerando os cargos em comissão da CRE independente do momento em que foi ocupado durante a vida funcional;
4) promoções e acessos a 828 funcionários, cerca de 70,4% dos agentes fiscais da ativa, representando ganho real médio de 15,1%.

Complementarmente, desenvolvemos o programa AVD – Avaliação de Desempenho, que possibilitará a regulamentação definitiva da Lei 7051/78, anseio de uma década da coletividade fiscal. A cada 06 (seis) meses, obedecidos os critérios descritos na Lei, os agentes fiscais terão a possibilidade de acesso ou promoção na carreira.

Pedro Antun
Diretor de Publicidade da AFFEP

Pedro Antun
Dir. de Publicidade
da AFFEP

Tendo em vista o interesse de inúmeras empresas em veicularem matérias publicitárias no NOTIFISCO, o presidente da AFFEP, José Laudelino Azzolin, criou o departamento de Publicidade, que será dirigido por Pedro Antun, a quem caberá fazer uma triagem dos anunciantes. A exemplo de todas as funções que já exerceu na AFFEP, com certeza, esta também será coroada de êxito.

O NOTIFISCO

É um veículo de comunicação, ao qual todos terão acesso, que traduzirá, incensuravelmente, a opinião de quem queira se expressar

José Laudelino Azzolin
Presidente da AFFEP e do SAFITE

POUPANÇA BANESTADO
FAZ SEU SONHO VIRAR REALIDADE

BANESTADO
O Banco do Paraná

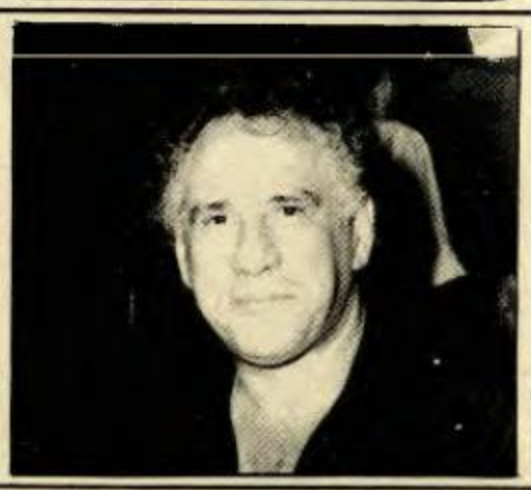
Porta-Retratos

Antonio Calderelli Castilho é inspetor regional de tributação em Maringá, e com toda a sua experiência e capacidade tem sido um braço forte na administração do delegado Elio Sanzovo.

Anacleto Petenatti, lotado na Inspetoria Geral de Tributação, vem se destacando como um dos melhores técnicos da nossa organização. É um dos principais assessores do diretor da CRE, quando das reuniões com empresários paranaenses

Daniel Maura Moureira, lotado na 10ª DRR. Detentor de uma personalidade forte, é um líder nato na regional de Paranavaí. Nos artigos que escreve para o NOTIFISCO, tem se mostrado um classista fervoroso.

Valter Chiaramonte, inspetor regional de fiscalização da 15ª DRR, Apucarana, com toda a certeza tem muito a ver com o sucesso da administração de Domingos Martins.



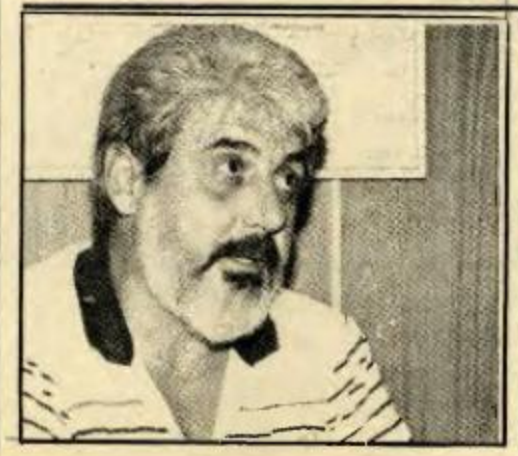
Lucidoro Santos Filho, chefe do Posto Fiscal de Paragem, na região de Cascavel. Voluntarioso e competente na sua função.

Reginaldo de França e Antonio Silva de Paulo. Funcionários da 1ª DRR, são chefes de grupo. tendo sob seus comandos cerca de 40 agentes fiscais.

Nilton José Rodrigues, assessor de Resultados da 13ª DRR. Um funcionário dedicado e empenhado a servir a organização.

Douvahir Antonio da Silva, lotado na 1ª DRR, goza de muito prestígio junto aos seus colegas de serviço, pelo empenho e denodo com que exerce sua profissão.

Nelson M. Suzuki é inspetor regional de fiscalização em Londrina. A função que exerce fala pela sua competência.



José Fernando Guapo. Possuidor de ótimos conhecimentos técnicos, vem desempenhando suas funções com brilhantismo frente à inspetoria regional de Fiscalização em Maringá.

Edivaldo Bianchi. Inspetor de Arrecadação da 8ª DRR, em Londrina. Uma força jovem com muito futuro na organização.

NOTÍCIAS DA 14ª D.R.R.

Delegado Regional Participa de Reunião de Prefeitos

NO ÚLTIMO DIA 28 DE JULHO, O DELEGADO REGIONAL DA RECEITA, SAUDINO BARBIERO, PARTICIPOU DE REUNIÃO DE PREFEITOS NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO.

NA OPORTUNIDADE, SAUDINO USANDO DA PALAVRA, CONCLAMOU A TODOS, PARA QUE, JUNTOS, TRAVEMOS BATALHA NA BUSCA DO IMPOSTO DEVIDO AO ESTADO, DO IMPOSTO JUSTO E SAGRADO, QUE DÁ CONDIÇÕES AO GOVERNO DO ESTADO, PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS NECESSÁRIAS E REIVINDICADAS PELA POPULAÇÃO PARANAENSE.

SAUDINO SALIENTOU AINDA A NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE TODAS AS PREFEITURAS, ATRAVÉS DE ACOMPANHAMENTO DO ESCOAMENTO DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO, UMA VEZ QUE ESTE REPRESENTA O PRINCIPAL ELEMENTO NA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, CUJO RETORNO SERÁ EM BENEFÍCIO DA PRÓPRIA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DAS OBRAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Cursos de Atualização

VISANDO O APRIMORAMENTO DA EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS DA 14ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA, O DELEGADO SAUDINO BARBIERO, SEMPRE EMPENHADO EM MANTER ATUALIZADOS E PREOCUPADO COM O CRESCIMENTO DO COGNITIVO DE SEUS FUNCIONÁRIOS, GESTIONOU JUNTO AO CENPRE CONSEGUINDO COM A PRESTIMOSA ESTER, A REALIZAÇÃO DE UM CURSO PARA ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ICMS E DE TREINAMENTO SOBRE O FUNCIONAMENTO DE MÁQUINAS REGISTRADORAS.

O CURSO FOI REALIZADO NO PERÍODO DE 07 A 11 DE AGOSTO, NO AUDITÓRIO DO BANESTADO, CONTANDO COM A PRESENÇA DE MAIS DE VINTE FUNCIONÁRIOS, TENDO SIDO MINISTRADO PELOS FUNCIONÁRIOS JOÃO B. CIBIN E CRISIONARDO CARNEIRO.

É DO INTERESSE DE TODA A CLASSE QUE, CURSOS DESTA NATUREZA SEJAM OFERECIDOS AOS FUNCIONÁRIOS, UMA VEZ QUE, A COMPLEXIDADE DE NOSSA LEGISLAÇÃO E A DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES, EXIGE UMA CONSTANTE ATUALIZAÇÃO POR PARTE DE CADA AGENTE FISCAL.

À ESTER E AOS FUNCIONÁRIOS MINISTRANTES, OS SINCEROS AGRADECIMENTOS DA EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS DA 14ª DRR.

Acompanhamento de Contribuintes através da Ficha "007"

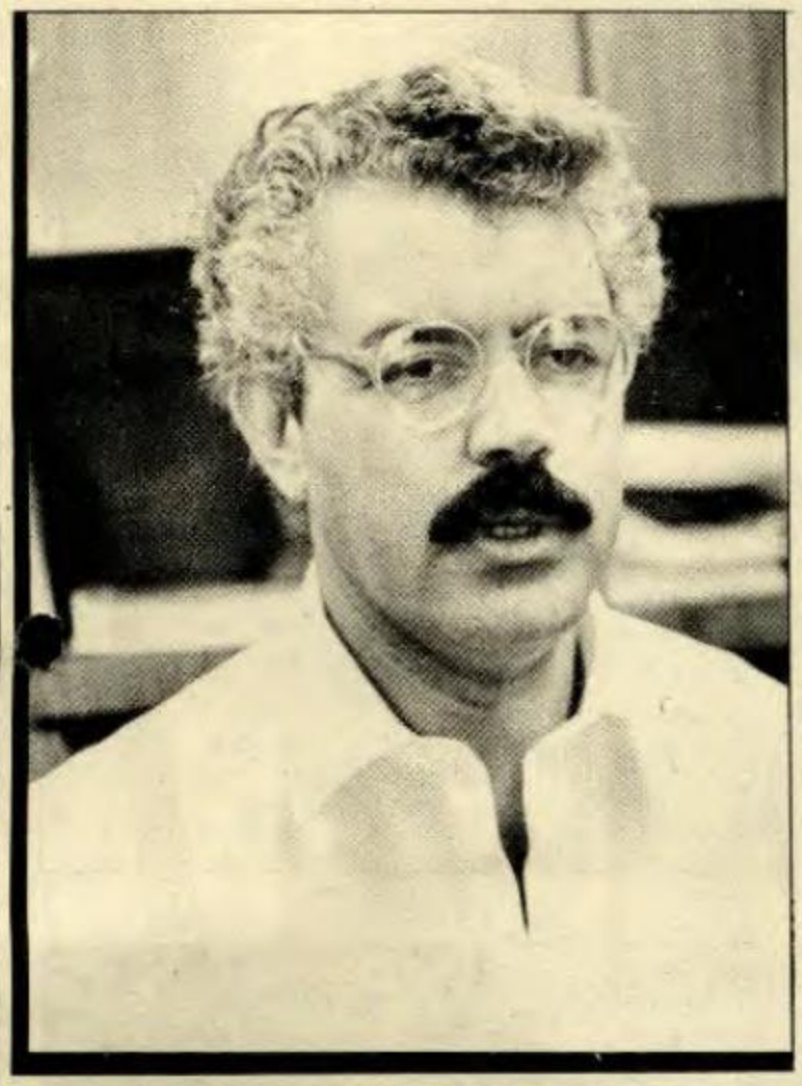
EM CONTINUIDADE À PROGRAMAÇÃO DESENVOLVIDA PELA INSPETORIA REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO O PROJETO DE EXAÇÃO FISCAL IMPLEMENTADO SOB A COORDENAÇÃO DO DELEGADO SAUDINO BARBIERO, FORAM REALIZADAS NO MÊS DE JULHO, COM O APOIO DO SISTEMA TAF, EXAÇÃO FISCAL NOS MUNICÍPIOS DE REALEZA E MARMELEIRO.

DE ACORDO COM O RELATÓRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS, FORAM CONVOCADOS DIVERSOS CONTRIBUINTES QUE, PELOS DADOS HISTÓRICOS EM PODER DO FISCO, APRESENTAVAM DEFASAGEM COM RELAÇÃO AO ICMS DECLARADO.

OS RESULTADOS OBTIDOS DOS TRABALHOS QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDOS, TEM DEMONSTRADO A NECESSIDADE DE UMA MAIOR APROXIMAÇÃO DO FISCO COM O CONTRIBUINTE, PRINCIPALMENTE ATRAVÉS DOS CHEFES DAS ARs, HAJA VISTO O ACRÉSCIMO DO ICMS DECLARADO EM GIA, DEPOIS DA REALIZAÇÃO DESTA ATIVIDADE, ALÉM DE PROPICIAR AO FISCO, ELEMENTOS PARA ANÁLISE E DETERMINAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FISCAL, QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDOS PELA IRF, COM RESULTADOS TAMBÉM SIGNIFICATIVOS.

NOTÍCIAS DA 14ª D.R.D.

Secretário visita Francisco Beltrão



NO DIA 28 DE JULHO, O SECRETÁRIO DA FAZENDA, DR. LUIZ CARLOS HAULY, VISITOU A CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, ONDE PARTICIPOU DA INAUGURAÇÃO DO "BALCÃO DE NEGÓCIOS", ORGANIZADO PELA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FRANCISCO BELTRÃO, COM O APOIO DO CEAG. NA OPORTUNIDADE O SECRETÁRIO RESSALTOU A IMPORTÂNCIA DESTE EMPREENDIMENTO, ENALTECENDO A BRILHANTE INICIATIVA DOS EMPRESÁRIOS BELTRONENSES, LEMBRANDO QUE, É IMPRESCINDÍVEL QUE O EMPRESARIADO ESTEJA UNIDO NA BUSCA DE NOVAS ALTERNATIVAS, PROCURANDO DINAMIZAR AS RELAÇÕES ENTRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

O SECRETÁRIO PARTICIPOU AINDA DE IMPORTANTE ENCONTRO DE MICROEMPRESÁRIOS, ORGANIZADO PELO CEAG, REALIZADO NO AUDITÓRIO DA FACIBEL, ONDE PROFERIU IMPORTANTE PALESTRA.

NA OPORTUNIDADE, ACOMPANHADO PELO DELEGADO REGIONAL DA RECEITA SAUDINO BARBIERO E PELO INSPETOR REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO, BERTOLINO DA SILVA, O SECRETÁRIO VISITOU DIVERSAS EMPRESAS ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, MANTENDO IMPORTANTE DIÁLOGO COM OS EMPRESÁRIOS, FORTALECENDO E VALORIZANDO A APROXIMAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE.

Vigilância constante nas rodovias rodovias do sudoeste

Procurando coibir o trânsito de mercadorias sem documento fiscal, principalmente de produtos primários, que representam o potencial maior da região sudoestina, a Inspetoria Regional de Fiscalização da 14ª Delegacia Regional da Receita, tem intensificado o serviço de fiscalização volante itinerante, em pontos estratégicos da região.

Para a execução deste trabalho, estão sendo utilizados os veículos lotados na IRF, além da Kombi safari, que em muito tem facilitado esta atividade, proporcionando melhores condições de trabalho aos agentes fiscais.

A região sudoestina, possui característica própria, já que a fronteira com o vizinho estado de Santa Catarina, é representada por aproximadamente 200 quilômetros de divisa seca, servida por mais de 120 saídas através de estradas principais e secundárias, principal motivo da dificuldade encontrada nesta árdua tarefa.

Além destes fatores, hoje o fisco depara com o bem montado esquema de controle por parte de maus comerciantes que, a cada dia aperfeiçoam seus mecanismos para ludibriarem os fiscais, chegando a organizar esquemas com "batedores", dificultando a ação do fisco.

Mesmo assim, o cometimento dos funcionários que participam deste trabalho, tem propiciado bons resultados, culminando com apreensões significativas, lavrando-se mensalmente mais de 100 autos de infração, com resultado nominal de mais de NCz$ 60.000,00, onde o percentual de AIs pagos é de 90%.

As apreensões realizadas pelo grupo de fiscalização volante incluem desde eletrodomésticos, produtos primários tais como milho e soja, produtos diversos, até apreensões de carregamentos fechados de arroz em casca, onde constatou-se a prática realizada pelo transportador, da indicação de falso destinatário.

NOTÍCIAS DA 14ª D.R.D.

Passagens pitorescas na carreira

Moacyr Martins da Silva
10ª DRR

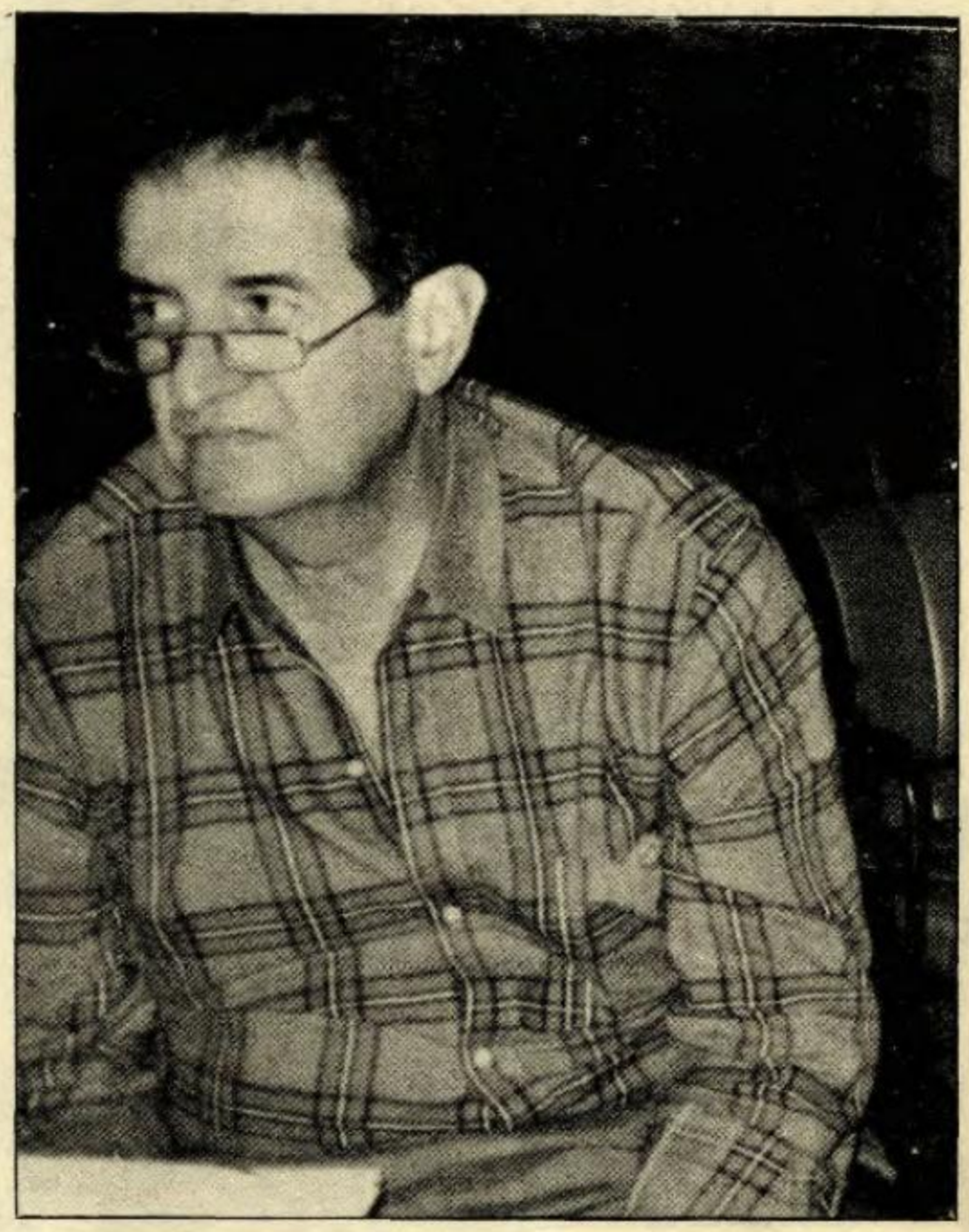
1 – Um dos inspetores bem famosos do passado (que Deus o tenha), não sabia datilografar e sempre que precisava fazer um ofício, colocava esparadrapo no dedo indicador e pedia para que alguém lhe fizesse.

2 – Um funcionário bem humilde que sempre trabalhou em Postos Fiscais, hoje aposentado na região de Maringá, conhecido por Paxazinho, a mando do Reinaldo Zanolo, foi procurar a Pauta de Valores, para tributar entrada de ELEFANTE, pertencente a um circo que iria se instalar em Colorado.

3 – Certa noite, o Domingos Martins, quando dormia no Posto Fiscal "CAPIM", foi acordado pelo colega Waldemar Paes de Almeida, pedindo muita calma e que não se mexesse porque entre suas pernas passeava tranqüilamente uma enorme cobra e o Domingos obedeceu e o Waldemar a matou; daí em diante nunca mais dormiram deitados; pregaram um prego grande no batente da porta e enroscavam a gola da japona ou paletó e dormiam em pé.

4 – Na operação ALVORADA, um cabo da Polícia Militar, promovido por ser SAPATEIRO no QG, muito afoito para fiscalizar um ônibus no Posto Fiscal Victorelli, entrou no mesmo com o calador na mão, ao chegar no final do corredor não conseguia voltar, porque o calador era muito comprido, ficou muito embaraçado, quando uma velhinha passageira o advertiu, dizendo vira só o Senhor e volta com o mesmo jeito que entrou, de imediato os demais passageiros se soltaram em gargalhadas, não gostando do comportamento dos passageiros o cabo ameaçou com prisão a todos.

5 – O Moacyr Carneiro Lobo e o Jorge Radziminski, quando supervisores na Operação Alvorada, viajavam à noite toda e sempre advertiam os funcionários para que ficassem atentos no plantão, porque a qualquer momento podia passar por ali o secretário da Fazenda; o Paxazinho já citado no número 2, se descuidou e dormiu no plantão, acordou assustado com uma camionete Chevrolet parada junto à cancela; esfregando os olhos foi até a camionete e verificou que estava com uma pequena mudança em cima, abriu a cancela e liberou o veículo, mas ficou encucado com um papagaio que lhe parecia muito familiar e a mulher sentada no banco da camionete ao lado do motorista também, mas tudo bem já foi deixa pra lá. No dia seguinte deixou o plantão e foi para casa, ao chegar notou a sua residência vazia e notou também a falta do papagaio, interpelou a vizinha e esta lhe respondeu: Senhor José (Paxazinho) sua mulher lhe abandonou e alugou uma camionete indo morar em Pirapozinho-SP levando a parte da mudança que lhe cabia. Aí ele esclamou, então eu estava dormindo mesmo, porque quando abri a cancela do Posto Fiscal, notei que o papagaio era o meu e a danada levou embora.



Emendas criam trem da alegria

CURITIBA (Da sucursal) – Duas emendas apresentadas ao anteprojeto 1 da Constituição Estadual, patrocinadas pelos deputados Tadeu Lúcio Machado (PMDB) e Raul Lopes (PSDB) vão criar, se aprovadas, um "trem da alegria" para cerca de 500 passageiros, todos servidores da Secretaria da Fazenda. As emendas que levam os números 700 (Lopes) e 738 (Machado), devem ser votadas até sexta-feira, dentro do capítulo das Disposições Transitórias da nova Constituição do Paraná.

Inspiradas pelos próprios servidores interessados, as duas emendas permitem o enquadramento de funcionários em funções de secretárias, datilógrafas, telefonistas, motoristas e até advogados e jornalistas como agentes fiscais, sem concurso, em que o salário inicial é de NCz$ 1.300. A maioria dos possíveis beneficiados ganha hoje um salário médio de NCz$ 300.

Esse enquadramento previsto pelas emendas – que possuem a mesma redação – depende de apenas duas condições: só os funcionários com estabilidade garantida no ano passado pela Constituição federal e com o segundo grau completo podem optar pela carreira de agente fiscal.

A Secretaria da Fazenda possui hoje cerca de 1.200 fiscais quase todos concursados – os últimos a entrarem pela "porta dos fundos" foram admitidos ainda na década de 70.

Nos dois últimos concursos, 1980 e 1985, o número de candidatos por vaga foi maior que qualquer vestibular nas Universidades sediadas no Estado: 50 e 70, respectivamente.

DESESTRUTURAÇÃO

Além de desestruturar o quadro de fiscais a passagem de funcionários administrativos para a coordenação da receita do Estado poderá gerar um caos na Secretaria da Fazenda. As emendas garantem a necessidade física da receita, mas em compensação levariam o Estado a realizar concurso público para contratar telefonistas e datilógrafas, por exemplo.

O "trem da alegria" não leva em consideração também o nível técnico alcançado através de sucessivos concursos públicos para a composição do quadro único de agentes fiscais.

Na justificativa das emendas, conta a favor das propostas o singelo argumento de que "é de conhecimento público a falta de agentes fiscais, fato que vem contribuindo para a queda da arrecadação do ICMS no Estado". E que "o aproveitamento de pessoal já vinculado ao Estado permitirá o incremento da máquina fiscalizadora sem a necessidade de aumento de despesa tão elevada como ocorreria no caso de recrutamento externo".

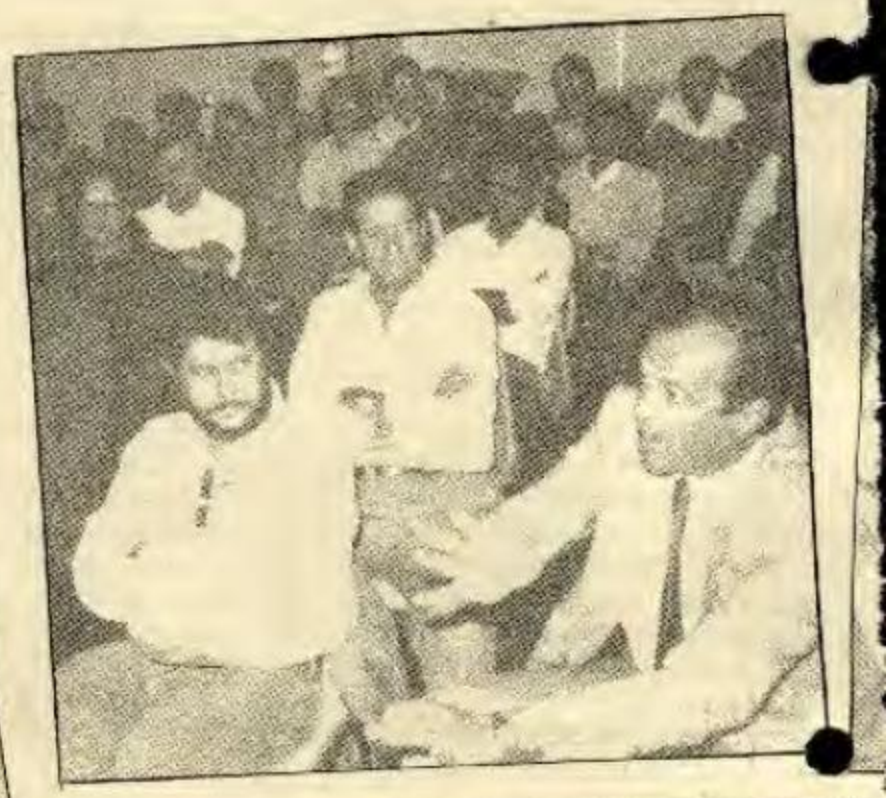
Na verdade, a transformação de servidores administrativos em agentes fiscais até aumentaria as despesas, porque obrigaria o Estado a admitir substitutos. E os "novos" fiscais já ingressariam na carreira com salário superior ao inicial, por causa dos adicionais de tempo de serviço.

Transcrito da Folha de Londrina – 01/08/89

Ocupantes de cargos em co

Clóvis Rogge comandando a reunião dos cargos em comissão

Realizou-se em Curitiba, dia 16 de agosto, uma "Assembléia" de funcionários
equacionar a difícil situação salarial pela qual passa a
A reunião foi aberta pelo secretário Hauly que, uma vez mais, provou estar realm
pedindo apenas um pouco mais de paciência, já que certas decisões não
Já o diretor da CRE, Clóvis Rogge, fez um relato de tudo o
de negociação com o governo e, também ele, mostrou-se empenhado e compromet
José Laudelino Azzolin, presidente do SAFITE, convidado para a reunião,
Sindicato e a comissão especial para negociação vem agindo, externando tambe
Mário Grott e Luís Alves de Oliveira, delegados da Receita de Curitiba e Pon
da situação de descontentamento que domina a classe fiscal, e mostraram-se aflit
tornar nossos salários compatíveis com a atividade
Fizeram, ainda, uso da palavra, Aguimar Arantes, Domingos Martins,
mostraram-se igualmente preocupados com a nos
Ao final da reunião, por entendimento unânime, foi concedido um prazo de 30 d
A reunião foi marcada pelo comparecimento expressivo de ocupante
ausência de determinados colegas foi sent



"Mais valeu o risco de reivindicar e ser mal entendido, do que ter sido covarde e se omitido".

Mário Grott — 1ª D.R.R.

Av

Você que ocupa cargo em comis
reunião realizada em Curitiba, não se p
benefícios conseguidos, por aqueles
também por

missão na luta por melhores salários

cupantes de cargos em comissão, objetivando
sse de agentes fiscais.
nte empenhado em resolver os nossos problemas,
lependem única e exclusivamente dele.
e vem ocorrendo em termos
do em solucionar de vez a nossa questão salarial.
eceu comentários sobre a maneira como o
sua preocupação com os nossos vencimentos.
Grossa, respectivamente, fizeram um relato
s em encontrar, o quanto antes, uma maneira de
desempenhamos.
o Mainguê e Gerson Tarosso, os quais
fasagem salarial.
ra a solução definitiva de nossa situação salarial.
cargos em comissão. No entanto, a
r todos.

iso

são e que "não pôde" participar da
eocupe. Seu cargo continua garantido e os
que colocaram o pescoço a risco, serão
ocê auferidos.

Delegados presentes à reunião de Curitiba

1ª DRR – Mário Grott
2ª DRR – Pedro Luiz de Paula Neto
3ª DRR – Luís Alves de Oliveira
4ª DRR – Pedro Ângelo da Silva
5ª DRR – Antonio Bonin
6ª DRR – Jorge Soresine
7ª DRR – Miguel A. Dias
8ª DRR – Claudinê de Oliveira
9ª DRR – Élio Sanzovo
10ª DRR – Moacyr Martins
11ª DRR – Maurício Corrêa Machado
12ª DRR – Ranulfo Dagmar Mendes
13ª DRR – .....
14ª DRR – Saudino Barbiero
15ª DRR – Domingos Martins
16ª DRR – Gilberto Della Colleta

O medo da Independência

"O maior cuidado de um governo deveria ser o de, pouco a pouco, habituar o povo a não precisar dele."
(Alexis de Torqueville)

José Pio Martins

Conversando com um jornalista sobre o funcionamento da economia ouvi a seguinte indagação: a coisa parece simples, por que então o país não dá certo? Parte da resposta nos é dada pelo Banco Mundial no seu relatório anual de 1988. "O grande drama da economia mundial contemporânea é o tamanho exagerado do setor público", afirma o banco. A questão, então, é saber por que o tamanho do setor público é em si um problema.

Aí entra a compreensão da mecânica da economia. Até a década de trinta os governos se limitavam a administrar o essencial para a vida em sociedade. Isto é, praticamente cuidavam de administrar o território (defesa e segurança) e a aplicação do regimento social (justiça). Com a grande depressão econômica, inspirados nas teorias de Keynes, os governos ocidentais resolveram que o Estado deveria realizar gastos (demandar) para ativar o mercado, a produção e o emprego. Nem que tivessem de emitir moeda para pagar suas compras. Como os preços caíam (deflação) ao invés de subir, as emissões monetárias não teriam efeito inflacionário.

A partir daí os governos no mundo inteiro não pararam mais de gastar. Mesmo sem a motivação inicial (aumentar a produção e o emprego) o Estado continuou sendo um grande comprador. Sem conseguir extrair impostos da sociedade, suficientes para pagar seus gastos, os governos apelaram para o endividamento e a emissão de dinheiro. É o déficit em carne e osso.

Dois elementos foram (e são) determinantes nessa conduta dos governos. Keynes ofereceu o paraíso aos políticos. Poder gastar, investindo e empregando (o que é agradável e dá voto) sem cobrar mais impostos (o que é desagradável e tira votos) deu origem a "motivação política". O segundo elemento foi a crença de que o Estado, ao gastar, estava melhorando a vida da sociedade. Este ponto é o cerne da grande ilusão. Tentemos examiná-lo.

O Estado não produz nada. É um agente abstrato, que tira da sociedade, e paga esta mesma sociedade para produzir alguma coisa. Os bens coletivos são produzidos assim. O bem estar do povo depende da sua capacidade produtiva. O Estado não tem capacidade de aumentar a produção. O que ele pode é organizar melhor a distribuição. E o faz quando toma dinheiro do povo e paga uma parte desse povo para produzir coisas sociais (saúde, educação etc). O grande erro de Marx foi pensar que agrupados sob o Estado as pessoas produziriam mais. É o inverso. Produzem menos. O Estado gasta muito para gerenciar a extração de dinheiro do povo (tributação) e a sua aplicação (gasto público). Gasta-se muito até para escolher quem vai fazer isso (eleições). Os governos já estarão fazendo muito se forem eficientes na administração das políticas monetária, fiscal, cambial e do crédito.

Então a crença do Estado salvador do atraso é infundada. Mais grave: quando o Estado, não tendo receitas para pagar seus gastos, apela para o endividamento e emissões, ele não aumenta o progresso e nem sequer é neutro. É fator de atraso. Essa atitude provoca inflação, que inibe investimentos, corrói salários e gera a recessão. Portanto, nesse caso o Estado causa queda de produção e desemprego.

Mas por que é tão difícil combater o déficit? Há, pelo menos quatro barreiras sérias. Parafraseando Milton Friedman, o triângulo de ferro impede o saneamento do setor público. Os políticos eleiçoeiros, que se beneficiam de mais gasto, a burocracia oficial, que garante empregos e vantagens, e os beneficiários da lei, que asseguram favores e subsídios. Aduziria mais um elemento: a própria sociedade, que se habituou a depender do Estado para resolver grande parte dos seus problemas. Especialmente nos países latinos.

O governo produz (sic) a infraestrutura (energia, comunicação e transportes), a assistência social, a educação, a saúde, a segurança, tutela o produtor rural, financia o industrial, socorre o falido, perdoa o imprudente, organiza show musical, comanda campeonato de futebol, patrocina corrida de carro e enterra os mortos. Isto dá a impressão de que o Estado só faz o bem e, assim, deve continuar gastando, mesmo que tenha de emitir. Poucos se dão conta de que isto custa a miséria e o desemprego de muitos. E a forma mais acabada dessa coisa é a inflação, um imposto sem lei e sem regras.

Mas a sociedade tem medo da independência. Quer liberdade política, mas não sabe que ela não existe sem liberdade econômica. Hoje, todas alas, esquerda, direita e indecisos concordam que é preciso reduzir a intromissão do Estado e sanear as finanças públicas. Em tese. Viver sem o governo assusta.

Este quadro é mais grave ainda no caso de Estados e Municípios, que não têm filial da casa da moeda e, portanto, não podem girar a guitarra de fazer dinheiro.

E os próprios homens de governo são sérios obstáculos para a redução dos gastos e o saneamento do déficit. Acham o governo necessário em tudo. É normal. O negócio de cada um é fazer mais na sua respectiva área. É a única forma de ser avaliado.

Mas é preciso evitar que cada um gaste o que quer. Primeiro porque a sociedade não dá ao governo recursos para pagar a soma dos gastos. Segundo, porque é preciso difundir uma cultura anti-déficit o que, em última instância, é difundir a cultura anti-inflação.

José Pio Martins, economista, Diretor Geral da Secretaria da Fazenda do Paraná.

SEGURO DE VIDA EM GRUPO E ACIDENTES PESSOAIS SÓ PARA AFFEP

FUNCIONÁRIOS, ASSOCIADOS E DEPENDENTES

VANTAGENS

• Sem jóia e sem carência • Cobertura nas 24 horas do dia • Não entra em inventário • Livre indicação de Beneficiários • Não responde por dívidas do segurado.

Cia. União de Seguros Gerais

ATUALIZE SEU SEGURO • ESCOLHA SEU PLANO NA TABELA AO LADO
IMPORTANTE: Exija a identificação do agenciador.

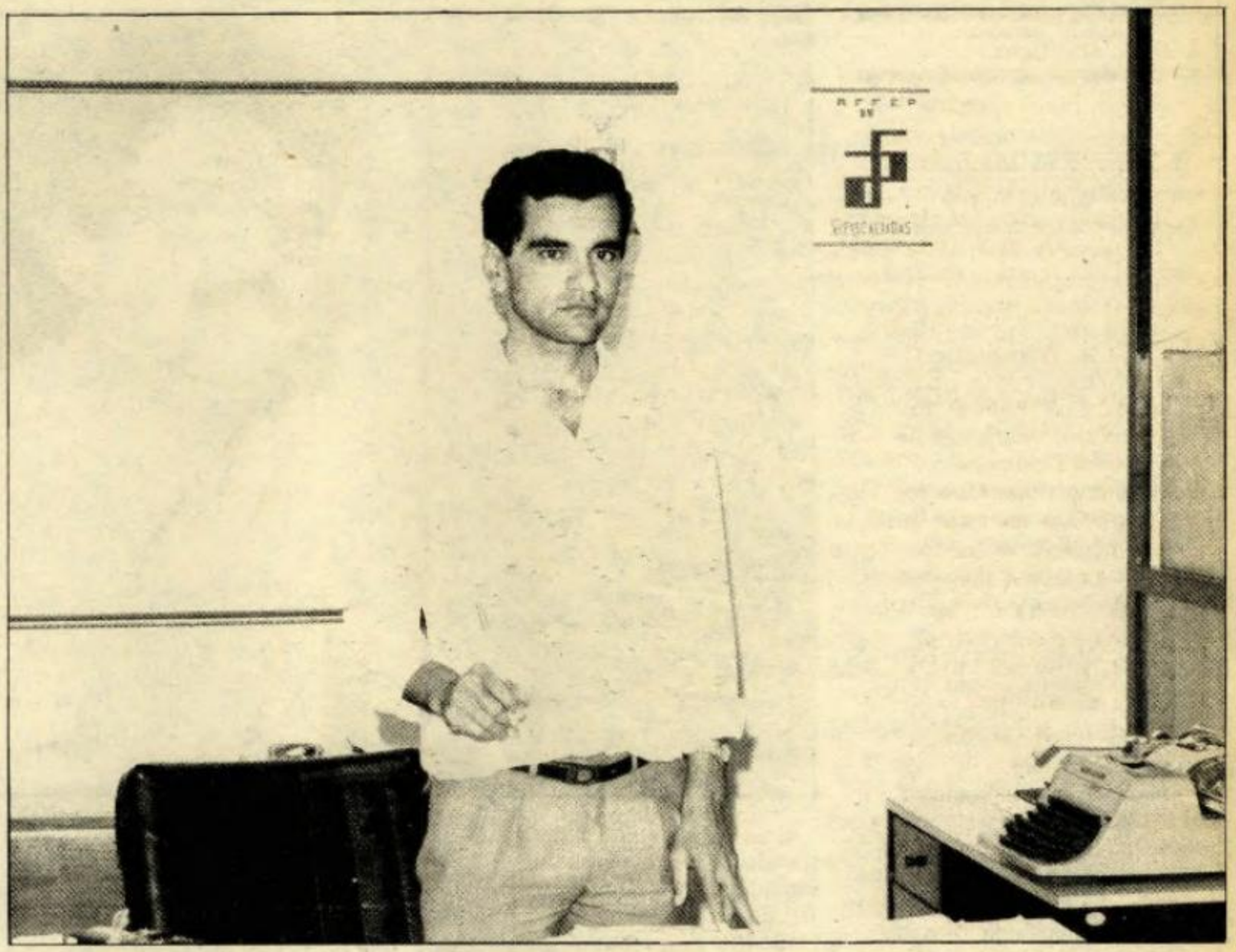
ATÉ 50 ANOS, 5 MESES E 29 DIAS

Morte Natural	Morte Acidental VG + AP	Inv. Permanente P/ Acidente	Custo Mensal Func.	Custo Mensal Casal	AMDS	DH	Custo Mensal Func.	Custo Mensal Casal
50.000,00	200.000,00	150.000,00	75,70	151,40	5.000,00	250,00	99,80	199,60
40.000,00	160.000,00	120.000,00	60,56	121,12	4.000,00	200,00	79,84	159,68
30.000,00	120.000,00	90.000,00	45,42	90,84	3.000,00	150,00	59,88	119,76
20.000,00	80.000,00	60.000,00	30,28	60,56	2.000,00	100,00	39,92	79,84
10.000,00	40.000,00	30.000,00	15,14	30,28	1.000,00	50,00	19,96	39,92
DE 50 ANOS E 6 MESES A 60 ANOS, 5 MESES E 29 DIAS								
20.000,00	80.000,00	60.000,00	30,28	60,56	2.000,00	100,00	39,92	79,84
10.000,00	40.000,00	30.000,00	15,14	30,28	1.000,00	50,00	19,96	39,92

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS FISCAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Subfaturamento: como combater

José da Silva Carvalho
12ª DRR



O exercício da atividade fiscal tem se mostrado cada vez mais audacioso, atingindo volumes incalculáveis de recursos sonegados aos cofres do Poder Público de todas as esferas.

Essa pernície atitude dos contribuintes constitui-se na forma mais odiosa de sonegação, visto que, embora tendo certeza de que os valores constantes das Notas Fiscais não são os efetivos da operação, mas não podendo fazer nada por falta de provas, o fiscal sente-se como aquele marido traído, que muitas vezes tem certeza de estar sendo enganado mas não pode tomar nenhuma atitude por falta daquele flagrante, necessário e suficiente para tomar a medida decisiva, que no caso do fiscal seria a autuação.

Os contribuintes fazem de tudo e um pouco mais, para fugirem da ação fiscal – orientam seus entregadores, emitem pedidos com cópias sem identificação, criam códigos de clientes para facilitar a entrega da mercadoria e vão por aí subfaturando suas mercadorias a ponto de, em alguns casos, chegar ao absurdo da Nota Fiscal corresponder aos míseros 26% do valor da operação, conforme foi constatado recentemente num Auto de Infração lavrado na Agência de Rendas de Goio-Erê.

Por sua vez os adquirentes dessas mercadorias vão facilitando como podem a vida dos sonegadores, escondendo cópias de pedidos, disfarçando na hora de efetuar o pagamento da mercadoria ante a presença do fiscal; negando, quando perguntado se a mercadoria chegou com "meia nota" como é conhecida na prática, enfim, fazendo de tudo para dificultar a comprovação do crime, já que eles são diretamente beneficiados.

Enquanto isso acontece diuturnamente, os pobres fiscais vão assistindo passivamente a esse verdadeiro absurdo, diante da complacência de uma legislação que se não chega a proteger os infratores, também não traz qualquer novidade em termos de mecanismos eficazes contra os que, direta ou indiretamente, se beneficiam do famigerado subfaturamento.

Não vai aqui nenhuma crítica aos legisladores, até porque o anteprojeto da lei do ICMS foi elaborado por funcionários da SEFA/CRE cuja capacidade técnica sobre matéria tributária é indiscutível e reconhecida nacionalmente.

Entretanto, os dispositivos que tratam do assunto, não têm a consistência ideal, capaz de garantir ao agente do fisco tomar medidas cabíveis tão logo se depare com mercadorias reconhecidamente subfaturadas, não importando a origem ou destino das mesmas. E, por exemplo, o que acontece com o parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8933/89, que, embora atribuindo responsabilidade pelas infrações, aos que concorrerem para sua prática ou dela se beneficiarem, no caso em espécie, fica prejudicado na capitulação da penalidade, definida no item VII do § 1º do Art. 66, que especifica apenas o emitente da Nota Fiscal como único responsável pela infração.

Diante de todas essas dificuldades, torna-se necessário a adoção de medidas urgentes no sentido de amenizar os efeitos danosos dessa prática tão indesejável e cada vez mais comum entre os costumazes sonegadores.

Os funcionários fiscais de campo certamente vêm fazendo o que é possível; ao conferirem as cargas e descargas de mercadorias nas cidades, têm tentado colher os pedidos que, confrontados com os documentos fiscais, têm rendido significativos Autos de Infração, muito embora, por se tratar de medidas isoladas, fatalmente elas enfraquecerão.

Assim sendo, resta encontrar-se um caminho mais curto para se chegar mais rápido até os sonegadores e seus beneficiários. Quer pelo aperfeiçoamento da lei, criando-se mecanismos que penalizem aos adquirentes de mercadorias subfaturadas; quer através de vendedores e representantes comerciais autônomos, levantando-se seus talões de pedidos e confrontando-se com as Notas Fiscais emitidas; quer pelos arquivos das indústrias e distribuidoras, via § 1º do Art. 59 da lei 8933/89; ou qualquer outra forma que seja, o importante mesmo, é combater essa verdadeira vergonha nacional.

O NOTIFISCO PRECISA DE VOCÊ

Não dá mais...

José A. Camargo
ADRH/CRE

A Constituinte Estadual analisa uma emenda que diz respeito ao Quadro Próprio da Coordenação da Receita Estadual, e que tem o seguinte teor:

"Art. . . . – Os atuais servidores lotados na Secretaria de Estado da Fazenda, abrangidos pela regra prevista no artigo 19 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da promulgação desta Constituição, optar pelo enquadramento no Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado."

A justificativa para inclusão desta Emenda na Carta Estadual, é a seguinte:

"E de conhecimento público a falta de Agentes Fiscais, fato que vem contribuindo para a queda da arrecadação do ICMS do Estado."

Primeiramente, analisemos o artigo 19 das Disposições Transitórias da C.F., que diz:

"Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição, SÃO CONSIDERADOS ESTAVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO."

Notem que a C.F. tão-somente assegurou ESTABILIDADE aos servidores públicos; e a servidores públicos que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da C.F.

E o que diz o artigo 37 da C.F.? Entre outras coisas:

"II – A INVESTIDURA EM CARGO OU EMPREGO PÚBLICO DEPENDE DA APROVAÇÃO PRÉVIA EM CONCURSO PÚBLICO . . ."

Neste caso, a Constituição Federal assegurou que qualquer investidura em cargo ou emprego público se dê através de CONCURSO PÚBLICO.

Assim, entendemos que uma Emenda como a que se pretende introduzir no texto da Constituição Estadual, NÃO ENCONTRA NENHUM FUNDAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL.

E isto porque não se pode transformar uma simples estabilidade em serviço público, em INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO que, repetimos, carece de aprovação prévia em CONCURSO PÚBLICO.

Outro fato a se considerar é que, embora de importância secundária na análise em questão, a arrecadação do ICMS do Estado, apesar de todos os percalços que aqui não cabem ser analisados, tem mantido um razoável equilíbrio. Entretanto, o principal fator de deterioração da Receita do Estado, se deve ao amplo desajuste e desequilíbrio econômico de nosso País -- e o Paraná não é exceção à regra no sentido de não ser afetado e atribulado por heresia econômica que atravessamos. Na verdade temos observado uma corrida desigual, em que as Despesas sempre se apresentam à frente das Receitas, o que não se concebe em termos de gerência de qualquer natureza.

Atualmente as Receitas já chegam aos cofres públicos corroídas em cerca de 40 a 50 por cento, em função do prazo decorrido entre a sua geração e a sua arrecadação. E dentro do quadro econômico que se nos apresenta, não há como corrigir essa distorção, a não ser com um corte monumental nos gastos públicos.

Mesmo reconhecendo a necessidade que a Coordenação da Receita do Estado tem de pessoal, o acesso ao seu Quadro de Pessoal tem de ocorrer por Concurso Público, como preceitua o artigo 37 da C.F., e não através de uma Emenda que rejeita, até mesmo, o estabelecido no artigo 19 da mesma Constituição Federal.

Respeitamos técnica e profissionalmente os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda, e até podemos compreender o anseio que têm de comporem o Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado. Mas não podemos, de forma alguma, concordar com uma medida que, além de não encontrar respaldo constitucional, irá comprometer seriamente o trabalho gigantesco que tem sido desenvolvido para ajustar, aperfeiçoar e corrigir as distorções nele existentes, provocadas por medidas, também, desta mesma natureza.

Mais ainda, os próprios preceitos de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, inseridos no citado artigo 37 da C.F., devem desde já ser respeitados, sob pena de aumentarmos o descrédito e a desconfiança da sociedade, como um todo, no serviço público, já desprestigiado e desmoralizado.

COLEGAS

O NOTIFISCO está sendo enviado a todos os colegas aposentados. Para isso, atualize seu endereço!

Telefone para 223-7414, com INÊS.

Amizade ADEPISTA

Não me venha falar de amizade global.
Ela só existe como açúcar ou sal.
No gosto de quem prova momentaneamente,
O sabor da fruta ou o amargo da semente.

Amizade em qualquer idade tem seis graus,
Existentes para os bons e para os maus.
Pode ser espontânea, livre e casual,
Como a do vizinho, a do barbeiro, em geral.

Amizade do segundo grau é a do trabalho,
A do lazer, da vida à toa, a do baralho.
Tem a duração de todos seus motivos,
Mantem-se intacta com iguais objetivos.

Com amigos do terceiro grau pode-se contar,
Estão sempre disponíveis, prontos a ajudar.
Nos momentos de perigo e de aflições,
Fecham os interesses e abrem os corações.

No quarto grau se trocam experiências,
Ampliam-se os sonhos e se dilatam crenças.
A partilha de tudo se torna puro gozo
No azáfama da vida e do repouso.

No quinto grau se explora o intelecto,
Em que o amigo é sempre o mais dileto;
Ele te ajuda a resolver problemas,
Perseguir idéias e matar dilemas.

Amizade do sexto grau é confiança,
Sentimento de ternura e segurança.
É o que se busca e não se alcança,
Fora da afeição adepista e da CREança.

Londrina, 30.07.89.

Professor
Espírito Santo

Curitiba, 08 de agosto de 1989

Senhor Redator:

Pelo presente, tenho a satisfação em comunicar-lhe, que a nova Diretoria para o Mandato 89/90 da A.F.F.E.P. de Curitiba e área Metropolitana, ficou assim constituída, conforme Eleições realizadas por Assembléia Geral no dia 03/08/89:

Conselho Diretor

Presidente: Jesomir Uba – 1ª DRR.
1º Vice Presidente: Luiz Fernandes de Paula – 2ª DRR.
2º Vice Presidente: Reni Atalde Pires – C.R.E..

1º Secretário – Joeci Ehlke Santi Matos – 1ª D.R.R.
2º Secretário – Roberto A. Piekarczyk – 2ª D.R.R.

Conselho Fiscal

Presidente: Alvides Marconato – 1ª DRR.
Dalton Kreitlov – Membro - 1ª DRR.
Ademar Yoshiaki Huzioka – Membro - 1ª DRR.
Fermino Kovaltchuk – Membro Suplente - 1ª DRR.

Diretores Nomeados

Diretor do Patrimônio: – Luiz Adalberto Cherpinski
Diretor Social: Ormando Demarche
Diretor de Esportes: – Osmar de Araújo Gomes
Diretor de Sede: – Ileomar Antonio Uba
Diretor Tesoureiro: 1º – Nilton Antonio da Guarda
Diretor Tesoureiro: 2º – Reginaldo França

No ensejo, rogo-lhe, para que em sua coluna escrita no formidável "NOTIFISCO" dirigido por V.S., proclame à campanha de novos sócios para A.F.F.E.P. de Curitiba e área Metropolitana, que é de todos nós.

Cordiais Saudações.

Jesomir Uba – Presidente

Sonia Regina Pratas

1987 11ª DRR

O Amor e sua irmã gêmea a dor.
O Amor e suas decepções.
O Amor e suas ilusões.
O Amor e suas esperanças perdidas.
O Amor e seus múltiplos sonhos.
O Amor e suas fantasias eróticas.
O Amor e suas artimanhas.
O Amor e suas férteis imaginações.
O Amor e sua vontade de vencer,
O Amor e sua sede de crescer.
O Amor e seu broto no lodo.
O Amor e seu regato cristalino.
O Amor e suas constantes revelações
O Amor e sua imensidão.

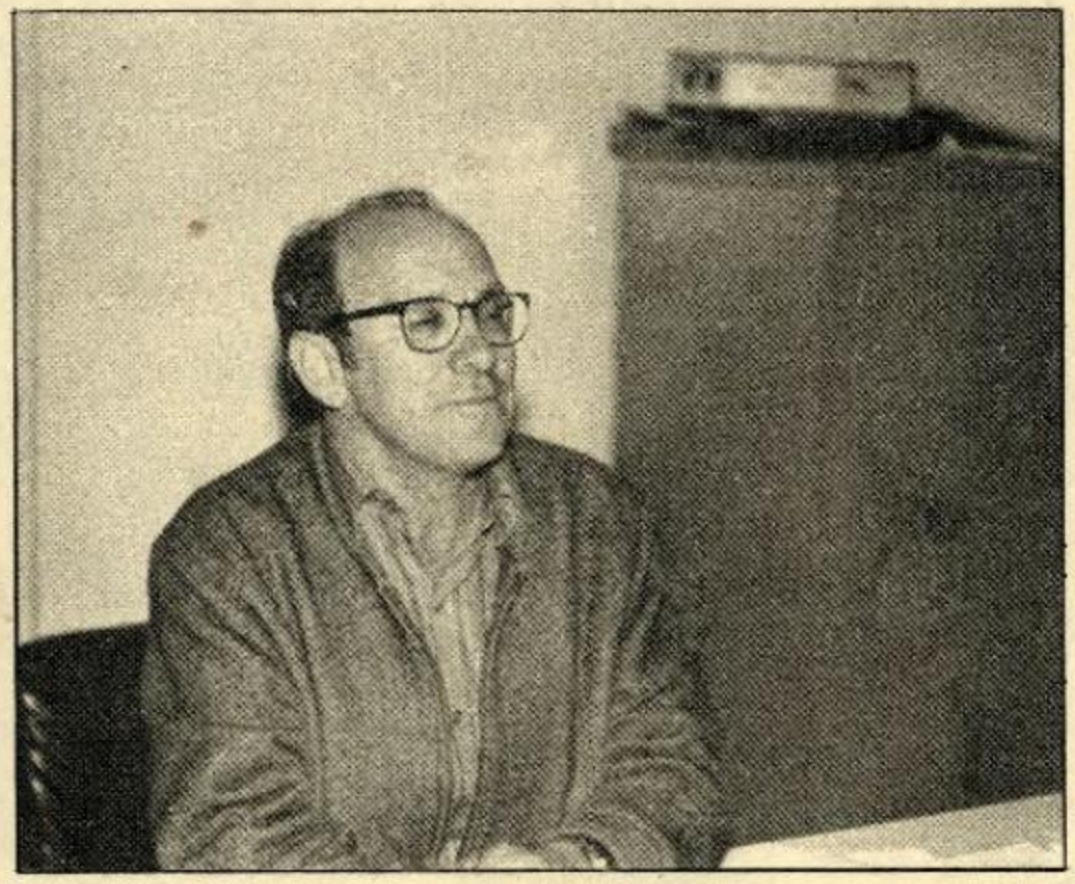
sentidos e emoções

Professor Espírito Santo

A CRE deve, tanto quanto possível, consistir de partes cambiáveis a não depender de personalidades excepcionais

O parto da montanha

Edivino Ferrari
1ª DRR



Conta um escritor romano ue certa vez uma montanha começou a se contorcer, a tremer, a gemer, a se sacudir, tal como uma mulher em trabalho de parto. Todos ficaram atentos. Que iria acontecer? De repente, vem saindo um ratinho branco. Então, conclui o escritor: esperávamos que a montanha fosse parir um elefante, no entanto pariu um ratinho branco.

É um fato registrado há muito tempo por um escritor genial. É claro que se trata de uma imagem, de uma transposição. O fato base dessa história, dessa parábola foi colhido do mundo humano, do procedimento dos homens. O que o escritor observou é que os seres humanos, para chamarem a atenção sobre o que fazem, sacodem céus e terras, não levando em conta o grau de importância do fato. Na ânsia de aparecer, de chamar a atenção a si, provocam os maiores estardalhaços por dá-cá-aquela-palha.

Entre o tempo em que viveu aquele escritor e onosso tempo, fluiu muito tempo, mas os seres humanos continuaram basicamente os mesmos. É só erguer a cabeça e correr os olhos pelos horizontes humanos que já se vislumbramam centenas de montanhas parindo ratinhos brancos.

Baixando-se das estratosferas para as argamassas da vida, detenhamo-nos, por uns instantes, no que se fez em torno das promoções dos fiscais. Moveram-se céus e terras, trombeteou-se do alto dos edifícios. Todo mundo envolto nesse universo ebuliente brandiu sua adaga. Para ganhar o quê? Umas migalhas que, na maiopria dos casos, não pagam um almoço. Se o ratinho do romano tivesse presenciado o que se passou nestas plagas e nestes tempos quanto às escaramuças desenvolvidas para se obterem tais promoções, teria morrido de rir, de estupefação, pois é mais que evidente que ele envergonha menos sua montanha que as promoções aos que terçaram armas pela sua consecução.

Chego até a compreender tais atitudes. Quando nos falta a visão da substância, aferramo-nos aos acidentes, ao secundário. Como não está sendo posta em prática política salarial que recupera a corrosão do salário, cada mês que passa, o poder aquisitivo do nosso ganho se torna menor. Daí a corrida àquilo que se imagina ser o mapa da mina. Só que, em vez de ouro, o que se encontra é ouropel; em vez de jóia, bijuteria.

Apesar de ser uma ridicularia, essas promoções não foram aplicadas de maneira equânime a todos que já preenchiam os requisitos legais. Um grupo ficou de fora. Se não tivesse havido nenhuma exceção, de acordo; mas isso não foi o que ocorreu. Promoveram-se de maneira excepcional alguns, deixando outros que estavam nas mesmas condições. Por que isso? É o fantasma da inflação? Que é isto? Combate à inflação não se faz por aí. Então, o que é?

Seria bom que o ratinho romano ressuscitasse, para trazer um pouco de racionalidade e serenidade às nossas mentes confusas, de vez que parece estar nos faltando luz própria para alumiar nossos caminhos.

O ratinho teria tudo a seu favor, desde o fato de ser romano até o de não estar contaminado com a nossa cultura. Como romano, ele aplicaria o lema de seu tempo: RIDENDO CASTIGAT MORES e, como alemento fora da nossa cultura, teria condições de ver o cipoal em que estamos emaranhados.

U T NHO VALOR

Ap sar d minha máquina d scr v r s r um modelo antigo, funciona b m, com xc ção d uma t cla. Há 42 t clas que funcionam b m, m nos uma, isso faz uma grand dif r nça.

D v mos t r o cuidado para qu nosso grupo não s ja como ssa máquina d scr v r.

Ningu´m t m o dir ito d p nsar: "Afinal, sou ap nas uma p ssoa, s m dúvida não fará dif r nça para o nosso grupo".

Compr nd mos qu , para um grupo pod r progr dir, dificilm nt pr cisa da participação ativa d todos os s us m mbros.

S mpr que voc^ p nsar qu não prec isam d voc^, l mbr -s da minha v lha máquina d scr v r diga a si próprio: " u sou uma das t clas important s nas nossas atividad s; os m us s rviços são muito n c cssários".

Autor d sconh cido

Oração para os dias mais amargos de minha vida

Noel S.R. Mendes
A.A.A. SMT. CRE

Senhor meu Deus e meu amigo, aqui na terra já não sei se posso dizer que tenho amigos pois muitos daqueles que se diziam meus amigos, hoje nem sequer me dirigem a palavra, e quando isso acontece, parece que vêem em mim uma doença transmissível e foi pensando em vossas palavras: SEM MIM NADA PODEIS FAZER, confesso mais uma vez que preciso de Vossa ajuda. Quero reagir, pois concluo que, se o Pai me conserva, é por desejo de me ver continuando a viver na terra, como sei que nunca Vos deixais vencer em generosidade, estou certo de que me ajudarás na luta e no final me dareis a vitória.

Lembrai-vos, bom Mestre, que convidastes os sofredores a vos procurar. Não disestes: VINDE A MIM VOS QUE ESTAIS ACABRUNHADOS E EU VOS ALIVIAREI? Colaborai comigo, aumentai minha coragem, alongai minha consciência, enchei-me de confiança.

Sei que todos os sofrimentos desta vida passam, mais cedo ou mais tarde e nada são comparados com a eternidade sem fim a Vosso lado. Fazei então que eu aproveite ao máximo este, antes de ele passar. Sei que quereis que eu lute... Convosco e como Vós, pois é lutando como Vós e Convosco que a gente amadurece e se valoriza.

Dai-me a Graça de aguardar este resultado sem me queixar, lembrando-me de que nenhum sofrimento humano é mais cruel do que aquele que suportastes e vencestes.

Espero, depois de cessado o vendaval, poder agradecer todos os valores que trouxestes.

Sei que com vosso auxílio, chamarei mais tarde estes dias – DIAS ABENÇOADOS, Porque terão contribuído para a realização do Plano do Pai Celeste a meu respeito.

O trem da alegria descarrilhou

João Manoel Delgado Lucena
Assessor de Resultados da 1ª DRR
Agente Fiscal CONCURSADO

No último NOTIFISCO foi publicada a emenda nº 0738 do Nobre Deputado Paranaense Tadeu Lúcio Machado, onde dá a oportunidade de o funcionário CLT que presta serviço à Secretaria da Fazenda há mais de cinco anos optar pelo ingresso no quadro próprio da CRE.

Entendemos que todos têm sua importância no quadro de funcionários, tanto na CRE, como na Secretaria da Fazenda. Concordamos que os funcionários C.L.T.s são importantes na estrutura funcional, desempenham o seu papel muito bem, são uma peça indispensável nessa máquina administrativa.

Mas a forma de ingresso nos quadros da CRE, não é essa, é sim por concurso público, outra forma é um verdadeiro "TREM DA ALEGRIA", além de ser, inconstitucional, é imoral e tenho certeza que a classe fiscal do Paraná não vai aceitar essa anomalia que estão querendo fazer.

Nós, para fazermos parte dessa classe tivemos que disputar vaga com quase 30.000 candidatos e somente existiam 300 vagas, uma proporção de 100 candidatos para cada vaga.

É justo para esses 29.700 candidatos que não lograram êxito no concurso verem criar esse "TREM DA ALEGRIA"? É justo a classe fiscal ser desmoralizada pela opinião pública por que aceitou nos seus quadros esse "TREM DA ALEGRIA"? Claro que não.

Tenho certeza absoluta que a classe vai brigar com toda a sua força para que isso não aconteça.

A classe fiscal já venceu a primeira batalha, graças ao nosso Diretor e o Presidente do Sindicato, que foram ao campo de luta para evitar que essa emenda fosse aprovada pela comissão de sistematização da Assembléia Estadual Constituinte.

Vencemos a primeira batalha, sabemos que não vencemos a guerra, mas as pessoas que estão interessadas em embarcar nesse "TREM DA ALEGRIA", podem ter certeza que os Agentes Fiscais do Estado do Paraná continuarão atento e juntamente com seus líderes irão ao campo de luta para evitar esse desaforo que estão querendo fazer com a classe fiscal.

O povo brasileiro que tem assistido tantas barbaridades cometidas, a imprensa que sempre tem noticiado esses fatos, não vão deixar de criticar e denegrir a imagem de uma classe e de um Governo. Até agora a administração da CRE tem pautado por caminhos claros e não vai permitir, que essa anomalia venha macular esse trabalho. Tanto, que não vai permitir, que já comprovou isso na comissão de sistematização.

E, é com atitudes deste tipo, que a classe fiscal orgulha-se de seu dirigente maior.

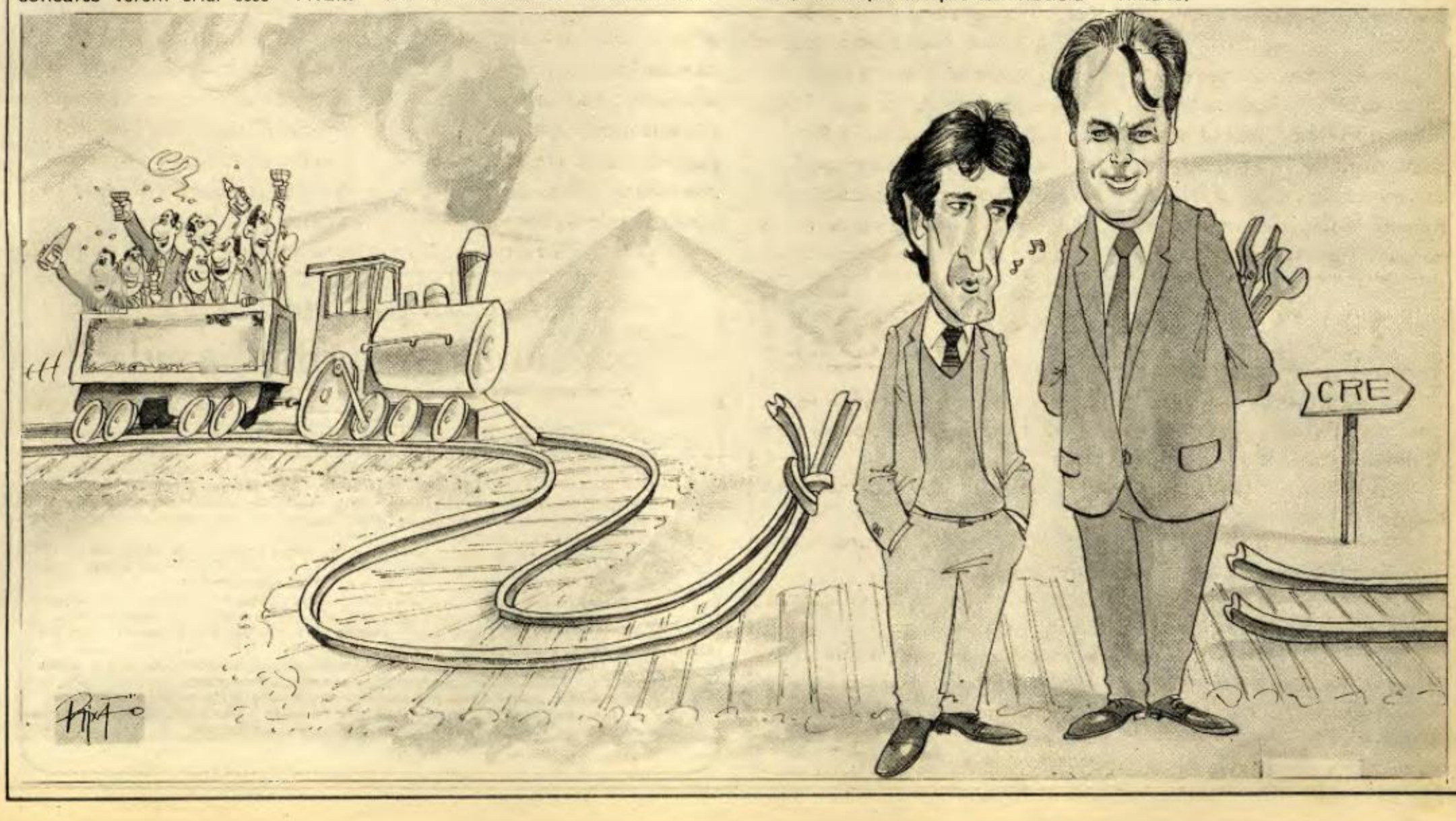
Nesta situação, em que querem sabotar uma administração límpida e uma classe de funcionários dc mais alto nível, administração e funcionários, estão unidos, por um ideal maior, que é a honra e a moral.

Se alguém tem vontade de ser Agente Fiscal, prepare-se e faça um concurso e prove neste, que é inteligente e tem capacidade para integrar a classe dos Agentes Fiscais do Estado do Paraná.

Entre pela porta certa e não por locais escusos, pois é assim que pessoas corretas agem. Orgulhe-se de suas conquistas e não de ter enganado os outros.

Esse tipo de atitude é como o câncer, vai corroendo e matando a organização e a classe aos poucos e o remédio para matá-lo é a união da classe e a luta.

O "TREM DA ALEGRIA" foi descarrilhado esta vez, mas se botarem nos trilhos e novamente tentarem entrar na classe fiscal de forma ilícita, nós lutaremos e temos certeza que novamente vamos descarrilhá-lo.



Nasce uma associação forte

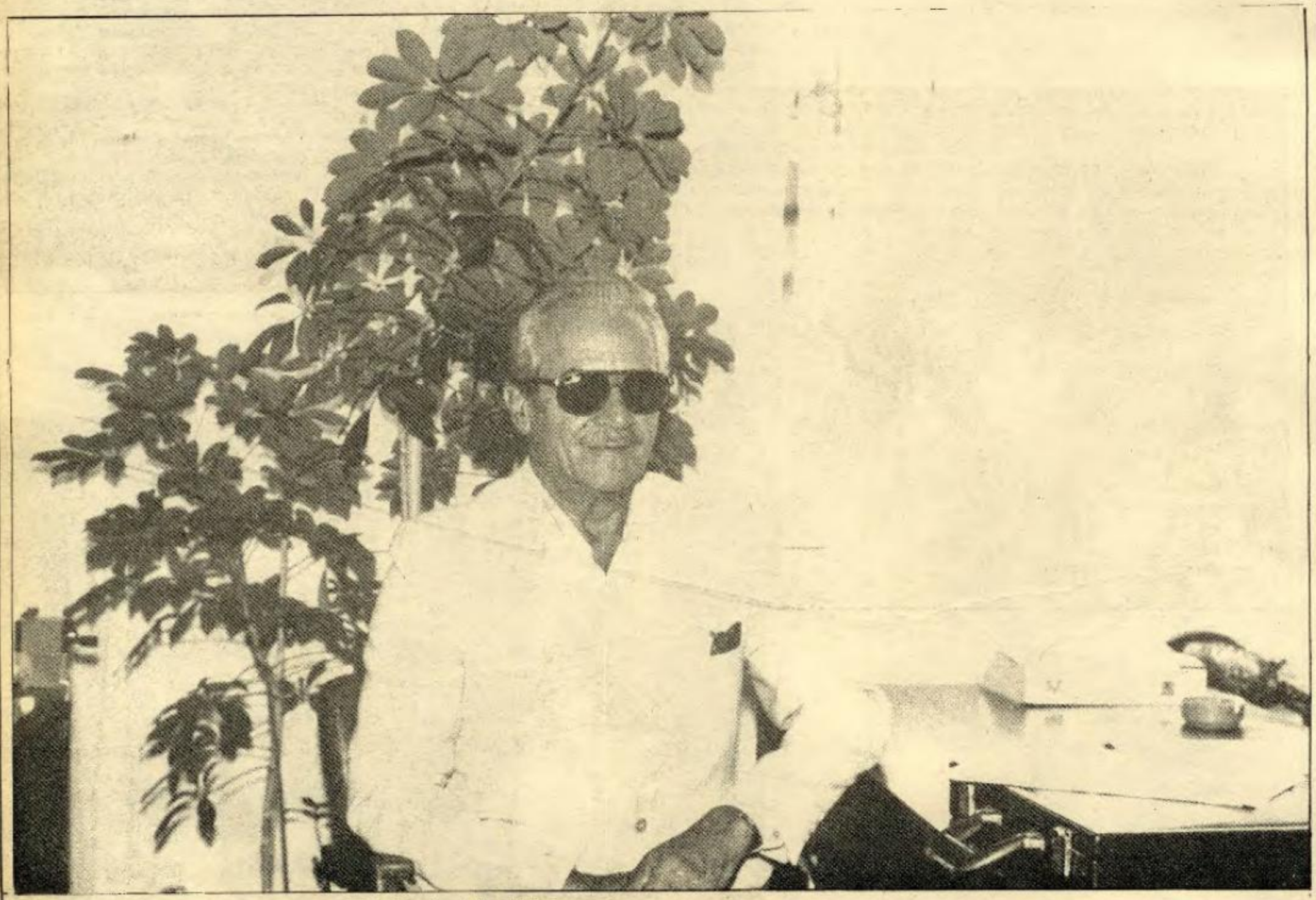
DIA 3 DE AGOSTO DE 1989, COM O SALÃO DO CENPRE LITERALMENTE LOTADO, FUNCIONÁRIOS DA 1ª DRR, 2ª DRR e CRE FUNDARAM A MAIS NOVA ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE AGENTES FISCAIS.

PARA PRESIDÍ-LA, FOI ELEITO POR UNANIMIDADE DE VOTOS, **JESOMIR UBA.** EM SEU DISCURSO DE POSSE, O NOVO PRESIDENTE FOI CONTUNDENTE AO AFIRMAR QUE FARÁ DESTA ASSOCIAÇÃO A MAIS FORTE DO PARANÁ.

ENTREVISTADO PELO NOTIFISCO, UBA AFIRMOU QUE A NOVA ENTIDADE DARÁ TOTAL COBERTURA ÀS REIVINDICAÇÕES DE SEUS ASSOCIADOS NA ESFERA ADMINISTRATIVA, E TODA VEZ QUE SENTIREM-SE PREJUDICADOS, NÃO EXITARÁ EM RECORRER AO JUDICIÁRIO. DISSE AINDA, QUE O RELACIONAMENTO COM A AFFEP SERÁ FRATERNAL E IRREPARÁVEL;

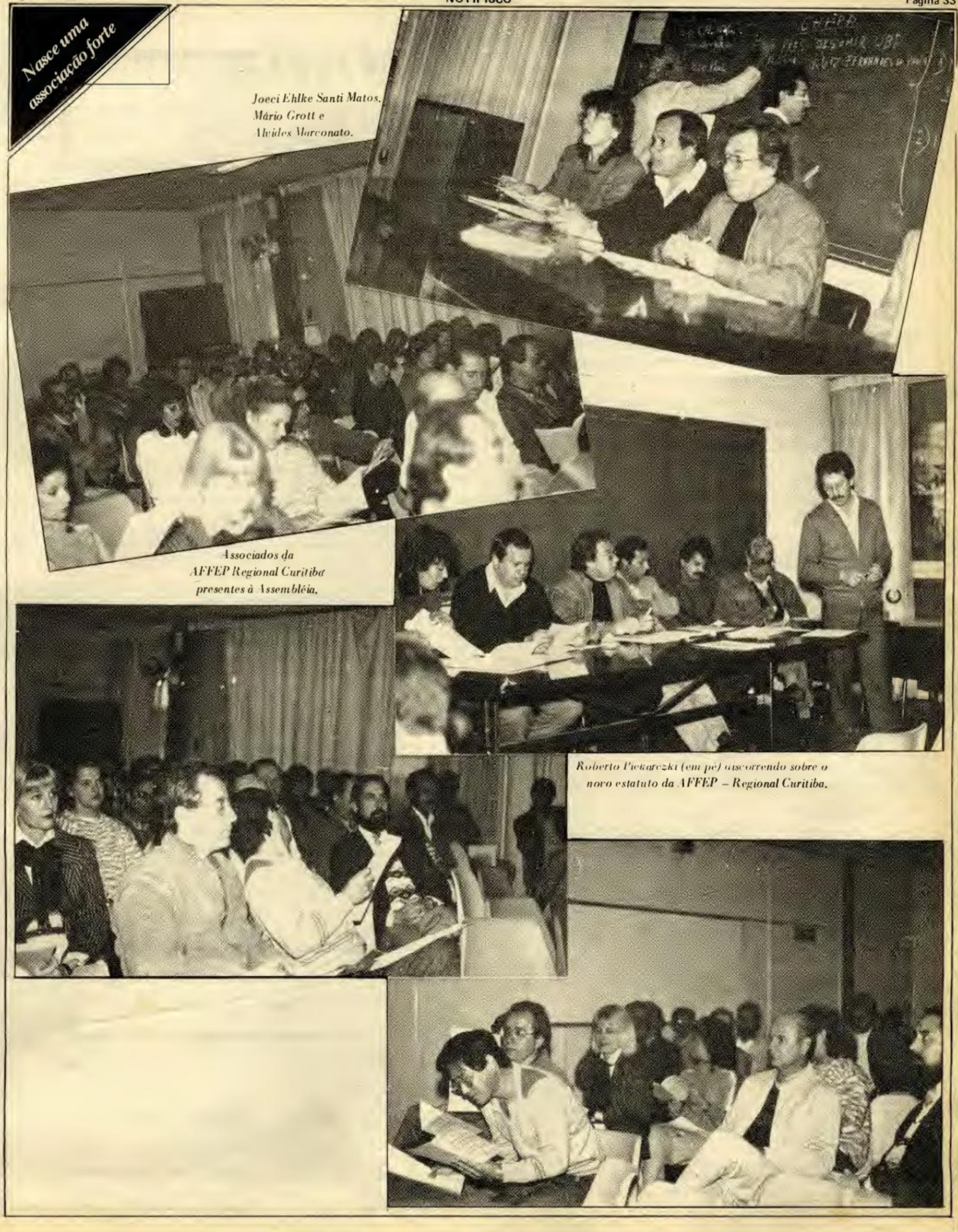
NO ENTANTO, HAVERÁ DE AGIR COM SOBERANIA E INDEPENDÊNCIA SEMPRE QUE A PRESIDÊNCIA DA AFFEP-REGIONAL CURITIBA FOR PROCURADA POR SEUS ASSOCIADOS PARA UMA TOMADA DE DECISÃO.

ESTA ASSOCIAÇÃO SERÁ UM BRAÇO FORTE E DESTEMIDO A LUTAR PELOS NOSSOS INTERESSES, FINALIZOU JESOMIR UBA.



Jesomir Uba, o novo presidente da AFFEP - Regional Curitiba.

Nasce uma associação forte



Joeci Ehlke Santi Matos, Mário Grott e Ivaldes Marconato.

Associados da AFFEP Regional Curitiba presentes à Assembléia.

Roberto Piekarezki (em pé) discorrendo sobre o novo estatuto da AFFEP – Regional Curitiba.

As novas faixas salariais

Os salários no BC antes e depois do Plano (em NCz$)

O Estado de São Paulo 30/07/89

Cargo	Tempo de serviço	Salário Se não optar pelo plano	Salário Se optar pelo plano	Aumento (%)
Contínuo	10 anos	1.208	2.176	80
Vigilante	5 anos	1.157	1.703	47
Auxiliar administrativo	10 anos	2.293	2.915	27
Técnico básico *	10 anos	3.850	6.431	67
Técnico básico *	20 anos	5.912	9.760	65
Técnico nível superior **	20 anos	5.912	9.760	65
Técnico nível superior **	15 anos	5.015	8.438	67
Carreira especializada ***	12 anos	6.171	7.147	15

(*) Tem como função a recepção ao público e serviços de datilografia e cálculo. Equivale a um escriturário.
(**) Pode exercer qualquer função no banco, como chefiar departamentos.
(***) Funções que exigem formação específica, como as de contadores, auditores e advogados.

Obs.: Cálculos feitos para jornada de oito horas (seis normais e duas extras)

O que se vê acima é o novo Plano de Cargos e Salários (PCS) do Banco Central — produto de negociação feita em abril em função da greve por eles deflagrada. O plano vigora a partir de julho, mas retroativo a maio. É mole ou quer mais!? E nós aqui querendo ser TTN, AFTN! Para quê? Para ir ganhar menos ou praticamente o mesmo que um Contínuo do Bacen!

Parece então que, o negócio não é só estudar, estudar, estudar, para mudar de cargo e poder ganhar mais. Como se vê há outros meios mais lucrativos. O que é preciso é consciência e união para, por meio deles, se atingir os objetivos, também.

Pedaços de tristeza

Autor: Dinarte Ferreira de Almeida
09-08-89.

Silêncio. . . é a agonia
não existe tristeza, nem alegria
Talvez, são momentos devagos,
sentimentos em pedaços,
corações em estragos
suplícios e falsos abraços.

Silêncio . . . é a agonia
não existe tristeza, nem alegria
ajoelhe, suplique . . . implore
na devassidão dos tormentos
grite, fale. . . até chore,
sinta que ouçam seus lamentos.

Silêncio. . . é a agonia
não existe tristeza, nem alegria
não importa as lágrimas que descem
que busquem, outros caminhos
São como as rosas que perecem
em mãos que não suportam os espinhos.

Silêncio. . . é a agonia
não existe tristeza, nem alegria. . .

E nós como ficamos?...

Adailton Bittencourt, paranaense que por 32 anos trabalhou na área de fiscalização da Secretaria da Fazenda do Paraná, é o secretário da Fazenda do Estado de Rondônia. Na sexta-feira, 11, em entrevista ao "SSC Manchete Sete Horas", da TV Manchete, Canal 7 (Independência), ele garantiu: um soldado da Polícia Militar de Roraima começa na carreira policial ganhando NCz$ 900,00. Um fiscal fazendário, recebe o mesmo salário de um secretário de Estado, mais o direito de participar, percentualmente, sobre as multas que aplicar.

Se aplicar erradamente as multas —por má fé ou falta de preparo profissional —, o fiscal terá de arcar com o ônus a recolher, em dobro, à multa aplicada, aos cofres públicos; e o contribuinte penalizado, fica imediatamente isento da penalidade.

Apelo ao governador

MAURO VILAS BOAS FURINI, irmão do ex-prefeito de Tomazina Claudio Vilas Boas Furini, faz apelo ao SR. GOVERNADOR ALVARO DIAS, esclarecendo que o atual prefeito da Cidade de Japira, Sr. Roni, através da Imprensa fez denúncias, alegando que os empresários do Norte Pioneiro são os maiores sonegadores de impostos do país, e isto não é verdade.

Os empresários do Norte Pioneiro, sempre cumpriram com suas obrigações quanto a liquidez de seus impostos e seus deveres com o estado e o país. Esta é a verdade.

Se a arrecadação dos municípios da região é pequena, é porque nossas empresas também são pequenas, nosso comércio é fraco e nossa região é pobre.

A denúncia feita pelo Prefeito Sr. Roni, está causando grande polêmica no Norte Pioneiro. São centenas de fiscais enfurecidos e sedentos de vingança, atacando sem dó nem piedade nossas empresas.

Sr. Governador, em nome de nossa velha amizade venho implorar, que se tome providência a esse respeito, nossas empresas estão quase a beira da falência, nossa classe empresarial não suporta mais esta inflação disparada, a grande queda nas vendas e as altas taxas de juros.

Nossa região tem grande admiração pelo Sr. e suas realizações a frente do Governo do Estado, como pudemos demonstrar quando trabalhos juntos.

No dia que o Sr. foi eleito Governador do Paraná, foi motivo de grande alegria e esperança para esta região sofrida e tão necessitada de compreensão e apoio.

Foi a vitória mais bonita que já conquistamos.

No meu caso por exemplo Sr. Governador, pagar a multa que me foi imposta, tornará necessária a dispensa de 30 funcionários, ou seja, serão em média 150 pessoas que ficarão desamparadas.

Sr. Governador, como ficará a situação deles e de seus filhos?

Isto sem contar que outras empresas serão obrigadas a fazer o mesmo

Diante de tal situação venho pedir em meu nome e de outros empresários da região o seguinte:

É necessário que se repense a atuação dos fiscais encarregados da fiscalização de rendas, pois os fatos que vêm ocorrendo em nossa região demonstra única e claramente a necessidade de aplicar multas e sanções e não fiscalização corretiva e esclarecedora, isto sim, que se deveria fazer e não sair única e exclusivamente autuando e realizando atos discriminatórios.

Não queremos que V. Excia. retire seus fiscais, faça-os ver que não estão lidando com marginais e sim com uma classe de empresários produtiva e que deseja sobremaneira trabalhar em prol do Estado do Paraná e de nossa nação. Solicite Sr. Governador a revisão das atitudes até agora aplicadas e V. Excia. terá a certeza de um ato justo e correto em relação a tudo já exposto.

Tomazina, 14 de agosto de 1989.
Mauro Vilas Boas Furini

(Transcrito da Gazeta do Povo – 15/8/89)

Sonegação

Como se chega a isso, é difícil saber. Mas calcula-se que a sonegação de impostos no Brasil corresponde a 50 por cento do que arrecadam a União, os estados e municípios. É inadmissível se falar em criar ou aumentar as taxas de impostos, como aconteceu, por sinal, enquanto não se reduzir a sonegação para índices pelo menos aceitáveis. Ela não deveria existir, mas admite-se como tolerável um índice próximo de 20 por cento. O combate à sonegação, esta sim, deveria ser prioridade do governo.

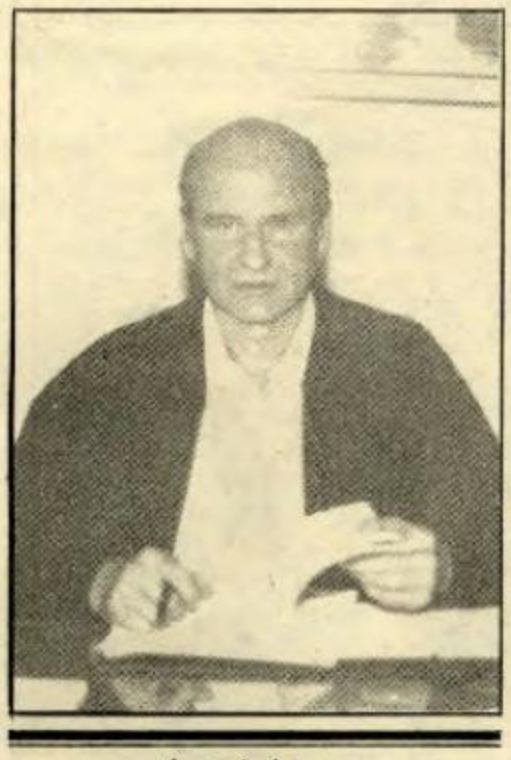
Colega aposentado

Receba gratuitamente, todos os meses em sua casa, um exemplar do Notifisco.

Para isto, basta você atualizar seu endereço pelo telefone (041) 223-7414, com Inês.

VOCÊ É IMPORTANTE PARA NÓS!!

Gerenciamento atual



Antonio Lago
2ª DRR

Sabemos todos que o gerenciamento moderno é complexo, e com o desaparecimento da liderança autoritária o diagnóstico é mais difícil, e há exigência de métodos mais refinados de tratamento.

A administração complicou-se, e antigos costumes não são mais aceitáveis. A lealdade à organização, a autoridade, e a motivação prêmio-castigo, igualmente desapareceram.

A automação, o computador (deixou de ser status), e os conceitos matemáticos de planejamento e tomada de decisões alteraram o conteúdo das atividades, e o gerente atual passou a trabalhar com "novos colegas" de aspirações mais realistas do que no passado.

ENTRETANTO, *não podemos buscar soluções apenas em teorias e o catalogar das dificuldades, devemos ser práticos estabelecendo objetivos, planos e metas, partindo muitas vezes de simples indícios, buscando sempre otimizar a atividade fim*

Embasados nesta ótica, desenvolvemos o trabalho na Assessoria da 2ª DRR, trazendo como exemplo, o painél apresentado na última reunião de entrega de balancete (02.08.89), no qual demonstramos o desempenho (arrecadação) das agências de rendas, conforme segue:

O demonstrativo além de uma visão do desempenho geral da 2ª DRR, a qual ultrapassou a inflação do citado período em 39 e 140 por cento respectivamente sem e com o recolhimento sobre combustíveis, apresenta duas agências de rendas que não acompanharam a inflação.

O simples trabalho, nos dá subsídios para o estabelecimento de prioridades e o direcionamento das atividades por parte da administração da 2ª DRR.

O exemplo, representa uma pequena parcela do nosso trabalho como assessor de resultados da delegacia, no auxílio ao gerenciamento da mesma, e pretende servir de alerta para quantas outras iniciativas podem ser tomadas, pois, muitos mecanismos existentes, quando utilizados, o são inadequadamente.

O resultado é gratificante, hoje a 2ª DRR, com um gerenciamento sem sofisticações, muitas teorias e alardes, tem excelente desempenho no universo da CRE.

2ª DRR – DESEMPENHO ARRECADAÇÃO – PERÍODO JANEIRO/JULHO-89

A.R.	Projeção Corrigida (1)	Vl. Arrecadado	Desemp. %
Araucária (2)	12.524.092	74.693.087	496
"		18.040.978	44
São José dos Pinhais	12.348.536	12.335.493	(–0,5)
Rio Branco do Sul	7.855.158	9.774.961	24
Campo Largo	4.732.560	8.891.362	87
Rio Negro	4.225.674	7.142.749	69
Colombo	2.999.731	5.576.373	85
Piraquara	4.164.741	5.102.274	22
Balsa Nova	2.583.597	3.757.326	45
Lapa	1.777.959	2.858.208	60
Almirante Tamandaré	780.337	1.350.327	73
Quatro Barras	798.411	1.091.660	36
Campina Grande do Sul	302.655	643.392	112
Adrianópolis	751.984	597.908	(–20)
Nandirituba	218.666	411.381	88
Piên	63.047	340.537	440
Contenda	84.298	318.295	277
Cerro Azul	33.114	206.038	522
Bocaiúva do Sul	72.996	195.043	167
Quitandinha	39.555	72.249	82
Tijucas do Sul	20.747	68.970	232
Antonio Olinto	41.828	54.610	30
Campo do Tenente	14.498	15.950	10
Agudos do Sul	3.856	10.376	169
TOTAL 2ª DRR (2)	56.434.195	135.508.782	140
		78.856.673	39

(1) – Considerando se taxa de inflação do IBGE (oficial);
(2) – Com e sem recolhimento sobre combustíveis.

Quem produz uma farinha como essa, tinha que ganhar o Top de Marketing.

A ADVB premiou o Grupo J. Macêdo com o Top de Marketing 89 pelo desempenho da Farinha Dona Benta.
É o resultado de profundas transformações no posicionamento de um produto. De uma estratégia que levou um produto de uso industrial a obter resultados inquestionáveis junto ao consumidor doméstico.
Mais do que isso, um esforço que atuou sobre todas as áreas que determinam o sucesso de um processo onde o marketing não entra apenas como recurso, mas como filosofia.
O Grupo J. Macêdo é um grupo privado 100% nacional que está completando 50 anos.
E para quem chega tão longe, não poderia haver presente melhor.

50 ANOS
GRUPO J.MACÊDO

Ponta Grossa recebe o Grupo SIAP

José Leocádio da Cruz
3ª DRR

Dentro do esquema de rodízio, implementado pelo Grupo SIAP - SISTEMA INTERMEDIÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA para a realização de suas reuniões mensais em cada Delegacia Regional, a 3ª D.R.R. recebeu nos dias 03 e 04/08/89, os integrantes do GIAP - GRUPO INTERMEDIÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA, os membros da Comissão Central (CeCom) e o líder e implantador de todo o Grupo SIAP da CRE - Professor Alexandre do Espírito Santo, para mais uma jornada de intensos trabalhos, visando tornar operacional a 3ª e mais importante das fases de implantação de ADP - O Estágio de Implementação, no qual estamos adentrando, após termos vencido os dois primeiros estágios: o da Concepção (propagação de idéias de ADP) e da Incubação (Treinamento), muito embora esses dois primeiros estágios sejam permanentes em Administração Participativa, pois sempre haverá necessidade de levar suas idéias inovadoras a novos companheiros.

Dos diversos assuntos em pauta, ressaltamos a expansão do 2º grupo - Grupos Interface a serem criados, as discussões sobre a metodologia dos repasses dos conhecimentos adquiridos pelos presidentes dos Grupos Integrativos e a sondagem de lideranças emergentes ou latentes na CRE.

Em eleição realizada no dia 04/08, na sede da 3ª Delegacia, o companheiro Robson Franco de Oliveira foi eleito Presidente do GIAP para o semestre que se iniciou, em substituição à companheira Rose Marie Heidemann Cardoso, que teve seu mandato expirado na presidência do referido Grupo, função que desenvolveu com denodo e desprendimento, característicos de seu espírito elevado e inteiramente voltado às Causas da nossa Organização.

"De nota em nota" Um novo Paraná

Sucesso total no lançamento da campanha

Tem sido intenso o movimento do público em todas as Agências Banestado; somente na primeira quinzena de agosto, já foram distribuídos um milhão de cupons "arranhe e ganhe".

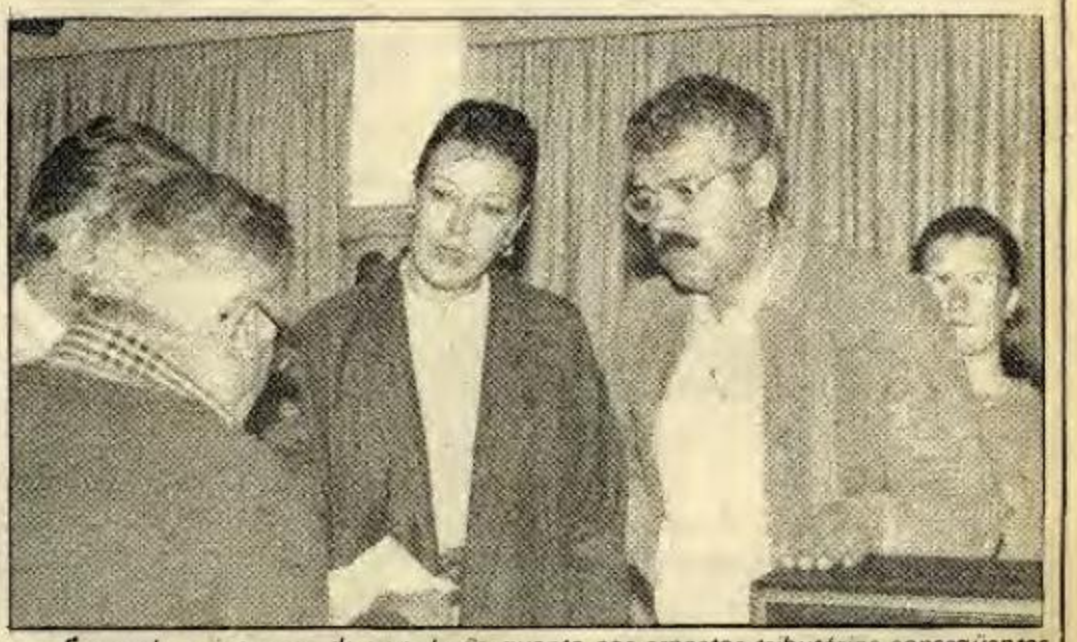
São adultos e crianças que, a cada NCz$ 80,00 em Notas Fiscais, efetuam a troca por cupons, concorrendo, instantaneamente, a 50.000 prêmios e brindes.

A partir desta semana, os postos de troca estender-se-ão às Prefeituras Municipais e Escolas interessadas em cooperar, auxiliando no combate à sonegação fiscal.

É a população paranaense contribuindo para o aumento da arrecadação, o que reverterá em seu próprio benefício, culminando no crescimento e desenvolvimento do Estado.

Luiz Carlos Hauly, secretário da Fazenda, procedendo à entrega do primeiro televisor a cores da Campanha De Nota em Nota. No evento, as presenças marcantes do diretor da CRE, Clóvis Rogge, e Mário Grott, delegado Regional da Receita em Curitiba. Presentes também a coordenadora geral da Campanha, Joeci Ehlke Santi Matos, gerente da Agência Banestado - Água Verde, além de grande número de funcionário da Secretaria da Fazenda e do Banco do Estado do Paraná.

Deise Kikina, a feliz contemplada com um televisor a cores, sendo cumprimentada pelo diretor da Coordenação da Receita do Estado, Clóvis Rogge.



É grande o interesse da população quanto aos aspectos tributários conseqüentes do simples ato de se exigir a Nota Fiscal.

Durante a entrega do prêmio na Agência Banestado, a coordenadora geral da Campanha, Joeci Ehlke Santi Matos e o secretário da Fazenda, Sr. Luiz Carlos Hauly, atenderam a muitas solicitações, elucidando a variadas dúvidas do público presente.

Uma escola chamada 8ª D.R.R.

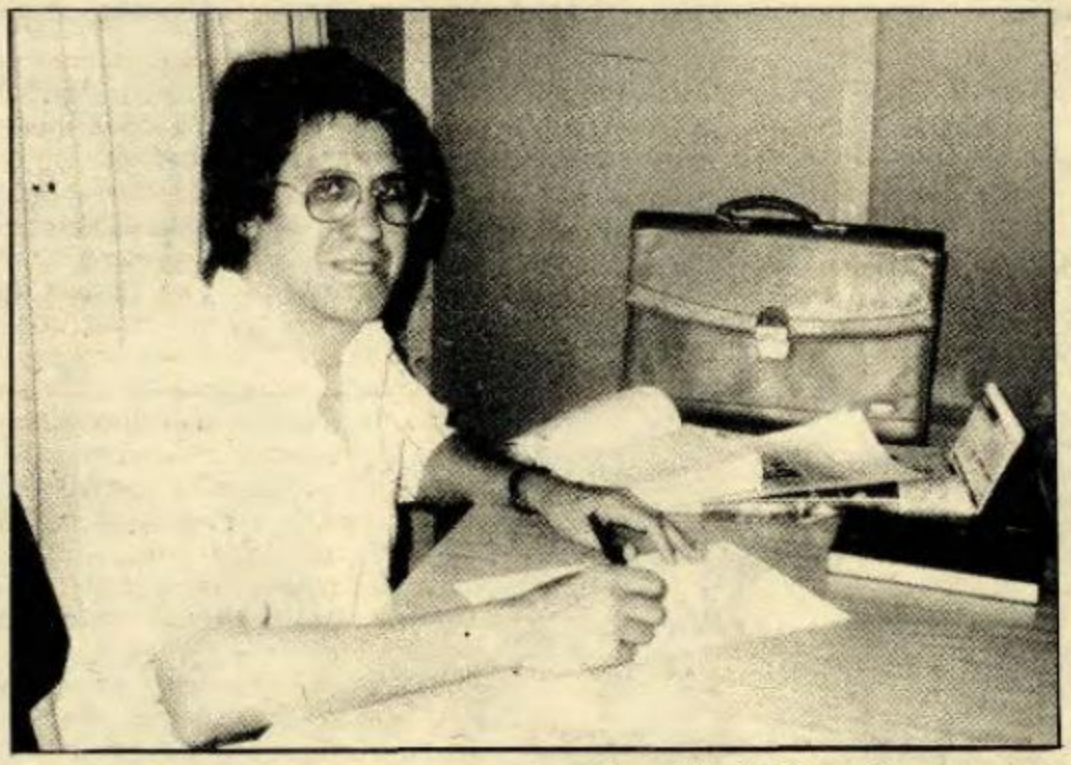
Laércio Rodrigues de Oliveira
8ª DRR - Londrina

Nos tempos atuais, a capacidade técnica, aliada aos conhecimentos de relações humanas, tem sido o melhor referencial para identificação de um bom profissional. Todavia nos países do terceiro mundo, os chamados países em desenvolvimento, parece não existir, por parte da grande maioria dos jovens, preocupação com estes requisitos.

As causas são múltiplas, e algumas facilmente identificáveis, dentre as quais, a necessidade precoce do jovem exercer uma atividade remunerada para melhorar a renda familiar e garantir sua sobrevivência. A entrada prematura de um grande contingente destes jovens no mercado de trabalho, sem qualificação profissional, trás como consequência, desequilíbrios no mercado de fatores produtivos, influenciando negativamente os níveis salariais.

Por outro lado, a produtividade das empresas tenderá a baixar, pois, a ausência de qualificação, por certo refletirá na produção final.

A medida que se avolumam o número de neófitos no mercado de trabalho, aos quais Karl Marx – da Escola Socialista, chamou de "Exército de Reserva", aumentam também as exigências das empresas na contratação de pessoal, dificultando ainda mais a iniciação profissional.



Qual tem sido as alternativas encontradas para solução destes problemas? Uma delas tem sido as Escolas Profissionalizantes. Todavia com os altos índices de urbanização recente de nossas cidades, a oferta de vagas, nestas escolas, estão muito aquém das reais necessidades da demanda. Outra alternativa, talvez a mais significativa, tem sido as micros e pequenas empresas, que absorvem mais de 50 por cento da população economicamente ativa (P.E.A.), e estas, após adquirirem experiência migram para empresas maiores em busca de crescimento profissional.

E o ESTADO, maior empregador nacional, comc vem tratando a questão da mão de obra?

Pela sua natureza legal, os serviços públicos, que também absorvem um grande número destes jovens, tem uma certa morosidade nas ações que visam o desenvolvimento de seu quadro de pessoal, causando visíveis deficiências em suas atividades. E estes iniciantes, os chamados CELETISTAS, ao começar suas atividades estão altamente motivados, mas ao longo do tempo vão se tornando apáticos sofrendo do mal da burocratia.

Percebe-se porém, que alguns setores da administração pública, tem se preocupado com estas deficiências e vem desenvolvendo programas de treinamento, visando dotar a seus integrantes de conhecimentos que facilitem suas atividades.

A 8ª D.R.R. Londrina, dentro do espírito da Administração participativa, vem se tornando uma verdadeira ESCOLA PROFISSIONALIZANTE, com programas permanentes de treinamento para seus integrantes possibilitando a todos crescimento profissional. Os maiores beneficiados sem dúvida, são os jovens CELETISTAS que apesar de não estarem no quadro de carreira da C.R.E., recebem por parte da administração da delegacia todo apoio.

Os treinamentos técnicos e psicológicos, aliados a práticas, por certo contribuirão para transformá-los em profissionais altamente gabaritados, cuja qualificação na escola regular levariam muito tempo e investimentos.

Mas não basta apenas treiná-los. Seria recomendável que a SEFA/CRE, através da ADRH, estudasse um plano de carreira capaz de estimular a estes jovens brilhantes, a permanecerem na instituição. Em caso contrário, todos os esforços serão em vão, pois, após adquirirem a maioridade profissional, estes jovens, por certo, buscarão novos caminhos.

16ª D.R.R. — Paranaguá: corredor de exportação

Da esquerda para a direita: Ronaldo Milleo Gomes (IRT), Antonio Serafim Braszcyk (CPD), Wellington Luiz de Oliveira Souza (CPD), Charles Adriano Gomes (estagiário/CPD), Gilberto Della Coletta (delegado 16ª DRR), Toshikazy Hassegawa (programador/Celepar) e Lineo Corcini (Assessor de Resultados/16ª DRR).

A 16ª DRR/PARANAGUÁ, durante o mês de agosto/89, passou a contar com a conclusão do programa que resultou do trabalho do funcionário TOSHIKAZU HASSEGAWA da CELEPAR. A partir de então, o nossos Sistema de Controle entra efetivamente em execução.

Trata-se, na verdade, de um esquema de trabalho em relação ao CORREDOR DE EXPORTAÇÃO DE PAGANARUÁ, na forma de equipes integradas, ou seja, funcionários da 16ª DRR/PARANAGUÁ, equipe da Assessoria de Informática da CRE, funcionário da CELEPAR e funcionários da Prefeitura Municipal de Paranaguá (digitadores)

A configuração do sistema compreende quatro microcomputadores num total de cinquenta megabytes para armazenamento de registros.

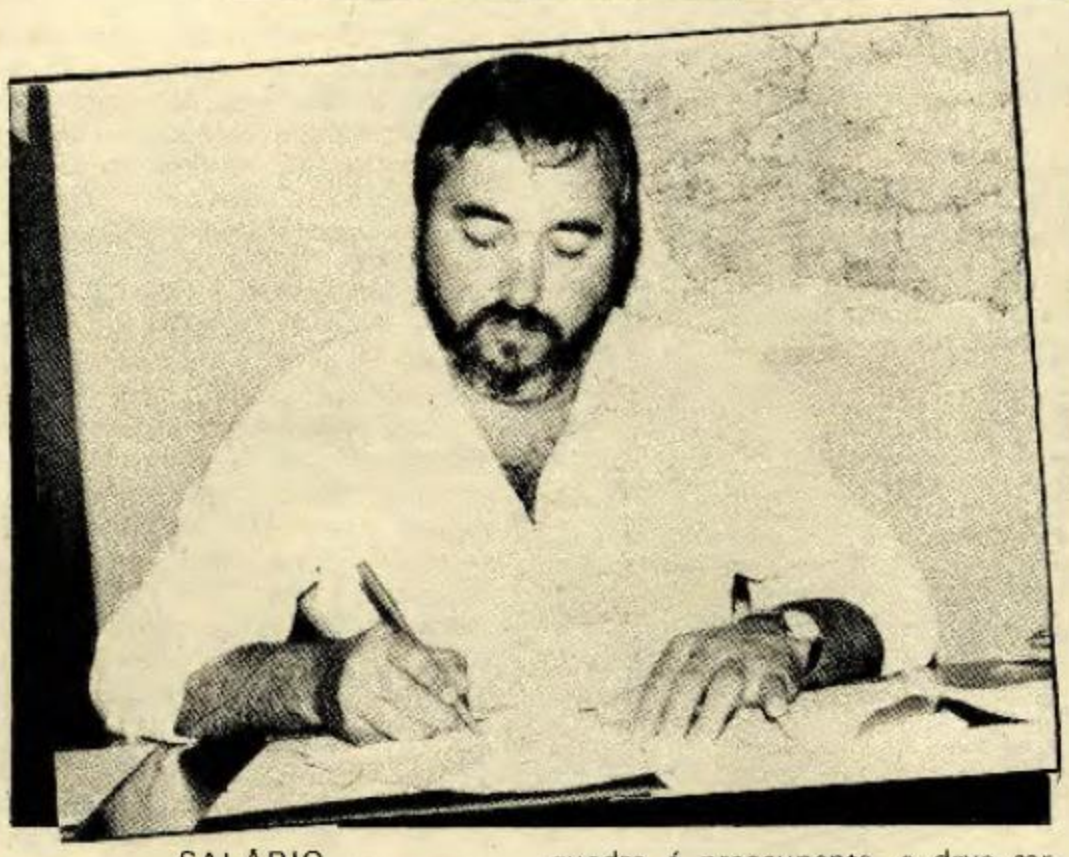
A média de digitação é de duas mil notas fiscais diariamente, em função dos controles de recepção pelo Posto Fiscal de Alexandra.

Espera-se, desta forma, informatizar, de uma forma bastante completa, todas as operações referentes a Importação e Exportação pelo Porto de Paranaguá.

Como resultado preliminar, está estimado em 20 a 30 por cento de aumento na arrecadação de ICMS para o exercício próximo vindouro de 1990.

De parabéns o Sr. Diretor da CRE, Dr. CLÓVIS ROGGE, pela iniciativa e apoio total em administração e fornecimento de equipamentos necessários.

Uma análise realista



João Pedro
IGF/CRE

SALÁRIO

Quando analiso meu contracheque, transformado em salário mínimo, comparando com o que recebia na empresa privada como Contador, fico realmente preocupado, pois vejo que estou regredindo em termos salariais. Mas, como sou otimista, acredito que em breve deveremos ter uma solução para esta defasagem salarial em nossa classe fiscal, digo solução porque acredito na sensibilidade de nossos governantes.

ECONOMIA

As dificuldades realmente são muitas. A inflação oficial na casa dos 30 por cento ao mês, a arrecadação enfrentando percalços para marchar no mesmo passo desta desenfreada corrida inflacionária; esse quadro é preocupante, e deve ser analisado e combatido, pois deve estar crescendo a economia paralela, a sonegação dos impostos, a não emissão de notas fiscais pelas empresas.

Mas, aí eu me pergunto: será que nós funcionários públicos, que somos tantos no Estado (poucos somos nós Fiscais) pelo menos se nos conscientizássemos da necessidade de exigir a nota fiscal ao adquirir mercadorias? conscientizar porque somos nós, adquirentes, que estamos pagando o ICMS e se não exigirmos o documento fiscal estamos ajudando as empresas a enriquecer ilicitamente.

PROFISSIONALISMO

Mas, não é pelo salário ou pela situação da economia que vamos desanimar, muito pelo contrário. Temos que lutar com muito mais garra e profissionalismo para ultrapassar esses obstáculos que, esperamos, não sejam perenes.

A IGF e Equipe, liderada pelo Companheiro e Amigo Lídio, tem se mostrado muito preocupada com tais fenômenos. É bem verdade que recebemos muitas críticas e cobranças de soluções para acabar com a famigerada sonegação do nosso ICMS, mas isso é uma responsabilidade de todos nós funcionários. E para isso voltamos a conclamar a classe a vestir realmente a Camisa do Fisco, ajudando a nossa Organização a crescer e a si próprio, fazendo-se realmente um verdadeiro profissional.

E essa ajuda poderá ser o próprio estudo da Legislação, para poder ser aplicada corretamente nas nossas tarefas e na própria orientação ao contribuinte, pois se de um lado o contribuinte deve pagar os impostos, por outro tem o direito de ser orientado corretamente.

De vez em quando devemos fazer uma auto-análise: será que realmente estamos cumprindo com as nossas obrigações, as tarefas determinadas? o funcionário do posto fiscal, por exemplo, que apesar das dificuldades materiais e humanas conhecidas de algumas unidades estariam cumprindo com as suas obrigações e seus deveres de profissionais? e as regionais será que estão dando atenção e orientação especial que merecem essas unidades? Tais repartições além de serem o "CARTÃO DE VISITA" de nosso Estado, são responsáveis pela fiscalização de toda a entrada e saída de mercadorias do Estado. Uma fiscalização consciente e correta teria reflexos diretamente no recolhimento do ICMS. A mesma indagação deve ser feita aos companheiros das Agências de Rendas e demais funcionários de campo, que fiscalizam diretamente as empresas. Será que estamos cumprindo com as tarefas determinadas?

O próprio "ENCAMINHE-SE", quando não analisado corretamente, poderá atrasar e deixar uma informação ou decisão incorreta num processo e, aí, não se trata de burocratizar, de desconfiança do subordinado, mas sim de consciência profissional.

Em nossa Organização temos excelentes Profissionais, especializados, dedicados, organizados, aqueles a quem não é necessário mandar fazer as tarefas, pois já tomam a iniciativa. Esses são sempre os "SACRIFICADOS". O que não é justo é no contracheque, pois o funcionário que não se enquadra nas condições acima e, com a mesma qualificação funcional, percebe o mesmo vencimento. Não vamos entrar no mérito de quem é a culpa. O que temos de rever, em minha opinião, é o resgate destes companheiros, através do reaprendizado, de cursos, de certa forma com um pequeno ônus no contracheque desses funcionários, para que tenham a chance de demonstrarem seu interesse, seu profissionalismo, para voltarem à condição anterior.

Profissionalização do Agente Fiscal

Nelson M. Suzuki
Inspetor Regional de Fiscalização

Em desenvolvimento do PROGRAMA CONTINUO DE TREINAMENTO implantado pelo atual delegado da 8ª DRR, Claudinê de Oliveira, objetivando a profissionalização e aprimoramento técnico dos agentes fiscais lotados na Inspetoria Regional de Fiscalização, iniciou-se no mês de Agosto/89, mais um estágio do programa. Desta vez foram programados dois cursos eminentemente práticos, dos quais os agentes lotados na IRF necessitam conhecer para execução das tarefas constantes na Resolução número 126/86-SEFI.

I) Auditoria da conta Caixa
II) Passivo Fictício

O conteúdo do programa consta de: A) Introdução à Contabilidade Geral; B) Demonstração da Conta de Resultados; C) Análise das Contas (específico).

Os cursos são desenvolvidos na sala de treinamento da 8ª DRR, desde a parte teórica até a prática, com a lavratura do auto de infração se constatada a irregularidade, no horário das 7:45 às 9:00 horas, de segunda à sexta-feira.

INSTRUTORES: Os colegas Sérgio H. Akiyoshi e José Nivaldo Saconatto.

APOIO: Eunice H. Okamura e Jaime K. Nakano.

Acreditamos que desta forma estamos proporcionando aos agentes fiscais um aprimoramento técnico e consequentemente a profissionalização da classe, podendo oferecer a Administração um serviço de melhor qualidade (para alguns apenas reciclagem, para outros mais um aprendizado), percebe-se a valorização dos companheiros e o preparo do agente fiscal de "AMANHÃ".

O esporte é apenas pretexto

Claudinê de Oliveira
8ª DRR

A "família fazendária" tem se encontrado em eventos de grande magnitude, com a finalidade precípua de associar-se, como necessidade fundamental que o ser humano tem de viver em sociedade. Ninguém pode viver sozinho, porque a vida não se transmite solitariamente. Ela não é vida plenamente, se não é convivida.

E assim, as "mini-fiscalíadas", agora também as "celetíadas" e as "fiscalíadas" propriamente dita, têm servido para que haja um congraçamento maior, para que ocorra um relacionamento mais aproximado, para que todos tenham oportunidades de demonstrarem aos demais colegas, outras habilidades pessoais que não a profissional.

Por tudo isso que o esporte foi o pretexto escolhido para nos encontrarmos, porque é através do esporte que se aperfeiçoa o corpo e o espírito.

Entretanto, o que não podemos admitir e devemos combater com tenacidade é a participação de pessoas que não entendem e que não procuram compreender o verdadeiro sentido de uma disputa. O esporte como luta entre dois contendores não é guerra, é disputa. Guerrear é simplesmente hostilizar, agredir, ferir, combater, não importando com quais armas se utiliza. Disputa não. Você pode lutar com alguém, sem lutar contra ele. Adversário é oponente, não um inimigo.

Infelizmente, em nosso meio, ainda existem pessoas que procuram fazer do esporte o "instrumento de desabafo" de seus recalques e frustrações. Pessoas desequilibradas emocionalmente que são capazes, numa fração de segundos, tirar todo brilhantismo de uma competição. Aliás, com relação a pessoas que assim procedem, é oportuno lembrar que a ciência está provando que o equilíbrio emocional do ser humano, depende fundamentalmente, das condições que se verificou sua geração e depois, sua gestação.

A vitória que se deprecia o contendor não engrandece o aparentemente laureado, porque o verdadeiro atleta só será um vencedor, se vencer a sí mesmo, se superar as suas limitações. Uma vitória obtida deslealmente ou na qual se defendeu a deslealdade não é vitória, é submissão ao erro.

O verdadeiro vencedor é aquele atleta que procura aprender a lição da derrota, e se souber valorizar igualmente o mérito dos derrotados. Quem vence e tripudia, deslustra a própria façanha. Aqui fica uma observação importante. É nos momentos de maior dificuldade que testamos o nosso próprio valor.

"AS FISCALÍADAS" – tem que acontecer como um "encontro de paz", e que cada um de nós, independente da forma em que participe, terá que ser um artífice. "um construtor da paz, da harmonia, do entendimento, da amizade e do relacionamento".

A paz é a mais íntima e completa forma de coexistência humana, e a "família fazendária" é o principal esteio deste encontro que se realiza anualmente, cada vez mais com maior brilhantismo.

Governo e sindicato

José Nivaldo Saconatto
8ª DRR - Londrina

Para falar do papel do governo e das reformas do Estado é preciso refletir na cultura do país, nas expectativas da comunidade e, acima de tudo nos seus valores. É difícil crer num projeto de reforma que não leve isso em conta. No fundo, o que queremos é um governo que ajude a proporcionar o bem-estar do cidadão na comunidade, preste serviços de bom nível e intervenha o mínimo possível, apenas como formulador de grandes políticas e como árbitro social.

Somos, contudo, uma sociedade complexa porque diferenciados por seríssimos problemas de distribuição de renda em que os representantes do povo e especialmente o Congresso Nacional estão desacostumados a decidir eficazmente num Estado que tem sido, acima de tudo, cartorial e protecionista.

Sinais típicos dessas dificuldades surgem quando o Legislativo aprova seus próprios vencimentos, mas não indica as fontes, demonstrando uma primária irresponsabilidade porque cria no funcionalismo uma expectativa de conquista que se frustra na prática.

É verdade que, ao longo da História brasileira, o Estado português aqui se instalou sem que houvesse sequer povo a ser governado, muito menos uma nação genuína, capaz de definir seu próprio destino. Quer dizer, a mania de muito governo é herança bem antiga. Contudo, entre cumprir seu legítimo papel e ser empresário, o governo comete a mais injusta inversão de prioridades, lançando o estímulo, a energia e a sua motivação no tratamento das questões do chamado "SETOR PRODUTIVO ESTATAL" e deixando de lado suas atividades típicas. Estas, como se sabe, não tem a mesma força nem conferem o mesmo prestígio de que a classe política deseja para si pessoalmente.

Isso produziu uma deterioração na qualidade dos serviços públicos, com servidores públicos sendo mantidos num plano de carreiras que desmotiva os "Jovens Talentos" de buscar esse setor como opção, assim, a estrutura desse segmento, foi relegada ao quase abandono, muitos desses problemas estão calçados basicamente numa política salarial digna e acima de tudo justa.

Tudo indica que a luta por melhorias salariais passam por uma ampla reforma do Estado, com a redefinição do seu papel para as próximas décadas. O mundo todo repensa o Estado, une-se em blocos, desenvolve-se tecnologicamente. Ideologias sem resultados estão ficando tão antiquadas quanto pensamentos do tipo "em política não me meto" ou será que é preciso que o governo cumpra seu papel. Nós precisamos exercer nosso papel político de pressão, ou ficaremos esquecidos. Da mesma forma, esperar que o governo resolva os problemas da nossa classe já foi testado aqui e não deu certo. As soluções estão no fortalecimento e participação de todos em nosso Sindicato.

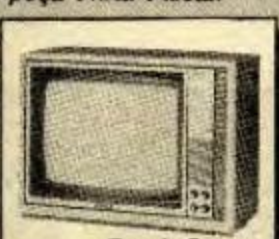
Essa é a nossa opinião.

As crianças sabem: NOTA FISCAL SÓ FAZ BEM!

Um grande Paraná precisa de gente grande.
Com a Reforma Tributária, os Estados e Municípios podem ter mais recursos para beneficiar diretamente aos contribuintes.
Hoje, até as crianças sabem que todos contribuem com impostos todo dia, toda hora, no pagamento de todo produto ou todo serviço.
Mas sem Nota Fiscal, o Estado e o Município ficam sem receber esses impostos, que tanta falta fazem na conservação e melhoria dos serviços públicos.
Dar Nota é um dever, pedir Nota é um direito de todos!
É pelo Paraná: peça Nota Fiscal!

Você troca NCz$ 80,00 em Notas Fiscais, na PREFEITURA ou BANESTADO, recebe seu cupom — ARRANHE E GANHE — e ganha na hora muitos BRINDES e PRÊMIOS!

4 carros Gurgel



Tvs à Cores

Vídeos Cassete

Skates, Bicicletas, Rádios Walk-Man, Bonecas, Calculadoras, Máquinas Fotográficas, Rádios Gravadores, Secadoras de Roupa, Panelas de Pressão, Fornos Microondas – Camisetas, Canetas, Lapiseiras, Bonés, Penais, Pogobol, Mochiletes, Réguas, Jogos Dama-Xadrez-Trilha-Vispora.

E mais: Junte 5 cupons com frases diferentes e envie para cx. postal 15.001–cep. 80.530–Curitiba – e concorra a mais um carro GURGEL!

Peça nota para o Paraná crescer!

Governo do Paraná
Secretaria da Fazenda
Prefeituras Municipais

Colega aposentado

Receba gratuitamente, todos os meses em sua casa, um exemplar do NOTIFISCO. Para isto, basta você atualizar seu endereço pelo telefone (041) 223-7414, com Inês.

VOCÊ É IMPORTANTE PARA NÓS!

Discurso da Presidenta

Companheiros de trabalho

Suely F. Niehues
Presidente - ASSEFACRE

Este é um momento de muito orgulho e emoção e que vem coroar um ano de trabalho intenso, de luta contra dificuldades e barreiras. Um trabalho que temos certeza será a base de futuras diretorias.

Há um ano ousamos criar uma Associação que reunisse os Servidores da Secretaria da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado. Digo ousamos, porque esta era uma antiga aspiração da classe, mas nunca antes concretizada.

Quero relembrar como nasceu a ASSEFACRE: em meados de abril de 1988, graças ao empenho de nosso companheiro Walter Luiz Mafra, foram dados os primeiros passos para que a Associação fosse criada. Tivemos o apoio maciço dos nossos companheiros da capital e interior que, em número recorde, fizeram-se presentes à primeira assembléia, realizada no dia 08 de julho de 1988, no mini-auditório da Assembléia Legislativa do Paraná e lá decidiram pela sua criação.

O Secretário Luiz Carlos, que é nosso primeiro sócio-honorário, e o corpo diretivo da SEFA solidarizaram-se com o movimento e deram o incentivo e meios necessários para que a ASSEFACRE se tornasse realidade.

Hoje, estamos aqui para comemorar nosso primeiro aniversário, para mostrar que somos uma classe unida e representativa. A ASSEFACRE tem hoje cerca de 800 associados, exercendo suas atividades na secretaria-meio do Governo do Estado, espalhados nas mais diversas regiões, mas unidos em torno do mesmo ideal.

Como todo começo, sabíamos que a tarefa não seria fácil. A Associação viu-se limitada em suas ações, em virtude da legislação vigente, mas não cruzamos os braços nesse longo tempo de espera. Muitas vezes, nós, membros da diretoria, sentimo-nos desencorajados, sofremos críticas, porém não esmorecemos. Hoje, temos a certeza de que, embora ainda engatinhando, não haverá retrocesso. A ASSEFACRE veio para ficar!

Participar da primeira diretoria desta Associação foi e tem sido para mim, e tenho certeza que para os demais membros, uma experiência única, difícil de ser relatada e, sobretudo, um grande aprendizado. Constatar que na caminhada que mal acabamos de começar, conseguimos nos unir, encontrar forças para superar os momentos difíceis, é extremamente gratificante.

Parabéns Associados!

Durante o ano somamos trabalho e esforços para que pudéssemos nesta grande festa, colher parte dos frutos semeados.

Que este espírito de luta, vontade e dedicação se multiplique no decorrer dos anos.

Volto a agradecer ao Secretário Luiz Carlos Hauly e a seu Chefe de Gabinete, Durval Amaral, pelo apoio integral a nossa causa, ao Prefeito de Guaratuba, pela acolhida, e ao Presidente da AFFEP, por nos ceder a colônia de férias de sua entidade para que pudéssemos realizar este nosso primeiro encontro.

Aos nossos associados, aos membros da diretoria, aos colaboradores e aos nossos visitantes, muito obrigado!

DESTAQUES:

- A garra dos atletas participantes do torneio
- Ari Karam, que foi escolhido o atleta do I Encontro
- As torcidas organizadas
- A animação do baileco
- A gincana das crianças
- A gincana das mães
- A homenagem ao companheiro Mafra
- O esforço do Ivo e da Ingrid, da diretoria esportiva, decisivo para o sucesse dos jogos.
- A simpatia do Bodo e da Márcia
- A cerveja do Alcides
- O pé do Zé Roberto e do João
- A discussão esportivo-familiar entre o Zé Roberto e o Gusmão
- O bar da colônia de férias da AFFEP
- A colaboração e dedicação de todos, o que possibilitou o sucesso desta primeira festa.

CUMPRIMENTOS:

A ASSEFACRE recebeu mensagem do Governador Álvaro Dias, cumprimentando pelos festejos alusivos ao primeiro aniversário.

SEM COMENTÁRIOS:

– Vende-se uma corneta com mania de despertador.

– A ASSEFACRE necessita com urgência de mecânico com especialização em Kombis e ônibus para atendimento volante. Grandes possibilidades de contratação para o 2º aniversário.

– Também está sendo procurado um fotógrafo de alto nível. Dá-se preferências aos que não tenham vocação para a Revolução Francesa, isto é, o corte das cabeças.

– Por falar em fotografias, em breve, será lançado o concurso "Advinhe Quem foi Fotografrado". Um detalhe: nas fotos só são visíveis as camisetas.

– Se você necessita de um serviço de transportes rápidos de cargas perecíveis para Guaratuba, contate João do Fundão. Sua especialidade é o transporte de frangos congelados. Ele garante rapidez e eficiência

– Gerente de hotel cinco estrelas oferece seus préstimos para futuros torneios e comemorações de aniversários. Contatos com Márcia, na IGF.

– Na corrida para "tartarugas", com lombadas, rumo a Guaratuba, o primeiro lugar coube a tartaruga da CRE que fez o percurso em pouco mais de 4 horas e ainda mancando.

– À beira do caminho, antigo sucesso do cantor Erasmo Carlos, foi regravado pelo Trio Mafra, Suely e João, em comemoração ao 1º aniversário da Associação. O trio ficou muito tempo na parada.

– Sebastião Lazaroni, técnico da seleção brasileira, que se cuide. A 8ª DRR tem um técnico que é a arma secreta para tornar qualquer seleção campeã.

– Só faltava essa: o Mafra e a Suely abriram uma microempresa nas proximidades da AR de Alexandra, vendendo frango frito. Quem passou por ali viu como eles faturaram "horrores" numa só tarde.

– Na gincana das mães, a tarefa mais difícil foi a de "desentalar" três mães que resolveram passar por um pneu na mesma hora.

– Também na gincana das mães houve muita farinha para pouco bombom. Quem gostou da farinha foi a Solange, da CRE, que ganhou o cobiçado primeiro lugar, recebendo uma garrafa de whiskey.

Um ano de ASSEFACRE

Um ano se passou. Várias lutas, algumas vitórias e muitas esperanças. Esperanças renovadas com a realização do 1º Encontro dos Associados da ASSEFACRE, realizado nos dias 5 e 6 de agosto, na colônia de férias da AFFEP.

Tivemos pouco tempo e uma equipe reduzida de pessoal trabalhando na organização do evento.

Muitos colaboraram à distância para que as falhas fossem minimizadas.

No cômputo geral, fomos vitoriosos. Problemas pequenos surgiram mas, com maturidade e companheirismo de equipe, foram superados.

Sentimos a sua falta e esperamos que no próximo ano passamos contar com o seu apoio, alegria e motivação para melhorar nosso desempenho e alcançar o sucesso esperado.

Aos que lá estiveram, divertindo-se ou trabalhando, os nossos agradecimentos.

ASSEFACRE festeja 1.º aniversário

O primeiro aniversário da Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado foi festejado com a realização, entre os dias 05 e 06 de agosto, do I Encontro Estadual da ASSEFACRE, reunindo, na Colônia de férias da AFFEP, em Guaratuba, mais de 300 associados de todo o Estado e suas respectivas famílias.

As comemorações foram abertas com um desfile das delegações participantes e, na oportunidade, a presidente, Suely F. Niehues, salientou a importância do evento, não apenas como uma festa de congraçamento, mas como uma demonstração de que a união é possível. "Foi a soma de esforços dos companheiros da Capital e do Interior que tornou real uma antiga aspiração dos servidores da Secretaria da Fazenda e da Coordenação da Receita do Estado: a criação da ASSEFACRE.

Suely Niehues frisou que os trabalhos de estruturação da Associação não foram uma tarefa fácil. "Na caminhada que mal acabamos de iniciar, "disse ela, os obstáculos foram e ainda são muitos, mas não esmoreceremos diante das dificuldades. Esta tem sido uma experiência única para mim e para toda a diretoria, uma semente que esperamos frutifique nas futuras diretorias."

Acrescentou ainda que "não haverá retrocesso, a ASSEFACRE hoje é uma realidade com 800 associados, que apesar de trabalharem nos mais diversos setores da Secretaria – meio do Governo, espalhados pelas diferentes regiões do Estado, estão unidos por um mesmo ideal."

Na mesma ocasião, agradeceu a colaboração da presidência da Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do Paraná, por ceder a Colônia de Férias, e à Prefeitura Municipal de Guaratuba, pelo Ginásio de Esportes, possibilitando a realização da maioria dos jogos programados para o Encontro.

A equipe de Londrina foi a vencedora do torneio e levou o troféu ASSEFACRE, de posse transitória.

O Encontro Estadual da ASSEFACRE foi prestigiado pelo Secretário da Fazenda, Luiz Carlos Hauly, pelo Diretor da Coordenação da Receita do Estado, Clóvis Rogge, por Delcides Tonelli, Chefe de Gabinete da CRE, Lindolpho Pereira Nascimento, representante do Prefeito Aldo Abagge, de Guaratuba. Também presentes os presidentes dos Sindicatos dos Servidores Públicos, Juraci Barbosa, o Presidente da AFFEP e do Sindicato dos Fiscais, José Laudelino Azzolin, dos Titulares da 3ª Delegacia Regional da Receita, Luiz Alves de Oliveira, da 7ª Delegacia Regional da Receita Miguel Dias e da 8ª Delegacia Regional da Receita, Claudinê deOliveira, além do Vereador Geraldo Yamada, de Curitiba.

O troféu para a melhor equipe de basquete também ficou com a equipe de Londrina.

O Secretário Luiz Carlos Hauly e sua esposa, Célia, e Suely Niehues, presidente da ASSEOACRE.

ESPORTES

O ponto alto das atividades do primeiro encontro foi a realização de um torneio esportivo, com 8 equipes disputando troféus e medalhas nas diversas categorias e o Troféu ASSEFACRE, de posse transitória para o campeão do I Encontro Estadual.

A equipe de Londrina, 8ª DRR, sagrou-se a campeã do torneio geral com 20 pontos no total. O segundo lugar ficou para a 5ª DRR de Guarapuava, com 14 pontos, e Ponta Grossa, 3ª DRR, levou o 3º lugar com 10 pontos.

As equipes que disputaram o torneio foram divididas nos grupos: A - 7ª DRR, 16ª DRR, 1ª DRR e 8ª DRR e B - com atletas da SEFA/CRE, 5ª DRR e 2ª DRR e 3ª DRR.

As modalidades disputadas e as respectivas classificações foram:

TRUCO
- 1º lugar: 2ª DRR
- 2º lugar: 7ª DRR
- 3º lugar: 3ª DRR

SINUCA:
- 1º lugar: 5ª DRR
- 2º lugar: 1ª DRR
- 3º lugar: SEFA/CRE

PING-PONG:
- 1º lugar: 1ª DRR
- 2º lugar: 3ª DRR
- 3º lugar: SEFA/CRE

FUTEBOL DE SALÃO
- 1º lugar: 8ª DRR
- 2º lugar: 5ª DRR
- 3º lugar: 7ª DRR

FUTEBOL DE AREIA:
- 1º lugar: 16ª DRR
- 2º lugar: 2ª DRR
- 3º lugar: 8ª DRR

BASQUETE:
- 1º lugar: 8ª DRR
- 2º lugar: 5ª DRR
- 3º lugar: 3ª DRR

VÔLEI:
- 1º lugar: 8ª DRR
- 2º lugar: 3ª DRR
- 3º lugar: 16ª DRR

Além do torneio esportivo, houve uma programação social que incluiu um animado baile e atividades infantis.

O Estado na economia moderna

João Arami Martins
8ª DRR/Londrina

Todas as instituições sociais decorrem da ação humana, que segundo Ludwing Von Mises, é um comportamento propositado, visando passar de um estado de menor satisfação para maior satisfação, ou seja, é o lucro propiciado pela ação. A maior satisfação é a razão de existir o progresso ou o desenvolvimento em geral.

O meio mais importante de aumentar a satisfação já descoberto pelo homem é a cooperação entre estranhos, a divisão do trabalho.

As regras mais evidentes de cooperação social, adotadas há milênios, são o "não matarás" e o "não roubarás", que tém consequências extraordinárias por suas implicações quanto a propriedade privada e ao cumprimento de contratos.

Ao colocar a regra acima do instinto, o homem estabelece o "estado de direito, o império da Lei".

O papel essencial do Estado é usar o aparato de coerção para impedir que alguém possa usar de violência ou fraude para atingir seus objetivos; é o de proteger e preservar os verdadeiros direitos individuais: a vida, a liberdade, a propriedade, a educação, a saúde dos indivíduos; é o de manter o ambiente institucional e o respeito às regras de modo a que possam florescer os talentos e as capacidades individuais.

Uma economia moderna, deve ter um bom nível de distribuição de renda, taxa de crescimento per capita positiva, elevado nível tecnológico, razoável acumulação de capital, uma moeda decente e respeitável, um acentuado grau de liberdade.

O Estado não gera recursos, se apropria dos recursos poupados pelos cidadãos, decide o que fazer com esses recursos e decide mal, ou seja, na realidade, quem decide são os "tecnocratas e os políticos" que detém o comando do aparato estatal.

A alternativa é produzir algo que aumente a satisfação, aquilo que os consumidores, a seu juízo, considerem melhor, mais barato, mais necessário e mais urgente.

É conveniente não confundir economia de mercado com o que existe no Brasil. Aqui, a função empresarial, em larga medida, consiste em aproveitar os privilégios concedidos pelo Estado, tais como subsídios, cartas patentes, protecionismo, concorrências sem competição, reserva de mercado, juros favorecidos, privatiza-se o lucro e socializa-se o prejuízo.

Quanto maior for o grau de liberdade de entrada no mercado, maior será o nível de progresso.

A função real do Estado é garantir a entrada no mercado, num regime de competição e sem privilégios.

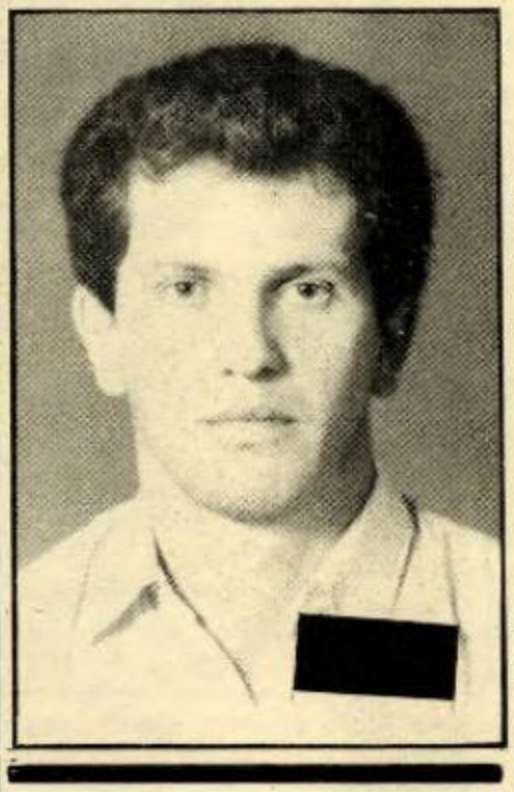
Todos precisam ter acesso à educação, isso não quer dizer que o Estado necessite construir uma nova rede de escolas, basta dar ao aluno carente, um cheque educação que lhe permita escolher a escola. E as escolas deverão competir entre si oferecendo um ensino cada vez melhor e mais barato.

No Brasil, para desgraça nossa, o Estado tem feito exatamente o oposto do que deveria: em vez de garantir a livre iniciativa, garante os privilégios e impede o acesso ao mercado. O Estado é o grande patrono do desperdício, do privilégio e de suas dramáticas consequências: a pobreza e a injustiça.

Não devemos subestimar o interesse dos políticos e tecnocratas em geral, na manutenção desse STATUS QUO. Se tivéssemos uma economia de mercado, os políticos perderiam muito de sua força e de seu poder, teriam dificuldades para empregar os parentes, os amigos e cabos eleitorais.

O empresário que adotar o nepotismo como norma leva a sua empresa à falência. O político pode assim proceder e quem vai a falência é O POVO.

A promoção que valeu zero



Milton José de Ré
AF2-BIV - IRF/16ª DRR

Depois de muitas horas de trabalho de dedicados colegas em grupos de trabalho e comissões com o objetivo de se efetivar promoções no "quadro de carreira simbólica" de Agente Fiscal da CRE, eis que as mesmas se tornaram realidade. No meu caso, mais do que isso, num ato "heróico de exceção, foi acesso" AF3-AI para AF2-BIV.

Lamentavelmente, as promoções que o governo fez questão de divulgar através dos "meios de comunicação" como ganho real, não passou de mais uma das tapeações da política salarial irritante adotada, já que no mês de agosto não tivemos aumento nenhum e o "ganho real" foi suprimido com o salário mínimo crescente, deixando o AF4, AF3 e o AF2 no mesmo nível (salário mínimo), política esta que nos levará ao tão almejado AF1-CIV em termos salariais, sem estar no cargo.

Diante da mediocridade adotada por esta política de "alto interesse pelo tributo", tenho a título de sugestão para a "carreira" de Agente Fiscal, chamada: VEGETAL PROFISSIONAL, ou seja, ao ingressar no quadro o indivíduo seria: AF0, AF1, AF2, ... AF8, AF12 etc, dependendo do tempo de serviço que o mesmo possuisse e ao chegar em AF30 ou AF35, estaria em condições de solicitar sua aposentadoria — com direito a salário mínimo de base, 13º salário sobre o valor que o governo achar melhor, quinquênios, vale transporte, ticket do leite, cumprimentos e bolo de aniversário todo ano, etc. Dispensaria com isso os trabalhos com promoções, pois seria automático e facilitaria o controle da ADRH para projeções de aposentadorias. Tudo ficaria muito simples.

Servidor: aumento para setembro

O mês de agosto não será um bom período para o funcionalismo estadual. Pelo menos no que depender da situação salarial, a perda do poder aquisitivo deverá se acentuar. Isso porque o governo não cogita dar qualquer reajuste neste mês. Esta informação foi dada, em Curitiba, pelo chefe da Casa Civil, Antônio Acir Breda. Ele garantiu que não existe nenhum estudo em nível de governo para a concessão de aumeto salarial ao funcionalismo em agosto. Breda revelou ainda que o próximo reajuste deverá acontecer somente no mês de setembro.

No entanto, a palavra final deverá ser dada pelo secretário de Administração, Mário Pereira, que se encontrava em viagem pelo Nordeste, e somente retorna hoje. De acordo com o Dieese, a defasagem salarial dos servidores estaduais é da ordem de 130,54 por cento, pelo IPC (índice oficial da inflação) e de 135,80 por cento pelo ICV (Índice do Custo de Vida, calculado pelo próprio Dieese).

Para recuperar o poder aquisitivo de janeiro deste ano, os servidores necessitariam de um reajuste de 130,54 por cento a partir de 1º de agosto. A inflação acumulada no período de janeiro a julho de 1989 é de 262,99 por cento pelo ICV e de 254,89 por cento, pelo IPC. Neste mesmo período, os servidores estaduais tiveram reajustes da ordem de 53,94 por cento, mais um abono de Ncz$ 70,00. Os números apresentados pelo Dieese servem para mostrar o arrocho salarial imposto pelo governo estadual ao funcionalismo.

O abono de NCz$ 70,00 pago pelo governo nos dois últimos meses serviu para atenuar o impacto do arrocho salarial. Com o abono, a defasagem diminuiu de acordo com a faixa salarial de cada servidor. Segundo proposta do governo, este abono deverá ser incorporado nos próximos meses. Com a inflação de agosto projetada para algo em torno de 30 por cento, a defasagem salarial dos servidores também deverá beirar os 200 por cento. *(Gazeta do Povo - 14/08/89)*

RECONHECIMENTO(?)

João Cazarim de Oliveira
8ª DRR – IRF

Manifestações verbais traduzindo "reconhecimento" à classe fiscal há tempos existem. Partindo dos mais diversos níveis de nossa Administração, tais manifestações, invariavelmente elogiosas, são recebidas com certa reserva pelos funcionários, vez que, apesar de psicologicamente gratificante, não amenizam as dificuldades materiais provocadas, dia-a-dia, pelo nosso corroido vencimento.

Recebemos correspondência de nosso Diretor Clovis Rogge enfatizando a promoção concedida (ou conseguida), onde noticia um aumento real médio de 15 por cento sobre os vencimentos.

O percentual, em si, pode ser significativo se analizado isoladamente. Entretanto não podemos relegar a plano inferior o fato de que a base de cálculo, sobre o que incide o aumento promocional está seriamente defasada e, assim sendo, a tão propalada promoção perdeu muito, ou quase tudo, de sua significatividade em termos reais.

Sabemos existir diversas propostas de melhorias para a classe fiscal. Oxalá se concretizem metade delas, o que nos levaria a um patamar aceitável em termos de remuneração e que justificaria o trabalho aplicado que hoje já desenvolvemos independentemente dos vencimentos que nos são pagos.

Um dos principais motivos, senão o principal, que nos anima a ser aplicados e a promover um contínuo crescimento, é o fato de estarmos sendo naturalmente reconhecidos pelos contribuintes que, não raras vezes, têm se manifestado sobre a mudança de comportamento da "fiscalização", querendo se referir à Receita Estadual como um todo.

A fiscalização, segundo eles, é hoje menos agressiva e se preocupa também com o aspecto de orientação e prevenção. Desse modo quando somos levados a um trabalho de auditoria fiscal, o fazemos calcados em indícios seguros e incontestes, o que, de certa forma, inibe a reação revoltosa do contribuinte fiscalizado.

A utilização da informática no acompanhamento dos níveis de recolhimento e com a consequente expedição de alertas àqueles contribuintes que estão recolhendo valores aquém das expectativas fiscais, a exemplo do Projeto Parâmetros, nos possibilita conseguir, não só o aumento efetivo de arrecadação, mas também o respeito e a manifestação evidente do alto nível de trabalho que estamos desenvolvendo.

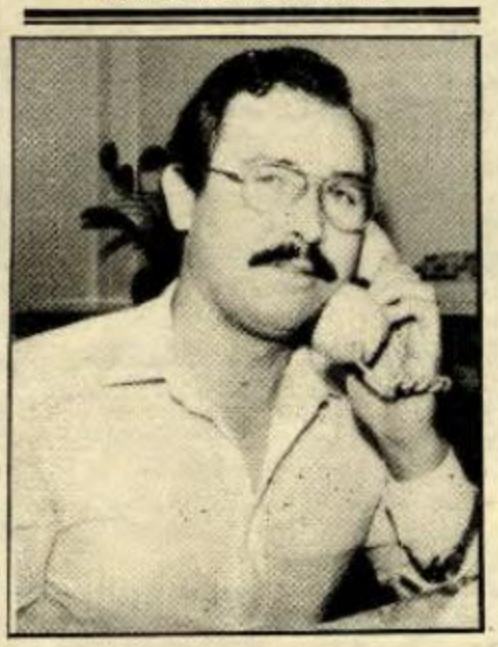
É, porém, lamentável que toda essa dedicação e mostras de resultados positivos não sejam suficientes para sensibilizar, honestamente, a quem de direito, no sentido de se estabelecer uma sistemática de remuneração coerente, sem a ingerência famigerada e odiosa de aspectos políticos, que só se prestam a entender e a atender reivindicações justas, diante de manifestações "mais contundentes" dos interessados.

Assim é que se a nossa Classe funcional, pela sua responsabilidade, não se prestar a esse tipo de procedimento, certamente estará fadada a ser constantemente prejudicada, pelo menos até que resolva ou seja levada a resolver mudar seu comportamento.

Esperamos, apesar de tudo, que as manifestações de reconhecimentos, reais e significativas, de terceiros, aportem às mesas de quem decide e sejam suficientes para motivar a tomada de decisões coerentes e imparciais recuperando o nível justo de remuneração da Classe, afim de que retornem a satisfação plena e com ela o incremento de resultados e ainda que novas promoções, que esperamos aconteçam, sejam realmente significativas em todos seus aspectos, possibilitando ser orgulhosamente anunciadas e, aí sim, contando pontos para Administração.

ICMS
A experiência dos decretos

Aparecido Godoi Bueno
Insp. Reg. de Tributação



Em fase de acabamento na Inspetoria Geral de Tributação, o decantado "Decretão" está prestes a descer para análise conjunta das DRRs, numa tentativa de se fazer um trabalho que envolva toda a CRE na monumental tarefa de consolidar toda a legislação estadual relativa ao ICMS num único diploma.

Mas, dará certo? Facilitará a vida dos responsáveis pela aplicação das normas tributárias paranaenses, tanto de dentro como de fora do Fisco?

Parece-nos que a convivência de 5 meses e pouco com os Decretos 4785, 4874, 4990, 5.012, 5132 e 5328/89 já nos permite visualizar o resultado da consolidação, bem como antever os cuidados a serem tomados em tão árdua tarefa, a nosso ver muito salutar.

Em abril/89, tivemos de aplicar os Decretos 4785 e 4874 simultaneamente, o que acabou por gerar um enorme número de dúvidas que avultaram também com a regulamentação paralela de assuntos (microempresas - RSP) com os Decretos 5.132 e 5.328/89. Ficou demonstrado que a existência de dois diplomas legais versando sobre os mesmos temas deve ser evitada pela confusão que causa, especialmente entre os contribuintes.

Parece-nos que os Decretos devem ser o mais específicos e objetivos possível, devem dizer "quase tudo", não deixar claros a serem preenchidos por interpretações, como se demonstra com a adoção, pelo convênio 46/89, da regra de que toda prestação de serviço de transporte que era isenta do IST seria isenta do ICMS, sem no entanto especificar quais seriam estas prestações, o que acabou gerando dúvidas que somente foram sanadas com a edição do Decreto 4874/89. Dizemos isto, porque temos ilustres e nobres colegas do escalão superior que entendem que tanto a Lei como o Decreto devem conter o mínimo possível. Pensamos o contrário, pois norma é para esclarecer, dar segurança, dividir os direitos com justiça.

Tivemos o primeiro Decreto do ICMS em 1º/03/89 (4785/89); o 2º em 30.03.89 (4874/ 89); o 3º em 05.05.89 (5.012/89), o 4º em 02.06.89 (5.138/89). Neste espaço de tempo, os Convênios sucederam-se no ritmo alucinante de 1 cada 4 dias.

Em várias ocasiões, ficamos aguardando por vários dias a chegada de normas que já estavam em vigor e os contribuintes nos cobravam posições definitivas que não tínhamos.

Os estragos foram tão grandes, que a classe dos Contadores organizou movimento nacional, encabeçado pela Confederação Nacional de Contabilistas, que levou moção de protesto a Brasília, pedindo maior elasticidade de prazos entre as modificações das normas tributárias. Há contadores vendendo os seus escritórios, pois já não agüentam mais.

Pois bem. Se a coisa continuar nesta marcha, sem dúvida alguma a tão esperada Consolidação não produzirá o desejado efeito de estabilidade e segurança das normas fiscais, pois pra tanto é necessário norma única, se possível, e duradoura. E se é impossível não ocorrer modificações numa economia tão louca como a nossa, que as mudanças sejam devagar, bem espaçadas, com antecedência suficiente para que nós e os contribuintes possamos tomar conhecimento pelo menos no dia anterior ao da sua vigência, o que já muito nos consolaria.

A tomada de medidas por parte da IGT no sentido de fazer com que os benefícios fiscais constantes dos Decs. 5.012/5.132/89 valessem pelo menos por três meses já nos aliviou bastante, mostrando que se tal cuidado for tomado na Consolidação, nos trará enormes vantagens.

Enfim, que venha a Consolidação!

Londrina, 15 de agosto de 1989.

"Acompanhando a evolução"

José Marcos Semkiw
8ª DRR - Londrina

Tivemos uma época em que precisamos estar constantetente aprimorando a qualidade de nosso serviço. Todos sabemos que o setor empresarial não pára de aperfeiçoar suas capacidades, não só de produção e administração, mas também de sonegação, lançando mão, principalmente dos avanços tecnológicos obtidos com a informática. Cabe portanto, ao funcionário fiscal, tentar acompanhar essa evolução, buscando conhecimentos que lhe possibilitem enfrentar com segurança a nova situação que se apresenta.

Torna-se inquestionável a necessidade do fiscal aderir aos avanços tecnológicos e também utilizar os recursos oferecidos pela informática. Esse é o único meio de se colocar ao menos em condições de igualdade com o contribuinte, podendo assim apresentar um trabalho eficiente e confiável.

A utilização de microcomputadores por parte dos fiscais, é uma realidade com a qual a 8ª Delegacia vem convivendo já a algum tempo, com mais de 80 por cento dos funcionários lotados na IRF desenvolvendo seus trabalhos com o auxílio de micro, o que tem demonstrado claramente a melhoria de eficiência obtida com isso.

Vale salientar que Londrina saiu na frente na utilização da informática nos trabalhos fiscais, graças ao incentivo proporcionado pela administração, que tem oferecido cursos de preparação na área para o seu pessoal. É imprescindível, portanto, a participação da administração, que tem a obrigação de oferecer condições para que seus funcionários possam acompanhar essa evolução, proporcionando uma preparação adequada aos mesmos.

Outro fator que observamos, até mais importante do que o incentivo da administração, é o interesse e dedicação por parte dos fiscais, que não medem esforços para dominar os novos equipamentos e poder assim, apresentar um trabalho de qualidade superior.

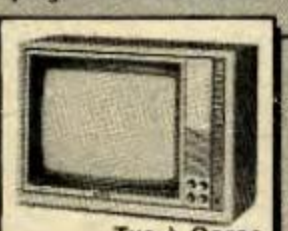
Fica aqui o apelo aos colegas fiscais, para que continuem se esforçando em melhorar o seu desempenho, para assim podermos exigir mais da administração, usando a qualidade de nosso trabalho como argumento de convencimento.

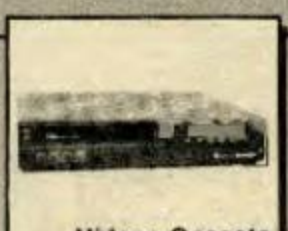
Imite as crianças: NOTA FISCAL NÃO MORDE!

Pedir Nota Fiscal é um direito de todos, para o Estado e os Municípios poderem cumprir com seus deveres!
Para um grande Paraná, precisamos de gente grande. Um povo que saiba cobrar dos governos mas, também, não se furte a um gesto tão simples e fácil!
Se for preciso, seja ranheta, bata o pé!
É um direito seu em benefício de todos.
É pelo Paraná: peça Nota Fiscal!

Você troca NCz$ 80,00 em Notas Fiscais, na PREFEITURA ou BANESTADO, recebe seu cupom — ARRANHE E GANHE — e ganha na hora muitos BRINDES e PRÊMIOS!

4 carros Gurgel


Tvs à Cores


Vídeos Cassete

Skates, Bicicletas, Rádios Walk-Man, Bonecas, Calculadoras, Máquinas Fotográficas, Rádios Gravadores, Secadoras de Roupa, Panelas de Pressão, Fornos Microondas – Camisetas, Canetas, Lapiseiras, Bonés, Penais, Pogobol, Mochiletes, Réguas, Jogos Dama-Xadrez-Trilha-Vispora.

E mais: Junte 5 cupons com frases diferentes e envie para cx. postal 15.001 - cep. 80.530 - Curitiba - e concorra a mais um carro GURGEL!

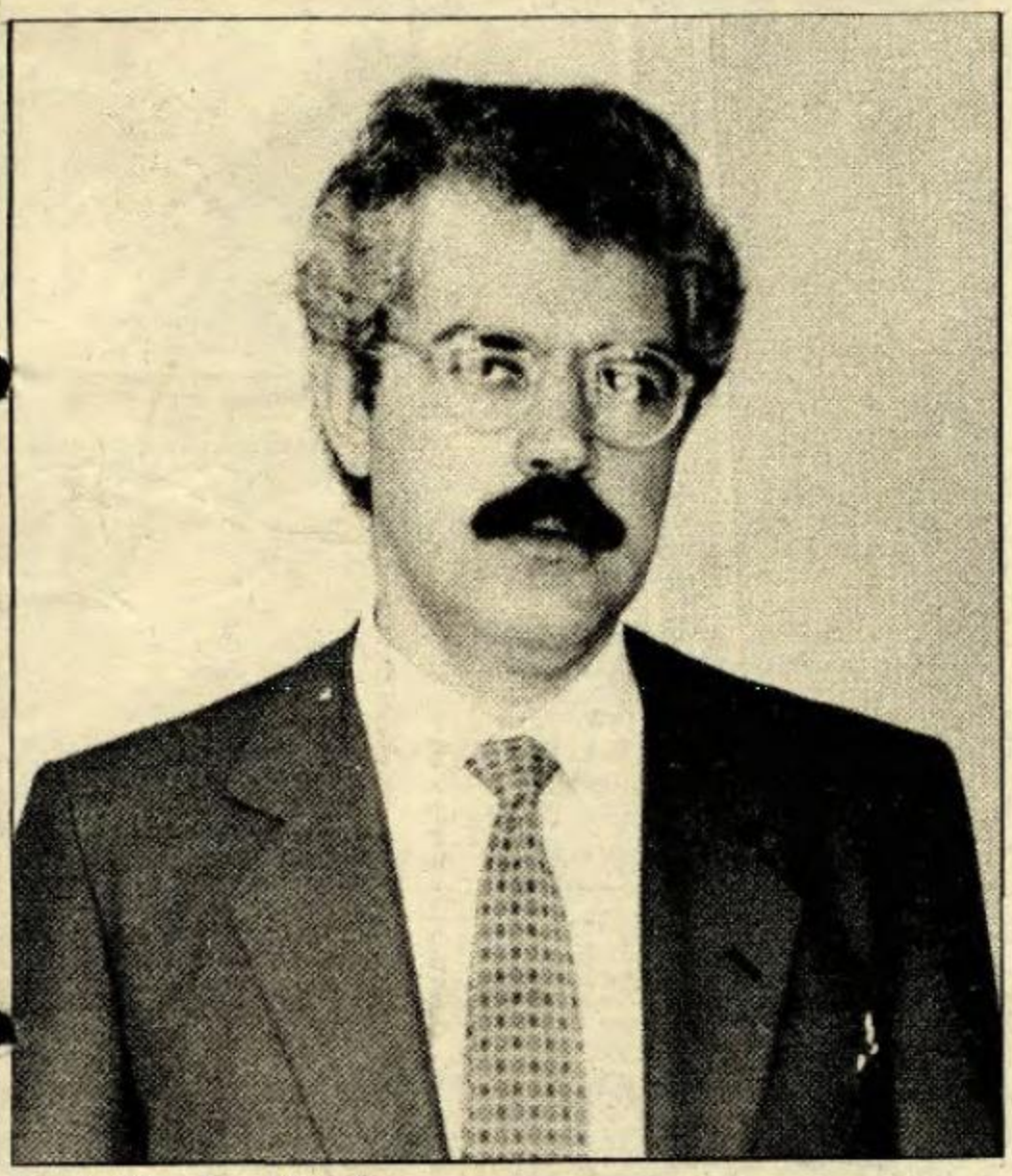
Peça nota para o Paraná crescer!

Governo do Paraná
Secretaria da Fazenda
Prefeituras Municipais

"A proposta do Deputado Raul Lopes deveria ser feita junto à Polícia Militar, fazendo soldados virarem coronéis".

Aguimar Arantes
Inspetor Geral de Tributação

Paraíso do Norte reconhece o trabalho de Luiz Carlos Hauly



Luiz Carlos Hauly

Câmara Municipal de Paraiso do Norte

ESTADO DO PARANÁ

Of. nº 98/89 — Paraíso do Norte, 15 de agosto/89

Senhor Diretor:

Com o presente, estamos enviando cópia da MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APOIO E SUGESTÕES, ao Exmo. Sr. Alvaro Dias – Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Luiz Carlos Hauly – Secretário de Estado da Fazenda, tal moção é de autoria do vereador Roberto Teixeira da Silva, aprovado por unanimidade de votos, desta Casa de Leis, pela criatividade da propaganda "Peça a Nota Fiscal Para o Paraná Crescer", com a finalidade de aumentar a arrecadação do I.C.M.

Por conter sugestões de interesse dos Municípios e Estados, solicitamos que Vossa Senhoria examine possibilidade de publicação neste conceituado Jornal.

Sendo o que tínhamos para o momento aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Ao Ilmo. Sr.
MARIO GROTT
MD. Diretor REsponsável
Do Jornal: NOTIFISCO
CURITIBA - PR

FRANCISCO SERAFIM DA SILVA
Presidente

Roberto Teixeira da Silva
Vereador

PROPOSIÇÃO

O Vereador Roberto Teixeira da Silva, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara a seguinte Proposição:

MOÇÃO Nº 06/89

Apresento à Mesa, uma vez ouvido o Plenário e dispensadas as formalidades regimentais, MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APOIO ao Governador ÁLVARO DIAS e Secretário da Fazenda LUIZ CARLOS HAULY pela criatividade da propaganda veiculada em redes de televisões do nosso Estado com a finalidade de aumentar a arrecadação de I.C.M., e apresenta sugestões.

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda está apresentando a propaganda veiculada em todas as redes de televisões do Paraná, com o título: "Peça a Nota Fiscal Para o Paraná Crescer". "De Nota Em Nota Um Novo Paraná"! "Troque Notas Fiscais por Cupons Arranhe e Ganhe".

Essa propaganda une o útil ao agradável e traz retorno rápido ao Estado e Municípios. Enriquecida de bom gosto, produzida numa escola com a participação de alunos e profissionais é altamente instrutiva para adultos e para nossas crianças; mostrando-nos com responsabilidade e preocupação os danos que os sonegadores de I.C.M. podem causar à sociedade ao sonegar o referido Imposto e as grandes vantagens que o Estado e os municípios podem ganhar quando o consumidor exige a Nota Fiscal de Compra.

A propaganda é educativa e diverte e com a distribuição de cupons para concorrer a prêmios mediante o valor das Notas Fiscais ou ticks de caixa a promoção da Secretaria da Fazenda do Estado incentiva tanto as crianças como os adultos a exigir sempre no ato da compra a Nota Fiscal, o que sem dúvida, reverterá em benefícios tanto para o Estado como para os municípios.

SUGESTÃO

Ao acreditarmos já de início no sucesso e nas vantagens que a promoção "Peça a Nota Fiscal Para o Paraná Crescer" irá trazer ao Estado e municípios; tomamos a liberdade de sugerir ao Governo do Estado e Secretaria da Fazenda a utilizar a mesma criatividade da promoção acima citada, no sentido de realizar também uma propaganda educativa dirigida aos produtores rurais dos benefícios que os mesmos poderão trazer a toda coletividade ao utilizar a Nota Fiscal de Produtor ao transportar seus produtos agropecuários e exigir das empresas compradoras, como: frigoríficos e cerealistas etc. a emitir a Nota Fiscal de Entrada no ato da compra dos referidos produtos.

Em virtude do grande serviço que o Governo do Estado, através de seus órgãos competentes, vem realizando em favor do homem do campo com o trabalho de Conservação de Solo Em Micro-Bacias e recuperação de estradas rurais etc. o Governador Álvaro Dias goza de grande prestígio e respeito junto aos produtores rurais.

Levando em consideração esse trabalho que ora estamos citando, chegamos a conclusão: que não existe ninguém melhor do que o Estado e Secretarias da Fazenda e Agricultura para promover e conscientizar os produtores rurais o quanto eles são importantes para a sociedade ao cumprir os seus deveres e colaborar na emissão e exigência de notas ao comercializar os produtos agropecuários.

Aproveitamos a oportunidade para lembrar que no início do ano o Governador Álvaro Dias e prefeitos municipais assinaram um convênio onde o Estado transferiu para responsabilidades dos municípios a coordenação sobre utilização do uso da Nota Fiscal de Produtos e fiscalização. Porém, não é de hoje que as prefeituras tentam por conta própria, muitas vezes quase em vão, conscientizar os agropecuaristas das vantagens revertidas para o Estado e Municípios e para o próprio produtor da utilização da Nota Fiscal de Produtor e da exigência da Nota Fiscal de Entrada das empresas compradoras. Nestes termos, esperamos que o Governo através de suas secretarias, também promova algum tipo de propaganda com a finalidade de conscientizar o homem do campo.

SALA DAS SESSÕES, 14 de agosto de 1989.

Psiu... Boa noite... Boa tarde.... Boa noite

"Quando você levanta pela manhã, eu já havia preparado o sol para aquecer o seu dia e o alimento para sua nutrição. Sim, eu providenciei tudo isto enquanto vigiava e guardava seu sono, a sua família e a sua casa. Esperei pelo seu "bom dia", mas você se esqueceu... Bem, você parecia ter tanta pressa que perdoei!

O sol apareceu, as flores deram seu perfume, a brisa da manhã o acompanhou, e você nem pensou que eu é que havia preparado tudo para você!

Seus familiares sorriram, seus colegas o saudaram, você trabalhou, viajou, realizou negócios, alcançou vitórias, mas... você não percebeu que eu estava cooperando com você e mais, teria ajudado se você me tivesse dado uma chance. Eu sei, você corre tanto... Eu perdoei!

Você leu bastante, ouviu muita coisa, viu mais ainda e não teve tempo de ler ou de ouvir minha Palavra.

Eu quis falar, mas você não parou para me ouvir.

Eu quis aconselhá-lo, mas você nem pensou nessa possibilidade. Seus olhos, seus pensamentos, seus lábios seriam melhores. O mal seria menor e o bem seria muito maior em sua vida.

A chuva que caiu à tarde foram minhas lágrimas por sua ingratidão, mas foram também a minha bênção sobre a terra para que não lhe falte o pão e a água.

Você trabalhou, ganhou dinheiro que não foi mais porque você não me deixou ajudar. Mais uma vez você se esqueceu que eu desejo sua participação no meu Reino com a sua vida, seu tempo, seus talentos e seu dinheiro também.

Findou o seu dia. Você voltou para casa. Mandei a lua e as estrelas tornarem a noite mais bonita para lembrar-lhe o meu amor por você. Certamente, agora, você vai dizer um "obrigado" e "boa noite". Psiu... Está me ouvindo? Já dormiu! Que pena! Boa noite... Durma bem.. Eu fico velando por você..."

Fostes escolhido!

Osmahir Pereira Rosa
IGF

De repente teu sonho se realizou...
A decisão está em tuas mãos;
És o senhor dos teus atos;
És responsável por todos;
Deves assumir o ônus do trabalho e da responsabilidade;
Raciocinas, indicas, programas e executas pelos outros;
Atribui-lhes notas e conceitos;
És o julgador...
És responsável pelos acertos;
És responsável pelos erros;
Não queres dividir com ninguém as glórias!
Queres dividir com todos as derrotas;
Morres um pouco por cada um que se perde no caminho;
Renasces pelos que crescem no trabalho por ti gerenciado;
Podes fazer melhor?
Faça-o!
Cresça com todos, identificando-os pessoalmente pelos atos;
Trabalhes como Pai e no final sentirás o prazer da obra encaminhada, não concluída, mas com o prenúncio de que pelo menos uma pequenina parte de ti germinou e está manifestada em todas as faces que refletem na luz, o brilho dos cristais do desenvolvimento.

E o João foi promovido

George Jean Bruel
IGT

Agora ele é AF-1. Sorriso de orelha a orelha. Também, não é prá menos: foi promovido, trabalha na IGT, participa do Conselho... Tá quase virando califa.

– Viu a cara dele?
– Me contaram que não compareceu à Assembléia do Castelo Branco.
– É verdade. Não escreveu nada no último NOTIFISCO.
– Virou a casaca. Garanto que tá assim "c'os Homes".
– Safado!

Falecimento

É com pesar que levamos ao conhecimento da classe fiscal o falecimento do nosso colega e ex-presidente da AFFEP, Michel Zaidan (77 anos), ocorrido no dia 18 de agosto.

A foto acima foi batida no início deste mês, quando Zaidan visitou a redação do NOTIFISCO.

Zaidan não verá a sua última foto, mas a classe fiscal jamais esquecerá a imagem de um de seus grandes líderes.

Descanse em paz.